

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Felipe Farret Brunhauser

**MORADIA URBANA E ESPACIALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE:
O CASO DE SANTA MARIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Porto Alegre, RS
2023

Felipe Farret Brunhauser

**MORADIA URBANA E ESPACIALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE:
O CASO DE SANTA MARIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Trabalho de Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Mauch

Porto Alegre, RS
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Brunhauser, Felipe Farret
Moradia urbana e espacialização da desigualdade: o caso de Santa Maria na Primeira República / Felipe Farret Brunhauser. -- 2023.
161 f.
Orientadora: Cláudia Mauch.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. SIG Histórico. 2. Moradia urbana. 3. Território. 4. Desigualdade. 5. Primeira República. I. Mauch, Cláudia, orient. II. Título.

Felipe Farret Brunhauser

MORADIA URBANA E ESPACIALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE:
O caso de Santa Maria na Primeira República

Trabalho de Dissertação, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, RS), como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.

Porto Alegre, 5 de abril de 2023

Resultado: aprovado com louvor, recomendando sua publicação.

BANCA EXAMINADORA

Luís Augusto Ebling Farinatti
Departamento de História
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)

Paulo Roberto Staudt Moreira
Programa de Pós-graduação em História
Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

Tiago Luís Gil
Departamento de História
Universidade de Brasília (UnB)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho marca o fim de um ciclo muito importante em minha vida. Um dos momentos de maiores desafios e amadurecimento pessoal e profissional. E concluí-lo me coloca no dever de agradecer ao menos algumas das pessoas que me estenderam a mão neste período. Pessoas que tornaram possível o sonho de viver em Porto Alegre para cursar um mestrado, mas também aos que estiveram do meu lado em meio aos percalços do caminho, tornando possível a sua conclusão.

À minha família eu devo muito mais do que poderia agradecer. Aos meus irmãos, Camila, Pablo, Adriana e Igor, e em especial aos meus pais Suzi e Silvio, que me ensinaram o significado de força e persistência. A vocês eu devo o que sou e o que ainda quero ser. À minha avó Dilma Farret que junto de minha mãe, contou histórias da “Casa da Silva Jardim”, uma casa de madeira localizada na antiga Vila Rica, onde moraram seus avós, ela e minha mãe. Parte deste trabalho conta um pouco da sua história.

À minha esposa, Camila Wolpato, agradeço por todo amor e carinho compartilhado. Você foi uma companheira de aventuras e um apoio em meio a tantas dificuldades. Juntos nós revisamos textos, discutimos bibliografias, mas também vivemos juntos e intensamente as alegrias e tristezas do caminho. Ter vivido este ciclo ao teu lado foi essencial para que ele fosse concluído.

Agradeço também aos colegas da Escola Marista Santa Marta e aos moradores da comunidade Nova Santa Marta. Participar dos encontros de lideranças comunitárias, ouvir histórias sobre um passado onde crianças brincavam nas sangas sem poluição e caminhar por ruas formadas por pequenas casas de tábuas distribuídas em coxilhas, me fez voltar para um passado que eu costumava ver em fontes e mapas históricos. A experiência de trabalhar em prol da comunidade fez reacender o carinho por esta pesquisa e perceber a sua importância para além do debate acadêmico.

Ao professor e colega Luís Augusto Farinatti, por ter acreditado em mim no início de minha trajetória acadêmica e aberto as primeiras portas para que eu me tornasse o pesquisador que sou hoje. Este caminho foi trilhado inspirado em você. Meus agradecimentos se estendem também aos professores Paulo Moreira, Tiago Gil e Marcus V. de Freitas Rosa, importantes referências que tenho o prazer em contar em minha qualificação e defesa.

Agradeço também à minha colega e orientadora Cláudia Mauch. Eu conheci a Cláudia quando ainda estava na graduação, em um evento que ocorria em Montevideu. Procurei-a envergonhado nos corredores da universidade para me apresentar e tirar dúvidas sobre História do Crime. Desde aquele dia, e nos anos em que estive na UFRGS sob sua orientação, sempre admirei o carinho e respeito com que lida com as pessoas. Quem dera se o mundo acadêmico fosse mais como você. Agradeço profundamente os ensinamentos compartilhados e por ter aceitado me orientar neste período.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós-Graduação em História e à CAPES, por acreditar na importância deste estudo e possibilitar os meios para que eu pudesse fazer o melhor trabalho que eu pude.

RESUMO:

MORADIA URBANA E ESPACIALIZAÇÃO DA DESIGUALDADE: O CASO DE SANTA MARIA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

AUTOR: Felipe Farret Brunhauser

ORIENTADORA: Cláudia Mauch

Esta pesquisa investiga a relação do espaço com a desigualdade social no desenvolvimento urbano da cidade de Santa Maria, no interior do Rio Grande do Sul, durante os últimos anos do século XIX e primeiras décadas do século XX. Com aportes teórico-metodológicos da História Social e História Urbana, em especial através do uso de SIG Histórico, este estudo investiga como se configuram territórios urbanos em uma cidade do interior brasileiro, em período marcado por profundas transformações, tais quais: a abolição da escravidão, a instauração da República, os processos de industrialização e modernização de algumas cidades brasileiras, entre outros elementos que marcam a consolidação do capitalismo no Brasil. Partindo deste panorama, foi realizada uma cartografia de territórios urbanos, compreendendo como se constituíam espaços de pobreza e riqueza nas cidades brasileiras deste período. Com a análise de mapas históricos, registros de impostos de imóveis, requerimentos e correspondências, analisamos o tema da moradia urbana por dois focos principais. O primeiro, através do mercado de aluguéis que se constituía nesta cidade, e como elites locais lucravam com o déficit habitacional que a cidade vivia neste momento de transformações. O segundo foco, analisando estratégias e recursos das camadas populares ao acessar o direito à moradia, e como esses grupos mantinham essa conquista nos momentos em que a pobreza se fazia mais presente. Partindo desta perspectiva, este estudo permitiu compreender a diversidade de estratégias acionadas na luta por moradia no imediato período pós-abolição, bem como as ferramentas com as quais elites urbanas e poder público buscavam a manutenção da desigualdade no espaço urbano do interior do Brasil.

Palavras-chave: SIG Histórico. Moradia. Território. Desigualdade.

RESUMEN:

VIVIENDA URBANA Y ESPACIALIZACIÓN DE LA DESIGUALDAD: EL CASO DE SANTA MARIA EN LA PRIMERA REPÚBLICA

AUTOR: Felipe Farret Brunhauser

ORIENTADORA: Cláudia Mauch

Este trabajo investiga la relación entre espacio y desigualdad social en el desarrollo urbano de la ciudad de Santa Maria, en el interior de Rio Grande do Sul, durante los últimos años del siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX. Con aportes teóricos y metodológicos de la Historia Social y de la Historia Urbana, especialmente a través del uso de SIG Histórico, este estudio investiga cómo se configuran los territorios urbanos en una ciudad del interior brasileño, en un período marcado por profundas transformaciones, como: la abolición de la esclavitud, el establecimiento de la República, los procesos de industrialización y modernización de algunas ciudades brasileñas, entre otros elementos que marcan la consolidación del capitalismo en Brasil. A partir de ese panorama, se realizó una cartografía de los territorios urbanos, comprendiendo cómo se constituyeron los espacios de pobreza y riqueza en las ciudades brasileñas de este período. Partiendo del análisis de mapas históricos, registros de predial, solicitudes y correspondencia, analizamos el tema de la vivienda urbana a través de dos enfoques principales. El primer enfoque, a través del mercado de alquiler que se constituyó en esta ciudad, y de cómo las élites locales se beneficiaron del déficit habitacional que atravesaba la ciudad en esta época de transformaciones. El segundo enfoque, analizando las estrategias y recursos de los grupos populares para acceder al derecho a morar, y cómo estos grupos mantuvieron este logro en momentos en que la pobreza estaba más presente. Desde esta perspectiva, este estudio permitió comprender la diversidad de estrategias utilizadas en la lucha por la vivienda en el período inmediato posterior a la abolición de la esclavitud, así como las herramientas con las que las élites urbanas y los poderes públicos buscaron mantener la desigualdad en el espacio urbano del interior de Brasil.

Palabras clave: SIG Histórico. Vivienda. Territorio. Desigualdad.

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Divisões administrativas de Santa Maria, 1929	52
Figura 2: Planta da cidade de Santa Maria, 1902 (georreferenciada)	57
Figura 3: Detalhes da planta da cidade de Santa Maria, em 1902	59
Figura 4: Vista da Praça Saldanha Marinho e Rua do Acampamento, 1905	66
Figura 5: Vila Rica e Igreja Nossa Senhora do Rosário, 1911	67
Figura 6: Vila operária Brazil.....	68
Figura 7: O bairro "Aldeia", representado na planta de José Nehrer, 1902.....	69
Figura 8: Exemplos de georreferenciamento de prédios urbanos, para São Paulo (1809) e Lyon (1766).....	78
Figura 9: Aglomerações residenciais de negros/as livres em Richmond, em 1852	80
Figura 10: Comparando moradias na planta de 1902 e no georreferenciamento da Décima Urbana	83
Figura 11: mudanças na valorização do espaço urbano, entre 1902 e 1912	92
Figura 12: Planta e fotografia da Vila Operária Brazil	99
Figura 13: da esquerda para a direita: Delcinda Padilha, Gustavo Padilha (sentado), Aida Rezende Padilha e o repórter do jornal A Razão, em 1935.....	108

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Crescimento demográfico em Santa Maria	51
Gráfico 2: ingresso de crianças pobres no mundo do trabalho e na vida adulta, através dos registros do hospital de caridade.....	117

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Receita municipal em 1895	49
Tabela 2: relação dos prédios que não foram georreferenciados	84
Tabela 3: Situação das moradias avaliadas pela Décima Urbana, em 1902 e 1912	93
Tabela 4: Concentração de moradias entre proprietários urbanos, em 1902 e 1912	95
Tabela 5: População de Santa Maria em 1858	109
Tabela 6: População de Santa Maria em 1872	110
Tabela 7: Proporção de homens e mulheres entre proprietários urbanos, 1902-1912.	116
Tabela 8: distribuição das construções urbanas de acordo com a condição material e o gênero dos/as proprietários/as (1912)	132

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1: Fronteiras aproximadas dos tratados de Madrid e Santo Ildefonso	35
Mapa 2: Tecido urbano de Santa Maria, 1848	39
Mapa 3: Representação da malha ferroviária no Rio Grande do Sul até 1910	47
Mapa 4: SIG Histórico de Santa Maria, 1902	64
Mapa 5: SIG e Densidade Kernel a partir do valor avaliado nas Décimas Urbanas, 1902	87
Mapa 6: SIG e Densidade Kernel a partir do valor avaliado nas Décimas Urbanas, 1912	90
Mapa 7: Propriedades urbanas de Jacob Beck e José A. de Moraes Chaves, em 1902	97
Mapa 8: Moradias de proprietários pobres, 1902	114
Mapa 9: Moradias de proprietários pobres, 1912	120
Mapa 10: Comércio, lazer e casas de negócios, segundo a planta de 1902	128
Mapa 11: imóveis urbanos de acordo com a “qualidade”, em 1912	131
Mapa 12: regiões afetadas pelo Art. 24 do Código de Posturas de 1913	134
Mapa 13: construções urbanas que receberam isenção de impostos em 1912	143
Mapa 14: Moradias em ruínas, em 1902 e 1912	146

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: UM ESPAÇO EM DISPUTA	30
1.1. MORFOLOGIA URBANA.....	33
1.2. NASCE UMA VILA E UMA CIDADE: AS DISPUTAS EM TORNO DE SUA LEGISLAÇÃO URBANA.....	42
1.3. TERRITÓRIOS URBANOS E DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA DIGITAL.....	56
CAPÍTULO 2: ESPAÇO, MORADIA E MERCADO DE ALUGUÉIS	73
2.1. GEORREFERENCIANDO MORADIAS URBANAS.....	75
2.2. ESPAÇO E DESIGUALDADE ATRAVÉS DO MERCADO DE ALUGUÉIS	85
CAPÍTULO 3: O PODER PÚBLICO E A LUTA POR MORADIA	103
3.1. O “VELHO” PADILHA E MUITOS OUTROS E OUTRAS: AS CAMADAS POBRES URBANAS.....	105
3.2. A LEGALIDADE URBANA: OS CÓDIGOS DE POSTURAS E O CONTROLE DO ESPAÇO DA CIDADE.....	123
3.3. OS POBRES QUE RECORRIAM À INTENDÊNCIA: ESTRATÉGIAS E RECURSOS NA LUTA POR MORADIA	136
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
RELAÇÃO SIMPLIFICADA DAS FONTES DE PESQUISA	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	153
ANEXO A – PLANTA DE SANTA MARIA, EM 1848 (AUTOR DESCONHECIDO)	158
ANEXO B – PLANTA DE SANTA MARIA, EM 1902 (JOSÉ NEHRER).....	159
ANEXO C – PLANTA DE EVOLUÇÃO URBANA (PLANO DIRETOR DE SANTA MARIA)	160
ANEXO D – PLANTA DA VILA BRAZIL (ACERVO DE VALTER A. NOAL FILHO)	161

INTRODUÇÃO

A moradia adequada deve ser uma espécie de porta de entrada para os outros direitos humanos. O direito de ter um abrigo, o direito de viver em paz, o direito do acesso à educação, à saúde, ao rendimento, ao trabalho... Ou seja, a partir desse ponto, de uma condição de moradia, vai ser mais (ou menos) possível ter muitos outros direitos humanos respeitados.

Raquel Rolnik, urbanista e relatora para o Direito à Moradia Adequada da ONU, 2018.

A epígrafe que inicia esta introdução é um fragmento de palestra proferida pela urbanista e professora da USP, Raquel Rolnik, no ano de 2018.¹ Na ocasião, a autora buscava uma definição de “moradia adequada” que abarcasse as diferentes realidades dos países em desenvolvimento no sul global, onde atuou como relatora para a Organização das Nações Unidas. Além de uma definição bastante ampla, penso que ela serve como um bom ponto de partida para discutirmos historicamente o acesso à moradia no Brasil.

Entendo que a definição proposta pela autora pode se relacionar muito bem com as lutas por moradia que encontramos nas cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XIX - tema que venho investigando e trago resultados nesta Dissertação. Nesse período, homens e mulheres pobres buscavam as cidades por melhores condições de vida; buscavam a possibilidade de acesso à educação; acesso às novas instituições de assistência à saúde e à pobreza; acesso a espaços de lazer e sociabilidade; entre muitas outras conquistas que garantissem um futuro individual e coletivo para os seus. Quando pensamos nessa perspectiva, o acesso a moradia pode ser visto como um dos primeiros desafios para grupos subalternizados lutarem por cidadania. Afinal onde, como e com quem morar? Quais estratégias utilizar para garantir esse direito? E depois de conquistado, quais recursos serão necessários para mantê-lo? Nesse sentido, a moradia era e continua sendo um elemento central na estruturação da vida das pessoas. É o ponto de partida para a luta por uma vida digna e para a busca dos demais direitos que se possa construir e conquistar.

Mas paralelo a essa importância imprescindível (ou talvez justamente por ela existir), o acesso à moradia operou, desde muito tempo, em uma lógica de mercado e acumulação de riqueza. Um breve olhar para o passado nos ensina isso: antes mesmo do recorte desta pesquisa, na São Paulo colonial de 1809, aquela pequena cidade já era

¹ Palestra gravada em formato *podcast*. Disponível em: <<https://soundcloud.com/oficialibab/ibab-cidade-urbanum-raquel-rolnik>>. Acesso em: 24 jun. 2022.

metade composta por moradias de aluguel.² Cem anos depois, algo semelhante foi evidenciado na urbanização das cidades durante o fim da escravidão e instauração da Primeira República, como o caso de Santa Maria, que será investigado nessas páginas.

E avançando outros cem anos para o presente, o panorama não é animador: dados do IBGE em 2019 apontavam que existiam aproximadamente 6 milhões de famílias sem casa no Brasil. Esse número condensa diversos níveis de precariedades, desde moradores/as em situação de rua até famílias que se encontram em habitações coletivas e estruturas sem acesso ao saneamento e energia elétrica adequada. Paralelo a esta precariedade, existiam aproximadamente 7 milhões de imóveis vazios no país naquele ano, foco de especulação imobiliária. Realidade que tem reforçado, cada vez mais, a pauta de que no Brasil “existe mais casa sem gente do que gente sem casa”.³ Agravando este quadro, a crise econômica e social ocasionada pela pandemia de Covid-19, e intensificada pelo cenário político brasileiro, fez crescer em 38% a população em situação de rua no país, entre 2019 e 2022.⁴ Isso demonstra que a relação das lutas por moradia com a exploração da habitação como mercado lucrativo e acumulação de riqueza possui importância central para compreendermos como operou (e ainda opera) a desigualdade social nas cidades brasileiras.

A ideia inicial desta pesquisa surgiu durante o período em que fui bolsista de iniciação científica.⁵ Uma parte das atribuições da bolsa estiveram em construir um banco de dados, voltado ao estudo de hierarquias sociais em contexto urbano da segunda metade do século XIX. O estudo e programação de banco de dados, a aplicabilidade destas ferramentas na pesquisa histórica e a experiência no trato empírico com fontes primárias direcionaram o interesse no tema das humanidades digitais, e mais especificamente, no uso dessas tecnologias para a pesquisa em História Social. Paralelo a isso, participar do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição (GEPA) da UFSM influenciou ainda mais o meu interesse para o tema da História Social do Trabalho, e mais especificamente, das questões

² BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista, [S. l.]*, v. 13, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100003>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

³ Estimativa realizada pela Fundação João Pinheiro, baseada nos dados do IBGE. Ver: <<http://novosite.fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

⁴ Para maiores detalhes sobre o impacto da pandemia de covid-19 na população em situação de rua, ver: <<https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/13457-populacao-em-situacao-de-rua-supera-281-4-mil-pessoas-no-brasil>>. Acesso em: 13 fev 2023.

⁵ Projeto coordenado por Luís Augusto E. Farinatti, intitulado “Hierarquia social, trabalho e família na fronteira meridional do Brasil”, desenvolvido no Departamento de História/UFSM.

que o pós-Abolição como problema histórico levantam para debater a desigualdade e a racialização no final do século XIX e início do século XX.⁶

Foi nessa direção que construí a pesquisa de TCC defendida em 2018, onde o objetivo era investigar como ocorria o ingresso de crianças e jovens pobres no mundo do trabalho e na vida adulta em Santa Maria, nas primeiras décadas do século XX. Essa ideia foi colocada em prática a partir de um trabalho conjunto com outras colegas, no fichamento de uma grande quantidade de registros de pacientes pobres do Hospital de Caridade de Santa Maria, instituição fundada em 1903 para o atendimento médico das camadas populares. Como os registros possuíam informações diversas de seus pacientes – cor, idade, profissão, estado civil etc. – o fichamento originou esse e outros trabalhos com recortes variados, envolvendo a população pobre de Santa Maria.⁷

Trabalhar com essa documentação rendeu uma série de discussões, além de questionamentos que não tiveram resposta. Um deles estava justamente na dimensão espacial das relações entre essas pessoas – algo que não era possível alcançar pelas fontes do hospital. Afinal, onde eles e elas viviam? Como se configurava o contexto urbano desse mundo onde crianças - meninos e meninas - ingressavam no mundo do trabalho próximo aos 10 anos de idade, e poucos anos depois, apareciam nas documentações com registro de estado civil? Esses questionamentos surgiam também ao analisar as profissões de meninos/as pobres daquele mundo. Muitos dos casos ingressavam no mundo do trabalho em serviços profundamente ligados ao mundo rural, o que trazia implícito o questionamento sobre onde essa pobreza se estabelecia geograficamente naquela cidade. Na medida em que analisávamos as documentações – e aquele montante de números e registros de pacientes criavam “vida” - a ausência da dimensão espacial sempre esteve ali, inquietante. Desta inquietação originou a presente pesquisa, que tem como tema central analisar a relação entre o espaço e a desigualdade socioeconômica na formação de Santa Maria, cidade localizada no interior do estado mais meridional do Brasil. Para abordar empiricamente esse debate, defino o tema da habitação como enfoque central no estudo em questão.

⁶ RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

⁷ ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019; SANTOS, Gabriela Rotilli dos. *Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017; BRUNHAUSER, Felipe Farret. O mundo do trabalho em perspectiva geracional: padrões sociais de crianças e jovens pobres na Primeira república. *Revista Ars Historica (UFRJ)*, n. 19, vol. 2, 2020.

Nesse sentido, esta pesquisa investiga a relação da moradia urbana e desigualdade social, partindo da espacialidade deste fenômeno em um contexto de *constituição urbana* na Primeira República. Com a utilização de SIG Histórico⁸ e demais aportes teórico-metodológicos da História Social e História Urbana, analiso as lutas por moradia e a constituição do imóvel urbano como um mercado lucrativo na formação do município de Santa Maria, localizado no centro do estado do Rio Grande do Sul. Assim, pretendo compreender em que medida a análise dos fenômenos de formação de cidades no interior do Estado, com relação às disputas pelo acesso à moradia, poderá enriquecer o debate sobre a desigualdade das cidades no interior do Brasil.

Entender Santa Maria como um processo de constituição urbana é parte importante do lugar em que esta pesquisa pretende se inserir. Muitos estudos buscaram construir sentidos para as transformações que as cidades brasileiras experienciaram a partir do final do séc. XIX. Ao menos desde a década de 1980, encontramos modelos explicativos sofisticados para o entendimento da urbanização brasileira e sua relação com o espaço e desigualdade social, no final do Império e Primeira República. Considerando a impossibilidade de esmiuçar todo este debate em poucas páginas, ao menos três obras ajudam a exemplificar esta reflexão.

Benedito Lima Toledo (1980), na obra *São Paulo: três cidades em um século*, consolidou uma narrativa da urbanização brasileira que vinha sendo gestada desde os anos 1950. Interessado em explicar a explosão demográfica de São Paulo e suas transformações materiais, Toledo endossou uma narrativa que privilegiava os saltos de desenvolvimento das grandes metrópoles do final do oitocentos: de cidade colonial, rapidamente São Paulo teria se tornado a grande metrópole do café, abandonando os ares retrógrados e abraçando o ideal burguês de progresso e modernização.⁹ Sua ênfase nas transformações brutais que a cidade sofreu trazia consigo um tom “comemorativo” a esta modernização. Elementos que já eram vistos na historiografia desde a década de 1950, como em *A segunda fundação de São Paulo* de Eurípedes Simões de Paula, mas que em Toledo, encontra-se um exemplo da permanência dessa leitura pelas próximas décadas. Entretanto, a partir dos anos 1990 esse modelo interpretativo passou a ser duramente

⁸ SIG – Sistemas de Informação Geográfica. “SIG Histórico” foi um termo cunhado pelo historiador britânico Ian Gregory, ao designar o uso de geotecnologias para aprimorar análises espaciais do passado. Ver: GREGORY, Ian. *A place in history: a guide to using GIS in historical research*. Oxford: Oxbow, 2003.

⁹ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify : Duas Cidades, 2004.

criticado, sobretudo por sua tendência em eliminar da narrativa histórica as disputas e resistências a esta modernização, atribuindo a ela uma eficiência desmedida e pouco verificável empiricamente.

A urbanista Raquel Rolnik em *A cidade e a lei*, analisando os territórios e a legislação urbana na cidade de São Paulo, trouxe à tona um olhar crítico a este processo, ressaltando o custo humano e social dos projetos de modernização urbana levados à cabo nas grandes cidades brasileiras do século XIX. Contrariando os exemplos anteriores, a autora identificou uma modernização que na prática funcionava apenas para as zonas centrais, locais de moradia das elites urbanas paulistas – o que gerou a reordenação dos espaços populares, cada vez mais, jogados para as bordas da cidade. Segundo a autora, esta modernização seletiva seria a raiz do problema urbano atual. A precária mobilidade urbana, o problema habitacional e a falta de recursos e serviços públicos adequados nas periferias, decorrem de um projeto propositalmente inacabado de modernização, que objetivou gerar uma cidade que estivesse esquadrihada em termos de classe.¹⁰

Ainda nos anos noventa, alguns estudos trouxeram importantes avanços para este debate, principalmente por colocar em xeque a ideia de “modernização” e sua eficácia, presente nos trabalhos anteriores. Maria Odila Dias, em *Quotidiano e Poder*, ao investigar uma História Social das mulheres no século XIX, demonstrou um olhar para o processo de urbanização que buscava romper com noções de progresso e evolução e a aparente linearidade da História. Nesse sentido, o cotidiano da cidade, e das mulheres pobres investigadas por Maria Odila, eram a expressão de uma São Paulo que estava longe de ser a cidade burguesa que se buscava enquadrar.¹¹ Mesmo em meio aos avanços da modernização urbana e da introjeção de padrões de vida burgueses, a autora demonstra que uma infinidade de aspectos da “cidade colonial” permaneceu no cotidiano da cidade por muito tempo.

De modo geral, os estudos de Toledo, Rolnik e Dias, exemplificam alguns dos principais campos de leitura nas teses de urbanização do Brasil. Seja compreendendo este processo na chave dos “saltos de desenvolvimento”, a partir de um olhar crítico a essa modernização, ressaltando seu caráter inacabado e gerador de segregação, ou mesmo enfocando as permanências e resistências a estes projetos. E esses campos de leitura vêm

¹⁰ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAPESP: Studio Nobel, 1997.

¹¹ DIAS, Maria Odila L. da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

se reatualizando em pesquisas subsequentes. Assim, de forma indireta, essas narrativas têm sido incorporadas em outros campos de investigação da História Social, que buscam no debate sobre urbanização um diálogo para seus temas de estudo centrais.

A dificuldade, contudo, é entender como cidades como Santa Maria se encaixam neste processo. Afinal, as principais teses da urbanização no Brasil são pautadas em estudos empíricos de grandes centros econômicos regionais e capitais brasileiras. Será que podemos pensar a ordenação espacial, a formação e permanência de bairros e territórios populares, os projetos de reformas do espaço urbano e as lutas por moradia de forma semelhante?

Esta discussão se torna ainda mais pertinente quando entendemos que Santa Maria não estava sozinha. Paralelo ao *boom* demográfico das grandes capitais na virada do século XIX para o século XX, o Brasil vivenciava outro processo da História Urbana igualmente importante e pouco discutido: a formação de centenas de cidades, que estão se emancipando no interior das regiões periféricas do Brasil: Estados/Províncias do sul, norte e nordeste brasileiro. Entre os censos de 1872 e 1890, a região sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) mais do que dobram o número de cidades. Cidades que se emancipam politicamente, onde suas elites locais passam a constituir seus corpos administrativos e legislar as normas de ocupação do espaço urbano e acesso à moradia. É por esta perspectiva que a presente pesquisa foi conduzida.

O tema da urbanização e modernização das cidades foi abordado em diferentes áreas de estudo na História, no Urbanismo e na Geografia. Ao fazer um panorama da historiografia relacionada à pobreza e urbanização em seis cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Fabiano Rückert encontra narrativas bastante homogêneas acerca do binômio pobreza/urbanização. Seja investigando a cidade a partir da legislação urbana, do controle tributário ou dos seus aparatos repressivos, o sentido geral desse processo segue caminhos muito próximos nos diferentes estudos: de como o poder público atuou para acionar dispositivos e instituições de controle social, que garantissem a efetivação dos projetos de modernização e higienização das cidades dentro de padrões burgueses, promovidos pelas elites urbanas.¹²

¹² RÜCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; et al. (Orgs.). *Histórias da pobreza no Brasil*. Rio Grande: FURG, 2019.

Assim, o debate acerca da modernização/urbanização das cidades ganhou lugar em diversos campos de estudos entre historiadores/as. Isso gerou uma onda de pesquisas que se relacionavam com a temática nas últimas décadas, permitindo olhar como esse processo ocorreu em diferentes realidades brasileiras. Mas algumas questões ainda parecem mal resolvidas, ou ao menos merecem atenção redobrada. Uma delas é a pouca atenção à dimensão espacial desse processo, que muitas vezes tem sido negligenciada no campo da História, principalmente em estudos que relegam ao espaço o papel de contextualização histórica, ou “pano de fundo”, no qual os temas centrais das pesquisas ocorreram.

O fato é que esse processo efetivamente existiu com diferentes intensidades que variavam de acordo com uma série de fatores, como o poder econômico das elites urbanas de cada experiência local, das influências políticas e regionais e os recursos financeiros e poder do capital industrial que cada cidade possuía para colocar em prática seus projetos de modernização. O cuidado deve estar em problematizar se esse processo de fato produziu, em algum lugar, uma cidade que estava efetivamente esquadrihada em uma divisão classista e/ou étnica dos territórios urbanos, atribuindo uma suposta eficiência a esse processo que lima a capacidade de ação de grupos oprimidos. Outra questão que pode ser colocada é a narrativa da transformação abrupta da cidade colonial para a cidade burguesa, sem considerar que elementos categorizados como “coloniais”, seja nos modos de vida, de habitação, costumes e mesmo na legislação urbana, permaneceram em boa parte do século XX em nossas cidades.

E esse debate é ainda mais importante quando avaliamos que o processo de urbanização no Brasil, ocorrido na virada do século XIX para o século XX, é extremamente heterogêneo. A urbanização de capitais e grandes centros nem sempre ajuda a explicar de forma efetiva a formação de cidades interioranas como Santa Maria, que passaram a ter corpos administrativos e constituição de leis na segunda metade do século XIX, quase no fim da escravidão e adentrando no período republicano; e com fluxos de crescimento muito menores nos anos subsequentes.

Por isso, olhar para a espacialidade desse fenômeno, e como a dimensão local recebe esses estímulos, é de grande importância nas análises históricas e na forma como nos aproximamos das documentações. É a tentativa de um olhar que compreende o espaço como constitutivo dos processos históricos e um elemento moldado pela ação humana. Caso contrário, como aponta Angelo Torre, perdemos de foco processos locais

que são igualmente importantes de serem considerados naquela realidade, em detrimento da busca de elementos considerados mais amplos e importantes.

A consciência desse processo muda profundamente nosso modo de ler os conteúdos da própria documentação. O conteúdo local de uma prática ou de uma instituição é geralmente tido como um elemento no qual é necessário purificar os relativos testemunhos. Para atestar sua autenticidade, acaba-se por descontextualizar o que acontece. Com o objetivo de legitimar as reconstruções dos eventos e as interpretações do passado, os fenômenos locais são reduzidos (ou elevados) a exemplificações de tendências ou processos que se entendem tanto mais legítimos – ou seja, relevantes –, quanto mais são abstratos e rarefeitos.¹³

Nessa perspectiva, busco investigar as lutas por moradia e a constituição da habitação como um mercado lucrativo na formação da cidade de Santa Maria, no interior do estado do Rio Grande do Sul. E reitero sua característica de ser uma urbe interiorana, longe dos centros de poder e que ao contrário das grandes cidades daquele momento, se constituiu como uma cidade apenas na segunda metade do século XIX.

A historiografia recente sobre Santa Maria já vem demonstrando a diversidade étnica e cultural que marcou sua formação. Desde o primeiro estabelecimento de um povoado na região, a crescente presença da população negra e indígena, de militares do império, lavradores luso-brasileiros e a chegada dos primeiros imigrantes alemães, fez do povoado um local muito mais diversificado do que alguns relatos de viajantes e registros memorialísticos tentaram construir.¹⁴ Somado a isso, a cidade passou por um crescimento populacional expressivo na década de 1880 com a ampliação da malha ferroviária no interior do Rio Grande do Sul.

A chegada da ferrovia ampliou o espaço urbano e transformou Santa Maria em um local de passagem de viajantes e mercadorias, além de uma cidade com constante chegada de trabalhadores/as das mais diversas origens, em busca de oportunidades de sobrevivência - italianos, alemães, portugueses, russos, belgas, libaneses, austríacos, entre outros. Esse crescimento acompanhou a maior atuação de instituições públicas e privadas

¹³ TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. (Org.). *Micro-História: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020. p. 78.

¹⁴ KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. 2009. Dissertação de Mestrado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009; NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria - RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891*. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013; GRIGIO, Ênio. *"No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse": a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (1873-1942)*. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018.

no controle e assistência à pobreza local.¹⁵ Além disso, os estudos direcionados ao pós-Abolição demonstram que a cidade se tornou um atrativo para a população negra, livre ou liberta da escravidão, que buscava se afastar “das relações que lembrassem o cativo e as condições de trabalho e vida como cativos”.¹⁶ Essa diversidade marcou o processo de constituição urbana da cidade, e principalmente dos seus territórios populares.

Contudo, até o momento pouco se investigou sobre o lugar geográfico que ocupavam essas pessoas. Alguns trabalhos iniciaram este debate de forma concreta, como a Tese de Ênio Grigio e a Dissertação de Franciele Oliveira, já citados anteriormente, em pesquisas voltadas ao tema da escravidão e pós-Abolição, com enfoque em organizações negras concentradas no bairro Vila Rica, importante território negro/popular daquele momento. Contudo, o que sabemos acerca da distribuição dos territórios urbanos, ou mesmo de uma descrição da paisagem urbana e suas mudanças, ainda permanece bastante pautado em textos memorialísticos ou articulados com o debate historiográfico mais amplo acerca das teses de urbanização, desenvolvidas a partir da análise das grandes cidades brasileiras.

Colocando esses parâmetros e estabelecendo os pressupostos teóricos e conceituais, a pergunta central desta pesquisa pode ser resumida da seguinte maneira: “Como operou a espacialização da desigualdade em Santa Maria, durante sua urbanização no período republicano?”. Dentro desta pergunta central, elenco alguns objetivos específicos que ajudam a respondê-la. (1) Compreender a atuação e os limites da legislação urbana na produção de uma segregação residencial na cidade; (2) mapear a atuação da esfera privada na estruturação urbana, a partir das dinâmicas e características do mercado de aluguéis e da concentração de riqueza em imóveis urbanos; (3) identificar a formação de territórios populares na cidade, suas origens e transformações; (4) investigar as lutas por moradia em meio a esse processo, sobretudo quais estratégias e recursos eram instrumentalizados pelas camadas populares para conquistar e manter o direito à moradia.

¹⁵ CARVALHO, Daniela Vallandro. *“Entre a solidariedade e a animosidade”: Os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria – 1885-1915*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005; CRUZ, Lisiane Ribas. *A infância abandonada é a sementeira do crime”: o julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927)*. 2017. Dissertação de Mestrado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017; ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

¹⁶ OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Dos laços de José e Innocência: trajetórias de uma família negra entra a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. p. 224.

Para que os questionamentos levantados tenham resposta, esta pesquisa se apropria de documentações diversas e que podem ser entendidas em três grandes grupos. O primeiro, trata-se dos códigos e leis produzidos pela legislação urbana local. Utilizo amplamente os Códigos de Posturas Municipais e os decretos da Lei Orgânica do Município, como forma de entender como a legislação urbana e o controle tributário interferiram no acesso à moradia. Por essas documentações, também, é que se pode vislumbrar as ações do poder público com potencial de produzir segregações sociais.

O segundo grupo se constitui pelas documentações que o poder local produziu para que as leis e códigos fossem executados. Dentro deste segundo grupo, destacam-se: (1) a Décima Urbana, livros onde se registrava as moradias urbanas para a cobrança de impostos, contendo informações dos proprietários e dos imóveis da cidade; (2) requerimentos de construção, onde a população comunicava a Intendência acerca de reformas e mudanças que seriam feitas em suas moradias; (3) registros de aforamento, onde pessoas solicitavam a concessão de terrenos urbanos, uma política colocada em prática pela legislação municipal nos anos finais do Império, e que perdurou no século XX; (4) e finalmente, os pedidos de isenção de multas e impostos de moradias: correspondências enviadas para o Intendente Municipal, onde se solicitava a isenção de impostos das moradias por motivos de pobreza e doença.

Por fim, um terceiro grupo de documentações, mais diversificadas e igualmente importantes: relatos de viajantes, notícias de jornais, almanaques, fotografias, e principalmente plantas e mapas históricos da cidade. O uso destas documentações, aliado a um saber toponímico sobre a paisagem urbana de Santa Maria, permitiu a elaboração de mapas e representações cartográficas da cidade.

As documentações citadas foram analisadas e cruzadas de maneiras diversas. Com destaque para os livros da Décima Urbana que abrangem uma catalogação dos imóveis da cidade desde 1893 até o fim da Primeira República, e reúnem informações riquíssimas das habitações urbanas. Entre elas, destacam-se:

- ✓ Nome do/a proprietário/a;
- ✓ Endereço da moradia;
- ✓ Situação da moradia (se era alugada, desocupada, própria etc.);
- ✓ Condições materiais (térrea, sobrado, de material, de tábuas etc.);
- ✓ Preço avaliado na locação da moradia;

A análise dessas informações permitiu investigar quantitativamente a situação da moradia urbana na cidade, o peso do mercado de aluguéis na estruturação urbana, a acumulação de moradias em nomes e famílias específicas, a proporção de mulheres e homens proprietários/as na cidade, e principalmente, como esses elementos variavam ao longo do tempo.¹⁷ Além de analisar de forma quantitativa, me interessava conseguir utilizar os endereços que existem nos registros de imóveis da documentação, com alguma precisão geográfica e histórica. Afinal, com o uso de SIG Histórico, seria possível localizar em um mapa esses imóveis e visualizar como a desigualdade social estava distribuída no espaço urbano.

Pesquisas que investigam o mercado imobiliário, ou que abordam o uso de SIG aplicado à escala dos territórios e moradias urbanas, foram importantes leituras para o apoio teórico-metodológico. Entre elas, destaco os estudos de Beatriz Siqueira Bueno acerca do mercado imobiliário de São Paulo em 1809;¹⁸ o já citado estudo de Raquel Rolnik sobre a legislação e territórios urbanos em São Paulo no século XIX e XX;¹⁹ o trabalho com SIG realizado por Carlos E. Valencia Villa, acerca da transição da paisagem rural à urbana no Rio de Janeiro do Séc. XVIII ao XIX, e os estudos comparados das aglomerações residenciais de negros/as livres, no Rio de Janeiro e Richmond, Virginia, no Séc. XIX;²⁰ as segregações residenciais e intervenções urbanísticas em Porto Alegre, analisadas por Cleandro Krause e Fania Fridman;²¹ o recente trabalho de Daniele Vieira, que realiza uma cartografia histórica dos territórios negros em Porto Alegre;²² os estudos de SIG,

¹⁷ A forma como foi conduzida a construção do banco de dados, fichamento e análise desta fonte, foi inspirada em estudos de análise serial. Sobre este tema, ver: FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15 n. 28, 2008.

¹⁸ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, [S. l.], v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/urbana.v10i1.8651827>>. Acesso em: 21 jul. 2020.

¹⁹ ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: FAPESP – Studio Nobel, 1999.

²⁰ VALENCIA VILLA, Carlos E. Aglomeraciones residenciales de negros libres en Rio de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, Estados Unidos) a mediados del siglo XIX. *Espaço e Economia*, n. 3, p. 2-25, 2013; _____. *El cambio del paisaje rural al urbano em Rio de Janeiro 1750-1850: Elementos Cuantitativos y de Georeferencia*. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/20295840/El_cambio_del_paisaje_rural_al_urbano_em_Rio_de_Janeiro_1750-1849_elementos_cuantitativos_y_de_georeferencia. Acesso em: 2 ago. 2020.

²¹ KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspectiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. In: *Anais*. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo, 2017.

²² VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do

conduzidos por Bernard Gauthiez, acerca da transformação do espaço urbano de Lyon entre os Séc. XVII e XIX;²³ entre outros.

O trabalho com SIG Histórico partiu da coleta de plantas e mapas de Santa Maria. Ao todo, foi utilizado cinco desses documentos, que representam a cidade em diferentes períodos de sua formação (1848, 1902, 1911, 1914 e 1918). O objetivo consistiu em digitalizar esses documentos históricos e georreferenciá-los dentro do *software* de SIG, chamado *QuantumGIS*. Esse esforço se resume em sobrepor o documento histórico com imagens de satélite atuais, selecionando pontos geográficos que podem ser identificados tanto na fonte histórica como na atualidade (prédios públicos, teatros, igrejas, cruzamentos de ruas etc.). Com isso, o *software* cria uma versão digital dessas plantas e mapas, mas agora com coordenadas geográficas precisas, corrigindo também distorções que possam existir no documento histórico, por erros da cartografia da época em que ele foi confeccionado.

A partir desse ponto é que podemos trabalhar com esses mapas e plantas da cidade, de modo a literalmente desconstruí-los digitalmente e criar nossos próprios mapas com alguma precisão geográfica e histórica, como será visto neste estudo. O uso do banco de dados em SIG permite separar digitalmente as informações que estão presentes nessas plantas (ruas, informações topográficas, prédios etc.) para criar mapas, ou abastecer esse banco de dados com outras fontes que possuem uma referência espacial, como os endereços dos imóveis na Décima Urbana.

Nesse sentido, o espaço torna-se também um fio condutor das relações que as fontes, muitas vezes, não disponibilizam de forma direta. Um exemplo está na cartografia dos bairros populares, que será vista no primeiro capítulo. Os bairros de Santa Maria não existiam formalmente na legislação urbana e nas fontes oficiais, ainda que estivessem lá por quase um século, constituídos na primeira metade do século XIX e em constante crescimento no espaço social da cidade durante o período republicano. É a partir do SIG Histórico que podemos cruzar essas informações e construir mapas da cidade em que esses territórios, e uma fronteira aproximada entre eles, seja considerada. Assim as fontes oficiais, que possuem referências espaciais mais formais, como informações de rua e

Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177570>>. Acesso em: 28 abr. 2020.

²³ GAUTHIEZ, Bernard. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico – método e exemplos de aplicação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, v. 1, 2016.

número, podem ser usadas com maior segurança. É no cruzamento dessas fontes que podemos trabalhar de forma mais segura com referências espaciais tão diversas.

Esta Dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro, intitulado “*Um espaço em disputa*”, foi possível realizar um panorama da ocupação urbana da cidade, desde o final do século XVIII, até o início do século XX. A construção desta análise partiu de levantamentos bibliográficos, do cruzamento de fontes variadas e do uso da cartografia digital, na construção de representações que indicassem como os diferentes grupos sociais, envolvidos na ocupação urbana de Santa Maria, construíam o espaço social da cidade e segregaram determinados grupos sociais. É neste capítulo que podemos entender a formação dos primeiros bairros populares de Santa Maria – chamados Vila Rica e Aldeia – e como elementos geográficos da região, como o relevo e os cursos d’água (conhecidos como sangas), se relacionavam com os espaços de pobreza e riqueza do núcleo urbano.

Em “*Espaço, moradia e mercado de aluguéis*”, avanço ainda mais no uso do SIG Histórico, realizando o georreferenciamento dos imóveis urbanos de Santa Maria nos anos de 1902 e 1912. Neste capítulo, é apresentado um método que elaborei para georreferenciar os imóveis de Santa Maria, baseado no *Lançamento de prédios urbanos* da cidade, documentação conhecida na historiografia como Décimas Urbanas. Com o SIG Histórico, foi possível analisar a ocupação urbana de acordo com variáveis como o preço dos imóveis, nomes dos proprietários e usos (aluguel ou uso próprio), para analisar padrões do mercado de aluguéis na cidade e do rentismo imobiliário. Esta análise permitiu refletir sobre o poder e influência da esfera privada na estruturação urbana de Santa Maria.

Por fim, o capítulo “*O poder público e a luta por moradia*” encerra esta Dissertação olhando para as camadas populares urbanas, analisando como a legislação urbana, através da Intendência Municipal, atuava para limitar o acesso à moradia para determinados grupos sociais, bem como a permanência de moradias populares em regiões centrais. O capítulo acompanha a trajetória de Gustavo Padilha, um ex-escravizado que busca em Santa Maria, em especial no bairro Aldeia, um lugar para viver e constituir sua família. Sua história de vida é o fio condutor do capítulo, que apresenta diversos outros elementos da luta por moradia em Santa Maria na Primeira República e imediato pós-abolição: a atuação de mulheres chefes de família no acesso à moradia popular; quais estratégias e recursos eram acionados pelas camadas populares para

garantir a permanência deste direito; e como marcadores de gênero e raça são essenciais para entender como certos grupos sociais, mesmo entre as camadas populares, possuíam privilégios para garantir o direito à moradia junto ao poder público.

Para finalizar esta introdução, creio que seja importante compartilhar com o leitor ou leitora, que a elaboração desta dissertação foi marcada por profundas rupturas pessoais e profissionais. No início de 2021, meus estudos com o Mestrado foram paralisados, devido à situação de desemprego e dificuldades pessoais e familiares por conta da pandemia de Covid-19. Neste contexto, me mudei de Porto Alegre para Santa Maria, para estar mais próximo de meus familiares e buscar novas oportunidades em minha cidade natal. Foi nessa mudança que tive o privilégio de fazer parte da Escola Marista Santa Marta, unidade social que atende de forma gratuita mais de mil estudantes da periferia de Santa Maria. A escola localiza-se, por uma ironia do destino, na comunidade Nova Santa Marta: bairro formado por um grande movimento de ocupação urbana, colocada em prática por movimentos sociais, entre eles o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), em meio à crise econômica dos anos 1990.

Nesta experiência, atuei como professor de História em todas as turmas de 6º a 9º ano da escola. Logo, me confrontei com a realidade de pessoas que, em condições estruturais muito piores que a minha, também enfrentavam o impacto da Covid-19. A crise econômica provocada pela pandemia fez a comunidade crescer de forma desordenada, com novos ocupantes de origens e histórias diversas: famílias despejadas de outros locais, migrantes de outras cidades e estados ou famílias que simplesmente não conseguiam mais arcar com os custos de aluguel e do sustento familiar em meio à pandemia. Em dois anos, era perceptível uma mudança na paisagem da comunidade, nos seus rostos e na sua estruturação urbana.

Em sala de aula, os resultados da má gestão pública no combate à pandemia mostraram rapidamente os seus reflexos: enfrentamos de forma dura as lacunas de aprendizagem de crianças e jovens que por vezes não contavam com uma estrutura familiar adequada, muito menos condições de moradia que garantissem o distanciamento social, tampouco um espaço adequado para o ensino domiciliar. Não demorou para emergirem, em sala de aula, casos de violências domésticas, insegurança alimentar,

trabalho infantil e evasão escolar²⁴ - fatores intensificados pela pandemia e dois anos de ensino remoto.²⁵

Em um mundo onde ainda encontramos crianças de 12 e 13 anos inseridas no trabalho infantil, minha mente e coração estiveram inteiramente envolvidas no trabalho desenvolvido nesta escola, que vem exercendo um papel fundamental no combate a esses desafios. Nas aulas, pude ensinar sobre história geral, mas também sobre a cidade de Santa Maria e sobre a história da própria comunidade. Pude ensinar sobre como a desigualdade social e a luta por moradia fazem parte da história do Brasil, mas também sobre como a comunidade Nova Santa Marta está inserida neste processo.

Produzimos jogos sobre a história da cidade,²⁶ desenvolvemos trabalhos que debatiam projetos de saneamento para o bairro, ou que discutiam o acesso à cidadania e à direitos sociais dentro da comunidade. Atividades que foram possíveis graças ao trabalho desenvolvido nesta pesquisa de Dissertação.²⁷ Em agosto de 2022, assumi o desafio de coordenar o setor pedagógico da escola. Atividade que venho realizando em meio a todos os desafios citados anteriormente, intercalando o trabalho como Coordenador Pedagógico com o de pesquisador, na conclusão deste estudo.

Retornar à Dissertação não foi um trabalho fácil, tampouco seria possível sem a generosidade de colegas pesquisadores e pesquisadoras. Muitas documentações e leituras que se encontram nos capítulos que seguem são fruto de uma rede de ajuda e troca de informações e materiais, em especial composta por colegas do Grupo de Estudos sobre o pós-Abolição (GEPa/UFSM). Além disso, sem o cuidado e afeto com que a minha orientadora Cláudia Mauch auxiliou durante esta caminhada, talvez ele não tivesse sido concluído.

Por fim, hoje sinto que a história da comunidade Nova Santa Marta se entrelaça com a história da Aldeia e Vila Rica – territórios populares que o leitor conhecerá mais

²⁴ Sobre o aumento da pobreza em Santa Maria durante a pandemia de Covid-19, ver: <<https://sedufsm.org.br/noticia/7385-santa-maria-tem-quase-5-mil-novas-familias-em-situacao-de-pobreza>>. Acesso em 13 mar 2023.

²⁵ Sobre os índices de abuso sexual durante a pandemia, ver: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/05/18/com-pandemia-denuncias-de-abuso-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-crescem-mas-sao-feitas-de-forma-tardia.ghtml>>. Acesso em 13 mar 2023.

²⁶ Realizamos a produção do jogo “Viajantes do Tempo”. Jogo de tabuleiro, com fins pedagógicos, que conta a história da cidade, desde sua formação até os dias atuais.

²⁷ Destes trabalhos, tivemos a oportunidade de levar estudantes do 9º ano para a Mostra de Iniciação Científica (2022), ocorrida na PUC-RS, Porto Alegre. Trabalho em que os estudantes testavam formas de purificar a água do Cadena, arroio onde escoam as sangas que cortam a comunidade e as regiões centrais da cidade.

adiante. A experiência de trabalhar na comunidade, de conhecer suas ruas e conviver com seus moradores e suas lideranças comunitárias, incrementaram as análises desta pesquisa e ressignificaram o sentido desta Dissertação, que concluo com muita alegria e com o sentimento de dever cumprido.

CAPÍTULO 1: UM ESPAÇO EM DISPUTA

“A arquitetura das casas é simples, mas vê-se com prazer um telhado rosa, um pouco levantado e saliente, fazer sobressair a brancura dos muros. [...] Quase todas as casas têm um pequeno jardim fechado no fundo com um laranjal que lhe dá sombra e contribui para o embelezamento da paisagem”

Arsène Isabelle, descrevendo o povoado de Santa Maria em 1834

“E de fato, depois de contornar uma pequena floresta, encontrei uma bonita aldeia suíça, uma vila cercada de sombrias laranjeiras, justamente à entrada da serra. Santa Maria da Boca do Monte chama-se o lindo ninho de casas brancas com telhados vermelhos. Diante dela, um arco duplo de laranjeiras forma, em torno de uma praça verde, um passeio que muitas capitais nórdicas poderiam invejar à aldeia rio-grandense”.

Robert Avé-Lallemant, sobre a recém fundada Vila de Santa Maria, em 1858

O leitor ou leitora que realizar um breve levantamento dos livros clássicos sobre a história de Santa Maria, certamente vai se deparar com narrativas como as apresentadas nesta epígrafe.²⁸ Ambos os relatos foram descritos por viajantes europeus que, em diferentes momentos do século XIX, cruzaram por aquele povoado. Em seus caminhos, desde a costa do Atlântico (seja por Pelotas, pelo porto de Rio Grande ou Porto Alegre) até as regiões do Prata, o vilarejo conhecido como Santa Maria se tornava um dos pontos estratégicos de descanso na longa viagem. Sua posição central na província e atual estado do Rio Grande do Sul, sempre conferiu ao povoado ares de passagem e importante posto comercial para as demais vilas circundantes.

Quando buscamos esses e outros relatos de viajantes, seguidamente nos deparamos com descrições da paisagem bucólica de uma pequena vila do século XIX, estabelecida na encosta da serra; cercada, ao norte, de morros cobertos por uma densa e sombria floresta, e ao oeste, por campos abertos que davam caminho para a fronteira com a região platina. Esta narrativa, aliada a imagem de uma vila europeia no sul do Brasil, rapidamente se refletia, também, na descrição que era atribuída a seus moradores e moradoras: Robert Avé-Lallemant, que esteve no vilarejo em 1858, descreveu uma Santa Maria predominantemente alemã, onde “o dialeto palatinado” era falado por toda a parte.

Mas historiador/a que se preze não costuma tomar o discurso encontrado em um único documento como verdade absoluta. E pesquisadores/as desse tipo vieram antes de mim, confrontando a narrativa de uma Santa Maria com ares de aldeia suíça em meio ao

²⁸ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio. (org.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 1ªed. Santa Maria, RS: Editora UFSM, 1997. (Memória sul rio-grandense).p. 36; 44.

Rio Grande do Sul marcado pelo escravismo. Pesquisas recentes buscaram ressaltar a importância da população negra e indígena, presentes desde a formação do povoado e compondo sua base demográfica com militares e agricultores luso brasileiros, se estabelecendo na região décadas antes da chegada dos primeiros imigrantes alemães. O desenvolvimento do povoado, que só viria a se tornar uma cidade no final da década de 1870, nas palavras de Ênio Grigio “nasceu sob o signo da escravidão” e assim se caracterizou por todo o século XIX.²⁹

Com o objetivo de analisar o espaço social da cidade, optei por começar investigando as transformações materiais que ela sofreu, por meio da construção de uma cartografia dos territórios urbanos na formação do município, e assim entender como surgiram seus subúrbios e bairros populares. Para isso, trabalhei com algumas fontes específicas, como plantas da cidade, relatos de viajantes e acervos iconográficos; documentações que permitem uma aproximação bastante visual e qualitativa sobre aquele mundo. Realizado o levantamento, a constatação foi de pouquíssimos registros da presença desses territórios na história da cidade que permitissem uma representação cartográfica.

Algumas pesquisas sobre Santa Maria deram conta de demonstrar sua diversidade étnica durante todo o século XIX, através de censos estatísticos, registros paroquiais, inventários etc. Com exceção de trabalhos recentes, voltados ao pós-Abolição e que analisaram de forma mais aprofundada um importante bairro popular da cidade,³⁰ não há um estudo que procure entender a produção desses territórios urbanos e como a desigualdade, e mesmo essa diversidade, se distribuiu na formação de Santa Maria.

E estabelecer este tema como um objetivo de pesquisa tornou-se um grande desafio. As plantas e mapas históricos não definem as delimitações dos bairros que existiam, e claramente enfocam, em precisão e detalhes, o núcleo central da urbe e seus

²⁹ GRIGIO, Ênio. *No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse*. A comunidade negra de Santa Maria e sua Irmandade do Rosário (1873-1942). 1. ed. Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores, 2018. Sobre os fluxos migratórios de guaranis missioneiros para a região central do estado, e a presença guarani na formação de Santa Maria, ver: RIBEIRO, Max. Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missioneiros após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 149 f. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/79441>. Acesso em: 19 jul. 2019.

³⁰ Além da obra de Ênio Grigio citada anteriormente, ver: OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul*. 2017. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/13470>. Acesso em: 19 jul. 2019.

moradores e moradoras. As fotografias, que permanecem conservadas a partir do século XX, enquadram cuidadosamente as ruas centrais e suas moradias e comércios, construídos dentro dos conformes dos projetos de modernização que marcam as cidades brasileiras no período republicano. Os relatos de viajantes e memórias documentadas, como as que compõem a epígrafe deste capítulo, raramente descrevem grupos populares e seus territórios. Por isso, foi preciso tomar outros caminhos metodológicos.

As páginas que seguem são fruto do esforço de desvelar pessoas e territórios invisibilizados na cartografia e relatos de viajantes do século XIX. Construindo uma representação dessa formação urbana que considere tais bairros, compreendendo, ainda que de forma abrangente nessa primeira etapa, como operava a relação do espaço e a desigualdade social na formação de Santa Maria. Apesar desta pesquisa se concentrar na análise da moradia urbana e sua relação com a espacialização da desigualdade na Primeira República, foi necessário recuar no tempo brevemente para contextualizar como a segregação e o processo de invisibilidade de alguns grupos sociais datam de um período muito mais longo do que o recorte que delimitamos. A abordagem escolhida para este capítulo buscou compreender como a legislação urbana interferiu na produção da cidade e em uma espacialização da desigualdade. O uso dos códigos de postura e leis municipais foi acompanhado do cruzamento de fontes diversas e da metodologia do georreferenciamento histórico. O manejo do SIG³¹ aplicado às plantas municipais, e uma série de outros documentos que permitiram coletar informações espaciais daquele passado (relatos de viajantes, registros de impostos etc.); ajudam a entender como a narrativa de uma aldeia suíça no centro do estado conseguiu se perpetuar durante o século XIX, até o crescimento urbano que a cidade tomaria na Primeira República.

Na primeira parte, intitulada “*Morfologia urbana*”, busco realizar um panorama na historiografia da região no século XIX, cruzando suas informações com os relatos de viajantes europeus e o uso da cartografia digital e histórica da cidade. Dando ênfase em analisar a espacialidade presente nos relatos de viajantes, expondo os elementos que esses viajantes priorizaram e desconsideraram em seus escritos. Na segunda parte, “*Nasce*

³¹ SIG – Sistema de Informações Geográficas. Trata-se de recursos e meios tecnológicos, como os *Softwares* de geoprocessamento, que auxiliam na coleta e análise de informações espaciais. No campo dos estudos históricos, seja pela historiografia ou pela área da geografia histórica e do urbanismo, trata-se do uso dessas tecnologias para aprimorar a análise de fontes e elementos espaciais do passado. Na medida em que tais recursos forem sendo utilizados, entrarei em maiores detalhes para a compreensão do/a leitor/a. Ver: VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo; GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

uma Vila e uma Cidade: as disputas em torno de sua legislação urbana”, abordo a criação da Câmara Municipal e a sua ocupação por uma elite local constituída na primeira metade do século XIX. O enfoque está, principalmente, no poder da legislação urbana em regular o acesso à moradia na cidade e nas maneiras de morar no município que se formava. No último subtítulo *“Territórios urbanos e desigualdade através da cartografia digital”*, a atenção se direciona à análise da cartografia histórica de Santa Maria na Primeira República, demonstrando como se dava a distribuição da cidade em territórios urbanos de acordo com os registros da época, como memórias documentadas, almanaques, artigos de jornais e relatos de viajantes.

Em síntese, mais do que efetivamente um discurso de invisibilidade, tratava-se do controle e da produção social deste espaço que viria a se urbanizar, operando na cidade o que compreendo como uma dupla segregação residencial: a primeira, através da criação de leis e impostos que regulavam o acesso à moradia própria dentro dos limites urbanos, paralelo ao estabelecimento de uma zona rural nas bordas da cidade, com pouca ou nenhuma fiscalização e que permitia formas de morar mais flexíveis; e a segunda, na regulação das maneiras de morar nas ruas centrais e no controle das concessões de terrenos e moradias urbanas através da Câmara Municipal. Esses dois elementos, em conjunto, operaram a força centrífuga³² que contribuiu para a formação dos primeiros bairros populares ainda no século XIX, e que se mantiveram durante toda a Primeira República.

1.1. MORFOLOGIA URBANA

Apesar de Santa Maria ter se tornado cidade apenas no fim da década de 1870, a primeira ocupação da região ocorreu muito antes. O primeiro povoado data dos anos finais de 1700, com o acampamento militar encarregado de definir as demarcações dos territórios de Portugal e Espanha, no extremo sul da América portuguesa. Os limites dos territórios de ambos os impérios, como bem sabemos, sofreram diversas alterações durante o período colonial. Com o Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, houve um esforço

³² A Tese sobre a urbanização e modernização de São Paulo, defendida por Rolnik, é uma importante inspiração e fonte diálogo nesta reflexão, considerando as particularidades de Santa Maria. Ver: Rolnik, Raquel. *Idem*. 1999.

mútuo, entre os impérios, para percorrer a região, reconhecer e catalogar sua geografia e demarcar suas fronteiras. A demarcação do território perpassava um esforço coletivo de membros da Comissão Demarcadora de ambos os lados, além de lideranças políticas e indígenas locais – uma mistura que se mostrou um barril de pólvora em meio aos conflitos que surgiam durante a missão. No momento de demarcação da fronteira localizada no atual Rio Grande do Sul, próxima a Santo Ângelo, o agravamento dos conflitos fez romper o projeto de comissão mista. A parte portuguesa, composta pela 2ª Divisão Demarcadora de Limites, retrocedeu para o lado leste da fronteira e se estabeleceu na região que, futuramente, se tornaria Santa Maria.³³

O acampamento militar criado em 1797, deu nome à rua principal do povoado, que se mantém até hoje no centro da cidade como “Rua do Acampamento”. O local pertencia às estâncias de Padre Ambrósio José de Freitas, terras concedidas como sesmarias no século XVIII. Segundo Marchiori e Noal Filho, a Comissão Demarcadora “construiu seus ranchos e erigiu um humilde oratório no alto da coxilha que domina o atual centro da cidade, delineando os primórdios de sua principal rua e um largo, que deu origem à atual praça Saldanha Marinho”.³⁴

³³ A narrativa construída até aqui se baseia em diferentes registros da historiografia recente, bem como por historiadores locais, assim como relatos de viajantes e memórias documentadas. Suas referências estão distribuídas nas páginas seguintes.

³⁴ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Op. cit.*, p. 14.

MAPA 1: FRONTEIRAS APROXIMADAS DOS TRATADOS DE MADRID E SANTO ILDEFONSO

Fonte: mapa produzido pelo autor, utilizando imagens da *Google Satélite* e bases cartográficas do IBGE.

Além dos militares, suas famílias e demais membros da comissão, a composição do povoado foi marcada pela escravidão. Ênio Grigio aponta que, mesmo antes do acampamento, eram escravizados/as de Padre Ambrósio quem trabalhavam e cuidavam da estância. Os comandantes militares da comissão também eram senhores de escravos/as. Estancieiros e lavradores nacionais, que se estabeleciam nos arredores do acampamento em fins do século XVIII e adentrando o XIX, utilizavam igualmente da mão de obra escravizada no trabalho e na composição de suas riquezas.

Ajudando a compor essa diversidade, alguns relatos apontam o povoamento de dezenas de famílias guaranis no local, nos primeiros anos de 1800. Eram povos provenientes das Missões Jesuítas, formados por indígenas catequizados ligados/as ao trabalho rural e que se instalaram nas imediações da Rua do Acampamento, deslocados algumas centenas de metros ao sudoeste. Ali, construíram uma pequena capela onde veneravam Senhor dos Passos, ficando conhecida como “Igrejinha dos Índios”. O local em que se estabeleceram ficou denominado simplesmente como “Aldeia”, perdurando até o século XX como um dos maiores bairros populares de Santa Maria.

Essa pluralidade marca a formação do povoado. Na medida em que novas famílias se estabeleciam na região, novas moradias passaram a expandir a Rua do Acampamento e estabelecer outra, chamada de Rua Pacífica. Em 1801, estima-se que havia 800 almas, além das 50 famílias guaranis estabelecidas no local.³⁵

Em sua dissertação de mestrado, Max Roberto P. Ribeiro analisou as estratégias de sobrevivência das famílias guaranis que viviam nas reduções jesuíticas, até a anexação do território por parte do império português na virada do século XVIII para o século XIX. Contexto no qual muitos destes indígenas migraram em direção à região central do estado, compondo parte da diversidade que marca a formação de Santa Maria:

O que cabe ressaltar, no entanto, são as migrações de naturais das Missões. Fica demonstrado [...] que a Capela de Santa Maria recebeu importante contingente populacional guarani egresso das Missões Orientais. Como se viu, [...] estas migrações se deram em pequenos fluxos, porém constantes, desde 1804, data do primeiro batismo de um guarani no local, até 1834, ano limite da pesquisa. Destacando apenas as migrações dos índios, podemos ver que o número de pais e mães guaranis na Capela de Santa Maria também era formado por índios naturais de outras partes.³⁶

Para isso, Max Ribeiro analisou os registros de batismo realizados no recém-formado Acampamento de Santa Maria, entre 1798 até 1834, totalizando mais de três mil registros, entre livres, escravos, brancos, negros e indígenas. Em seu levantamento, o autor constatou que ao menos 25% de todos os batismos do período eram de crianças guaranis. Ou seja, mesmo considerando os limites dos registros de batismo para um estudo da demografia de Santa Maria, podemos considerar que pelo menos um quarto da população nascida neste período era composta por indígenas guaranis, em sua maioria, de pais e mães missionários/as.³⁷

A chegada de famílias alemãs, na década de 1830, marcaria um novo crescimento do pequeno povoado. Segundo Grigio, os primeiros alemães que se estabeleceram em

³⁵ Essa estimativa, que separa as famílias indígenas das demais almas na contagem, é utilizada nos registros que encontramos. Por não saber o número aproximado dos grupos guaranis que compunham essas 50 famílias, optei por manter os termos da fonte.

³⁶ RIBEIRO, Max Roberto Pereira. Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834). 149 f. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013, p. 92.

³⁷ Em seu estudo, Max Ribeiro sinalizou que, além dos 25% de batismos de crianças guaranis, uma parcela significativa dos demais batismos não possuíam designação de cor, totalizando outros 56%. Em suas análises, o autor ressaltou que os batismos sem designação de cor não podem ser considerados como batismos de brancos em sua totalidade. Considerando a diversidade étnica do território, é possível considerar que dentro desta fatia existissem registros de crianças fruto de miscigenação. Para uma análise mais detalhada, recomenda-se a leitura do segundo capítulo de sua obra, intitulado *"Guaranis no Rio Grande de São Pedro: família e migração indígena numa capela luso-brasileira"*.

Santa Maria eram mercenários contratados pelo governo para compor os batalhões de artilharia nos conflitos bélicos que ocorriam no Império. Um exemplo analisado pelo autor é de Gabriel Haeffner, que pertencia ao batalhão designado para vir ao Rio Grande do Sul auxiliar na Guerra Cisplatina, unindo-se às tropas acampadas em Santa Maria. Com o fim do conflito, e as dispensas sendo distribuídas entre os combatentes, muitos deles se estabeleceram no vilarejo de Santa Maria ou demais colônias alemãs do estado. No caso específico de Gabriel Haeffner, após receber baixa em 1828, dois anos após sua chegada no Brasil, se estabeleceu na colônia de São Leopoldo, onde se casou. Em 1835, já com quatro filhos, decidiu se mudar para Santa Maria e estabelecer uma casa comercial.

Este movimento se tornou comum entre imigrantes alemães a partir de 1830. E nos anos que seguiram, muitos deles se estabeleceram como comerciantes urbanos em Santa Maria, constituindo suas redes de solidariedade, estabelecendo matrimônios e compadrios com proprietários rurais luso-brasileiros, e gradativamente, ocupando espaço privilegiado na elite comercial e urbana da vila.

Santa Maria tornou-se um ponto de atração, por sua localização e por ser uma fronteira agrária aberta. Sesmarias foram sendo distribuídas, lavradores nacionais foram ocupando as encostas da serra, comerciantes foram se instalando no povoado, ex-militares que circulavam pela região foram se estabelecendo e imigrantes alemães viram um lugar em que podiam prosperar.³⁸

Na medida em que os imigrantes alemães ascendiam socialmente, o uso da mão de obra escravizada se tornou prática comum e difundida também entre essas famílias. Em pesquisa realizada por Fabrício Nicoloso, partindo de um estudo prosopográfico das famílias de origem alemã em Santa Maria, demonstrou que na segunda metade do século XIX um dos maiores proprietários de escravos da região era o comerciante João Appel, alemão que se estabeleceu na cidade nas mesmas circunstâncias de Gabriel Haeffner. Em seu inventário *post-mortem*, aberto em 1864, João Appel inventariou o registro de 23 escravizados, um número bem acima da média para os senhores locais, ainda mais quando consideramos que se tratava de um comerciante urbano.³⁹ Não ficando apenas no caso de João Appel, Ênio Grigio buscou outras fontes além dos inventários para avaliar o peso da escravidão entre esses imigrantes. Seu levantamento demonstra que eles fizeram intenso uso de mão de obra escravizada durante suas vidas, em diferentes contextos e momentos.

³⁸ GRIGIO, Ênio. *Op. cit.*, p. 91.

³⁹ NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria - RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891*. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

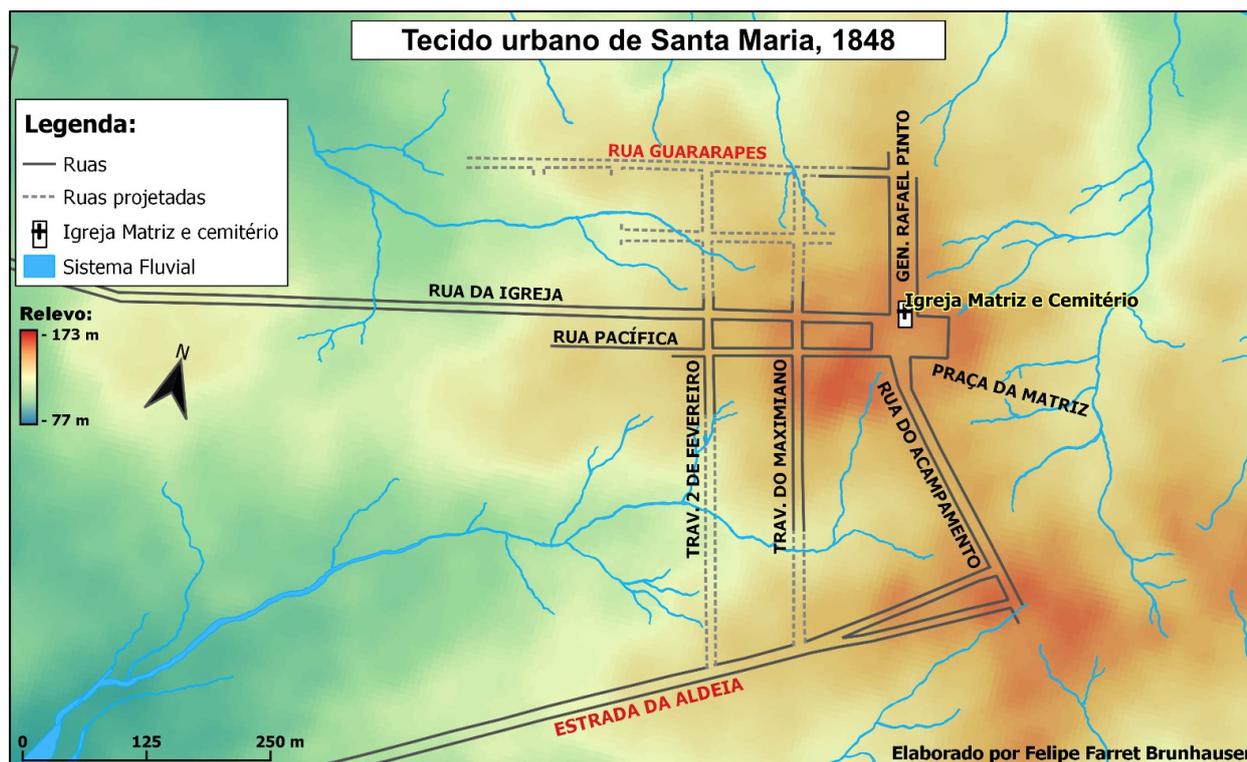
[...] verificamos que André Beck comprou, em 1869, de Pedro Conrado Licht o escravo Atanásio, *mulato*, 18 a 19 anos e pagou o valor de 1:000\$ (um conto de réis). Dois anos depois, em 1871, vendeu a escrava Domingas, de 14 anos, para Nicolau Becker pelo valor de seiscentos mil réis. No ano seguinte, vendeu Matildes, com 17 anos, para Frederico Kessler, por setecentos mil réis. Em 1873, vendeu o *preto* Alberto, 20 anos, para Pereira & irmão, por 1 conto de réis. Em 1875, pouco antes de sua morte, vendeu para o mesmo Frederico Kessler mais quatro escravos [...]. Até aqui já identificamos oito que foram propriedade de André Beck, em diferentes momentos de sua vida.⁴⁰

Seguindo em sua investigação, o autor encontrou rastros de batismos e venda de escravizados/as que somaram 14 pessoas, em que o senhor era André Beck. Este é um dos diversos exemplos que demonstram o uso da mão de obra escravizada por diferentes camadas sociais de Santa Maria, em meados do século XIX.

O mapa seguinte demonstra o tecido urbano do povoado, em meados da década de 1840. Trata-se de um trabalho de georreferenciamento envolvendo plantas e mapas históricos, onde se sobrepôs elementos que foram cartografados em duas plantas urbanas. As informações das ruas (seus nomes, limites e localizações) foram retiradas da planta de 1848; o sistema fluvial foi georreferenciado de planta mais recente, de 1902. Os dados do relevo, por sua vez, foram fornecidos a partir de um levantamento atual de imagens de satélite.

⁴⁰ GRIGIO, Ênio. *Op. cit.*, p 115-116.

MAPA 2: TECIDO URBANO DE SANTA MARIA, 1848



Fonte: mapa gerado no *software QuantumGIS*. Fontes utilizadas: planta de Santa Maria da Boca do Monte, 1848 (Anexo A); planta da cidade de Santa Maria, 1902 (Anexo B); informações de relevo retiradas de imagens de satélite, no projeto Alos Palsar (2011).

A partir dessa representação, é possível compreender um pouco como esta sociedade, descrita anteriormente, estava estabelecida. A Rua do Acampamento fica no local mais elevado do terreno. Considerando que se tratava inicialmente de um acampamento militar, seu estabelecimento na região mais alta (e que permitia boa visão ao oeste, onde se encontrava um campo aberto em direção à fronteira) faz algum sentido. As primeiras ruas projetadas, Rua do Acampamento e Rua Pacífica, seguem essa elevação do solo, desviando dos cursos d'água - ou "sangas", como eram chamadas. Mais abaixo, vemos a "estrada da aldeia" marcada no mapa em vermelho, projetada para conectar o local de moradia das famílias guaranis descritas anteriormente, com o centro da vila.

Paralela à Rua Pacífica estava a Rua da Igreja, formada em frente à igreja da matriz, ainda pouco povoada nesse momento e que se transformava em estrada para quem ia à oeste, saindo da vila. Seguindo ao norte, estava a "Rua Guararapes". Essas duas ruas na extremidade sul e norte, marcadas em vermelho (Guararapes e Estrada da Aldeia), foram os núcleos fundadores dos dois grandes bairros populares da cidade no século XX. A Rua Guararapes, posteriormente chamada 24 de Mayo e hoje Silva Jardim, segundo registros de memorialistas, foi ocupada por famílias escravizadas e libertas no período da Guerra

Farroupilha, entre 1835-1845, formando seu primeiro traçado de rua, onde em 1873 a comunidade negra local construiu a Irmandade do Rosário, tema analisado na já citada obra de Ênio Grigio. No contexto da construção da Irmandade, já era um território marcado por forte presença de moradores/as negros/as, se tornando na Primeira República local dessa e outras organizações negras como clubes sociais e blocos de carnaval.⁴¹ É interessante notar que, com o cruzamento de elementos das duas plantas e do relevo da região, até a primeira metade do século XIX, as ruas que se expandiam buscavam desviar da grande quantidade de cursos d'água que corriam ao redor do vilarejo. As sangas inexistem na paisagem urbana de Santa Maria desde a segunda metade do século XX, sendo pouco conhecidas na memória local atualmente, onde a cidade literalmente se desenvolveu por cima de seus cursos. Mas para períodos anteriores foram importantes no desenvolvimento local, na demarcação de fronteiras entre bairros e centro, e eram marcantes na paisagem que o povoado possuía.

Mas por que a narrativa que produzimos até o momento difere tanto do olhar dos viajantes citados na epígrafe deste capítulo? Na década de 1850, quando Robert Avé-Lallemant descreveu Santa Maria como uma “aldeia suíça” que causaria inveja em “muitas capitais nórdicas”, ela possuía 20% de sua população composta por escravizados/as,⁴² e considerando a presença indígena e mesmo de negros/as livres fora da contagem de escravos e libertos no censo, a população composta por “não-brancos” era muito maior. No recenseamento de 1872, 51% dos habitantes da região foram considerados brancos, e apenas uma pequena parcela destes eram alemães. A outra metade da população era composta por *pardos* (17%), *pretos* (15%), e *caboclos* (16%). Para os viajantes, muitas vezes se deparar com conterrâneos europeus nos confins do Brasil após dias de viagem, que os recebiam com hospitalidade e falavam seu idioma, certamente influenciou no tom eufórico com que as descrições se colocam em texto.⁴³ Aliado a isso estava o racismo explícito dos viajantes, que jamais dariam crédito da existência da vila, tampouco sua beleza, à população negra e indígena que compunha aquele povoado muito antes da chegada dos alemães. A construção local de uma identidade marcada pelo traço germânico como hegemônico, estava em plena consonância com o debate mais amplo na

⁴¹ GRIGIO, Ênio. *Op. cit.*; OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Op. cit.*

⁴² Dados retirados do recenseamento de 1858, disponível em: Fundação de Economia e Estatística (FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981. p. 69.

⁴³ GRIGIO, Ênio. *Op. cit.*

província, que como aponta Marcus Vinícius de F. Rosa, buscava construir a imagem de um Rio Grande do Sul branco e se possível, composto por europeus.

Ao adotar procedimentos bastante seletivos no que dizia respeito tanto à escolha das identidades ancestrais disponíveis quanto à ênfase em determinadas características do meio, os três jovens republicanos eliminavam contradições, ambiguidades e chegavam a um lugar comum referente à construção do “tipo” regional: das quatro estações, escolheram o inverno; das variações climáticas, o frio; entre índios, africanos e portugueses, os portugueses; e por meio de uma original defesa da superioridade açoriana, matizaram o antilusitanismo republicano e, principalmente, rejeitaram a tese da “degenerescência latina”. O resultado desse esforço simbólico e político era uma “raça” gaúcha “branca” e praticamente “pura”.⁴⁴

No âmbito local, o discurso reproduzido por esses viajantes construiu a narrativa da formação de Santa Maria pautada na identidade germânica, desconsiderando uma infinidade de outras experiências. Mas além de um discurso de invisibilidade, tratava-se também da disputa pelo espaço social desse povoado que se constituiu na primeira metade do oitocentos. Afinal, em um contexto com instituições públicas e corpos administrativos ainda incipientes, as elites locais eram frequentemente acionadas para receber os viajantes em suas próprias casas. Faziam grandes jantares de recepção, convidavam outros moradores “ilustres” e apresentavam a vila para os recém-chegados. Essa hospitalidade da elite local, que se traduz como exercício de poder e influência, é um elemento comum em vários desses relatos e já foi pautado em trabalho anterior.⁴⁵ Por isso, é sempre importante considerar que a experiência vivida pelos viajantes e o resultado de seus relatos pode ter passado pelo filtro de roteiros de recepção como esses, nada imparciais.

Um exemplo desta afirmação está nas memórias de Henrique Schutel Ambauer, viajante europeu que esteve em Santa Maria em 1873. No mesmo ano de sua visita, já havia dois territórios populares em desenvolvimento – Aldeia e Vila Rica. Mas no relato do viajante, essas informações não foram registradas:

No dia seguinte levantei-me cedo e percorri a vila, **a qual é formada pelas ruas que já tinha visto na véspera; uma que corre ao Sul a Norte, desembocando na praça da igreja, e a outra que segue dessa praça para oeste.** Algumas casas em diversos pontos não formam ainda ruas bem determinadas. [...] **A população da vila é na maior parte alemã ou originária dela,** devido à proximidade da colônia dessa nacionalidade estabelecida sobre o restante da serra (grifos meus).⁴⁶

⁴⁴ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Op. cit.*, p. 54.

⁴⁵ Ver o primeiro capítulo de CARVALHO, Daniela Vallandro de. *Op. cit.*

⁴⁶ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Op. cit.*, p. 53.

Um breve comparativo com o mapa anterior de 1848, torna impossível considerar que em 1873 a vila fosse composta apenas por duas ruas. Para o viajante, a vila se resumia à Rua do Acampamento e Rua do Comércio, onde se concentrava a maior parte dos imigrantes alemães. Os outros moradores foram desconsiderados, descritos como moradores de “algumas casas” em ruas que ainda não eram “bem determinadas”. Não possuíam nome, cor ou quaisquer outras informações. Isso evidencia a espacialidade e as disputas sobre a identidade que se atribuía a esse território e suas fronteiras. Os imigrantes alemães e alguns luso-brasileiros, ao assumirem a posição de comerciantes locais, grandes proprietários e militares; ao se estabelecerem nos melhores lugares da vila, atribuíram para si o protagonismo e estatuto de fundadores de Santa Maria. As famílias indígenas que se estabeleceram no local, ou a população negra escravizada que, entre diversas outras atividades laborais, compunha o serviço doméstico nas belas casinhas brancas da aldeia suíça, não entraram nessa conta. O fato é que as ruas centrais estavam longe de ter uma homogeneidade branca, muito menos étnica; basta considerarmos o uso extensivo dessa elite urbana da mão-de-obra escravizada. E paralelo a isso, germinavam territórios populares ao redor das “ruas centrais e niveladas” que só passaram a ter lugar nos relatos de viajantes adentrando o século XX.

1.2. NASCE UMA VILA E UMA CIDADE: AS DISPUTAS EM TORNO DE SUA LEGISLAÇÃO URBANA

Após ser elevada à categoria de vila (1858) e posteriormente a cidade (1876), Santa Maria passou a constituir uma Câmara Municipal, com vereadores eleitos que legislariam as questões locais dali para a frente. O corpo administrativo local durante o Império esteve organizado principalmente pela constituição de Câmaras Municipais compostas por sete vereadores na categoria de Vila; e nove, quando elevada a Cidade. Os membros da Câmara eram escolhidos a partir do voto direto, sendo necessário para votar, possuir mais de 25 anos, ser homem, com renda líquida anual maior do que 200 mil réis. Havia restrições semelhantes, também, para membros elegíveis a vereadores: possuir

renda líquida anual maior que 200 mil réis, residir há pelo menos dois anos dentro do termo, não ser liberto e nem criminoso.⁴⁷

Logo nos primeiros momentos de Santa Maria elevada à categoria de Vila, em 1858, os trabalhos da Câmara estiveram voltados a definir os limites urbanos e estabelecer um Código de Posturas, seguido do trabalho extensivo na leitura de pedidos de aforamentos locais (documentos enviados para o poder público, solicitando a posse de terrenos urbanos). Segundo Octavio Becker Neto, os primeiros dois anos de exercício da Câmara Municipal foi marcado por sessões em que se liam diversos desses pedidos.⁴⁸ Surgiu, daí em diante, uma intensa disputa em torno da legislação urbana de Santa Maria. Mais especificamente, sobre qual instância do poder público (município ou província), teria poderes de fiscalizar as leis referentes a ocupação e construção de habitações no tecido urbano. Em Santa Maria tivemos uma Câmara Municipal que disputou ativamente o direito de fiscalização e produção de tributos sobre imóveis urbanos desde o período imperial. Logo após a emancipação de Santa Maria, a Câmara iniciou um processo de loteamento dos terrenos urbanos devolutos, colocando em prática uma política de ocupação do núcleo urbano.

Assim, o poder local iniciou um processo de “aforamentos perpétuos”. Segundo Grigio, qualquer cidadão poderia requerer, mediante solicitação à Câmara Municipal, um dos terrenos devolutos do núcleo urbano, previamente loteados. Em contrapartida, o/a novo/a proprietário/a ficaria encarregado/a de pagar o foro (imposto aplicado sobre o terreno urbano, que correspondia a 2% do seu valor avaliado). Por fim o/a solicitante ficaria obrigado/a a edificar neste local, no prazo máximo de dois anos; caso contrário, o terreno poderia ser expropriado e cedido a outra pessoa.⁴⁹

A ação era justificada pela doação das terras onde se localizava o núcleo urbano para a Câmara Municipal. Baseada nessa doação, o poder local reivindicava o direito de regular a construção das habitações urbanas, bem como incorporar em sua receita os impostos decorrentes dela. Em resposta, o Governo da Província mediu forças com tal medida, alegando que de acordo com as normas da lei, só eram cedidos às Câmaras Municipais os terrenos que seriam utilizados para servidão pública, mas não para o

⁴⁷ ROLNIK, Raquel. *Op. Cit.*

⁴⁸ BECKER NETO, Octávio. A morfogênese urbana de Santa Maria/RS sob perspectiva social: uma análise das concessões de terrenos realizadas pela Câmara Municipal na segunda metade do século XIX. *Temporalidades – Revista de História*. Ed. 32, v. 12, n. 1, 2020.

⁴⁹ GRIGIO, Ênio. *Op. cit.*

aumento de suas rendas ou loteamento para o uso privado. Além disso, logo que tais terrenos se tornassem desnecessários, eles seriam novamente devolutos e responsabilidade do Governo Provincial.

Depois de um longo tempo e muitas trocas de correspondências em que a Câmara solicitava os terrenos para aumentar “as exíguas rendas”, mediante o aforamento dos terrenos e o governo provincial afirmando que ele que tinha esse direito, o Ministério dos Negócios, da Agricultura e Obras Públicas fez a concessão, em 04 de Outubro de 1875, de uma légua quadrada “de terras públicas, compreendendo as ocupadas por esta Vila, para patrimônio desta Câmara [...], sendo, porém respeitados os direitos adquiridos pelos posseiros, sesmeiros e intrusos [...]”.⁵⁰

A área concedida à Câmara abrangia aproximadamente 5 Km², perímetro que abarcou os limites do núcleo urbano de Santa Maria durante quase toda a Primeira República. Em outras palavras, isso permitiu que o poder local controlasse a fiscalização das moradias e a cobrança de impostos durante todo o fim do Império e as décadas que iniciam o século XX. Momento esse, como veremos, de expansão da cidade por conta da chegada da ferrovia. Não é difícil considerar que, nessas condições, os membros da Câmara (agora responsáveis por receber e aprovar os pedidos de aforamento) influenciaram na regulação e acesso à moradia da população. A política de aforamentos permitiu criar um incentivo para a povoamento dos lotes vazios, além de formas de o poder local arrecadar tributos com seus impostos.

A segunda metade do século XIX foi marcada por uma verdadeira corrida pela concessão de aforamentos. Em consulta realizada nos catálogos do Arquivo da Câmara Municipal de Santa Maria, onde se encontram as Atas da Câmara no período em questão, ficou evidente que a maior parte dos pedidos de aforamento sendo debatidos entre os vereadores está concentrada ainda na década de 1870. Após isso, o número de solicitações reduz drasticamente, possivelmente por diminuir a variedade e quantidade de terrenos devolutos disponíveis.

Ao estudar a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário em Santa Maria, Ênio Grigio demonstrou que grupos populares buscaram acessar a política de aforamentos, tendo muitos deles um desfecho positivo. Contudo, havia uma série de obstáculos para a população negra ter suas solicitações deferidas pela Câmara. É possível imaginar que o ato de buscar, pelas vias legais, o acesso aos terrenos devolutos implicava um jogo de estratégias entre ambos os lados. Afinal, quais argumentos utilizar? E quais terrenos

⁵⁰ *Idem*, p. 169.

especificamente solicitar? Lotes distantes das ruas centrais, ou em regiões menos valorizadas, aumentavam as chances de um desfecho positivo nessas situações? Além destes pontos, cabe considerar que o analfabetismo e a pouca instrução acerca de trâmites burocráticos, tão comuns no contexto das classes populares no século XIX, certamente contribuíam para esta dificuldade. As últimas décadas do século XIX marcaram a chegada da ferrovia na cidade e o crescimento populacional, sobretudo de trabalhadores/as pobres. Nessas condições, os membros da Câmara Municipal (responsáveis por receber e aprovar os pedidos de aforamento) interferiram ativamente em quais cidadãos poderiam ou não receber a concessão de terrenos.

Em *Requerimentos e concessões fundiárias: experiências sociais de apropriação do solo urbano*, Octávio Becker Neto analisa essas documentações, com enfoque na atuação dos imigrantes alemães na concessão de terrenos. Suas análises, entre outros resultados, evidenciaram certos privilégios que moradores de origem alemã receberam nessas políticas. Além disso, a obra do autor ressaltou como relações de parentesco entre solicitantes e vereadores se via presente em meio as concessões.⁵¹ Um dado bastante esclarecedor é o levantamento realizado pelo autor acerca dos aforamentos discutidos no primeiro ano da Câmara Municipal, em 1858: das 39 requisições deferidas pelos vereadores daquele ano, 29 delas, eram de solicitantes com sobrenomes alemães; o que demonstra como as redes de relações dos vereadores influenciavam na leitura e decisão dessas concessões. Outro episódio marcante analisado por Octávio Becker Neto, foi a sessão ocorrida no dia 4 de fevereiro de 1859, período que corresponde às primeiras concessões de terrenos votadas pela Câmara Municipal. Aberta em caráter extraordinário para felicitar o presidente da província, a sessão é utilizada para pautar a leitura de um pedido de aforamento do próprio Presidente da Câmara Municipal, José Alves Valença, onde solicitava um terreno na Rua do Comércio, uma das vias principais da cidade. Considerando a necessidade de, no mínimo, 5 vereadores para o funcionamento da Câmara, o jogo burocrático que se sucedeu para que o terreno fosse concedido ao presidente da Câmara ajuda a entendermos os privilégios que a elite local e política usufruía:

⁵¹ Octávio Becker Neto vem trabalhando com maior ênfase com esse período e as atas da Câmara Municipal. Para aprofundar a análise desses e outros casos, ver: BECKER NETO, Octávio. *Requerimentos e concessões fundiárias: experiências sociais de apropriação do solo urbano (Santa Maria, Rio Grande do Sul, Século XIX)*. Porto Alegre: Editora FI, 2021.

Quando da leitura do requerimento encaminhado pelo Presidente da Câmara, o mesmo precisou abdicar da vereança para assumir sua posição de cidadão, restando apenas 4 vereadores. Entretanto, consta na ata deste dia que o vereador Maximiano José Appel, ausente na abertura da sessão, assumiu cadeira para que o número legal de 5 vereadores se completasse e a concessão do lote urbano pudesse ser votada.⁵²

O jogo burocrático ocorrido na sessão para que o terreno fosse concedido ao estancieiro e militar José Alves Valença, além de demonstrar as articulações entre a esfera pública e a privada para a garantia de benefícios, guarda uma lógica perversa da manutenção de desigualdades sociais: o privilégio e preferência nas leituras de requerimentos dos representantes da Câmara e suas redes de relações tinha como contraponto a exclusão de uma série de outros homens e mulheres que não possuíam os mesmos recursos e influências. Ser pobre, escravizado/a ou livre que não provar sua condição como tal, eram alguns dos argumentos encontrados nas votações da Câmara para que pedidos de aforamentos fossem negados.⁵³

Tais fatores foram essenciais para definirem a organização espacial que a pequena cidade tomaria nos anos finais do império e instauração da república. E isso corrobora as afirmações de Ênio Grigio acerca da seletividade na concessão de aforamentos, afinal estancieiros, militares, comerciantes e membros das redes de relações dos vereadores da Câmara Municipal foram beneficiados com as concessões, ocupando os melhores lugares disponíveis. O domínio do comércio e dos negócios urbanos na primeira metade do século XIX, permitiu que estes grupos acumulassem influência política e social, a ponto de garantir espaço privilegiado nas decisões políticas, quando aquele pequeno povoado se tornou vila (1858) e cidade (1873), possibilitando, assim, a criação de uma Câmara Municipal. Participar ativamente da Câmara conferiu a um grupo seletivo de moradores o poder de legislar sobre os terrenos urbanos e as políticas que deveriam aplicar para conceder o acesso à moradia na cidade.

Como salientado anteriormente, foi nos anos finais do século XIX que Santa Maria sofreu maiores transformações. De uma aglomeração urbana pouco expressiva, possuindo índices de crescimento demográfico ainda tímidos, o município passaria a crescer e dinamizar suas atividades econômicas e possibilidades de trabalho. Muitas pesquisas foram produzidas sobre este momento para outros centros urbanos, grande parte delas focadas nas grandes capitais brasileiras. Dentro da historiografia, o final do

⁵² *Idem*, p. 62.

⁵³ Estes casos serão trabalhados de maneira aprofundada no terceiro capítulo desta Dissertação.

século XIX e início do XX se tornou um período privilegiado para estudos que se voltaram às classes populares urbanas, em grande medida por conta do cenário de transformações (e conflitos) que essas décadas produziram. A abolição da escravidão (1888); a queda da Monarquia e instauração da Primeira República (1889); os grandes projetos de imigração e modernização dos centros urbanos, entre outros fatores; são essenciais para entendermos a constituição do capitalismo no Brasil e a dinamização das cidades.

No contexto local, além dos fatores citados, havia outro de grande importância: o Rio Grande do Sul iniciara as obras de ampliação de sua malha ferroviária, que conectou a capital do estado com diversas regiões do interior até a fronteira oeste. Mais uma vez, a posição central de Santa Maria deu a ela uma série de ganhos, se tornando o principal entroncamento ferroviário do estado, a partir de 1885.

No final do século XIX, Santa Maria passou a ser o entreposto comercial de todo o estado. Mesmo antes das obras se concretizarem, o clima de progresso e iminente crescimento da cidade era compartilhado por seus moradores e moradoras, até mesmo pelos viajantes que cruzavam pela região. Mas na medida em que a cidade crescia, surgiam também outras exigências e regulamentos para quem buscava viver na cidade.

MAPA 3: REPRESENTAÇÃO DA MALHA FERROVIÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL ATÉ 1910



Fonte: mapa produzido pelo autor, partindo das seguintes fontes: imagens de satélite do *Google Satélite*; bases cartográficas do IBGE (localização de municípios e fronteiras de estados e países); representações da malha ferroviária do Rio Grande do Sul, disponível em: IPHAE. *Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações 1874-1959*. Porto Alegre: Pallotti, 2002, p. 23.

Entre as exigências de quem acessava a política de aforamentos, estava o pagamento do “foro” (que representava 2% do valor do terreno), e o/a proprietário/a era obrigado/a a edificar o terreno no prazo máximo de dois anos. Ao construir uma moradia nos limites urbanos, somava-se mais impostos, como o caso da Décima Urbana. Criada em 1808 com a chegada da família real portuguesa, trata-se do primeiro imposto predial do Brasil, instituído nas principais vilas e cidades da faixa litorânea. Durante o século XIX, o imposto passou gradativamente a abranger as demais cidades que viriam a se formar. O termo “décima” deriva do cálculo realizado para definir seu custo: quem obtivesse uma construção nos limites urbanos, devia pagar 10% do valor avaliado na locação da propriedade. A avaliação do valor de locação era realizada pelo próprio fiscal encarregado do serviço, e o imposto era cobrado duas vezes ao ano. Até o momento, foram localizados seus registros a partir de 1893 em Santa Maria, sendo realizado anualmente até a década de 1920. Para as devidas fiscalizações, as informações de cada moradia urbana regular eram arroladas nos livros “Lançamento de prédios urbanos”, tomos que registravam informações como: a rua, nº do lote, nome do/a proprietário/a, situação da moradia (alugada ou própria), qualidade (térrea, sobrado etc.) e avaliação do preço da locação. Essa documentação se encontra no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria, e compõe uma fonte importante para o presente estudo. Mas falaremos dela no segundo capítulo.

O interesse do poder local no controle das moradias urbanas estava, principalmente, no recolhimento de tributos. Nesse ponto, os impostos sobre terrenos urbanos e habitações eram uma fatia generosa da receita municipal de Santa Maria, algo que se verificou também para a capital do estado.⁵⁴ Essa importância pode ser vista quando analisamos o total da receita para o início da República:

⁵⁴ BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

TABELA 1: RECEITA MUNICIPAL EM 1895

Receita municipal para o exercício de 1895		
Imposto sobre:	Arrecadação:	(%)
Décima Urbana (10 contos) e foros de terreno (600 mil réis):	10:600\$000	22,7%
Casas de comércio, botequins, mascates e barracas de couro:	7:400\$000	15,8%
Açougues e gado abatido na charqueada:	5:500\$000	11,7%
Dívida ativa:	4:000\$000	8,7%
Oficinas, fábricas e atafonas:	3:700\$000	7,9%
Imposto de exportação:	3:500\$000	7,5%
Por cabeça de gado:	3:000\$000	6,4%
Somados: "diversos impostos", "eventuais" e "cemitério":	2:000\$000	4,2%
Hotéis, bilhares e divertimentos públicos:	1:800\$000	3,8%
Imposto sobre aguardente e vinho nacional:	1:700\$000	3,6%
Pedágio de rios e estradas:	1:000\$000	2,1%
Matrícula de aferição:	640\$000	1,3%
Imposto sobre veículos:	500\$000	1%
Viajantes com amostras:	500\$000	1%
Casas de joias, fotógrafos e farmácias:	460\$000	0,9%
Escritórios, consultórios e cartórios:	350\$000	0,7%
Total:	46:650\$000	100%

Fonte: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Fundo da Junta Intendencial. Cx. 02. Tomo 09.

No total da receita anual de 1895, a arrecadação de impostos sobre habitações correspondia à fatia mais generosa dos tributos, ficando à frente dos impostos direcionados ao comércio e fábricas, representando quase 23% da receita do município. Os impostos sobre habitações urbanas seguem importantes para os tributos da Intendência até pelo menos a década de 1910. Na receita de 1911, no total de 205:930\$000 réis, as Décimas Urbanas e foros de terrenos correspondem a 55:200\$000 réis, 26% da receita.⁵⁵

A fiscalização anual da Décima Urbana também permitia um controle das formas de habitar a cidade. Em ato aprovado em 1898, a Intendência Municipal passou a ter poderes para solicitar a desocupação de edifícios que não estivessem de acordo com as normas de construção presentes no Código de Posturas, até que as irregularidades fossem resolvidas. Se os reparos necessários não fossem possíveis de serem feitos, ou o poder público considerasse a situação de insalubridade irreparável, o prejuízo poderia variar de

⁵⁵ Para acessar a receita da Intendência para o ano de 1911, ver: Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Fundo da Intendência Municipal. Cx. 11. Tomo 60.

100 mil réis até a desapropriação e demolição das moradias por motivos de “ruínas”.⁵⁶ Se as habitações estivessem dentro dos conformes da lei, ou ao menos recebessem esta avaliação dos fiscais da décima, o/a proprietário/a ficava encarregado/a de pagar o imposto dentro de um prazo definido, duas vezes ao ano. Caso o valor não fosse pago, incorreria na multa de 25% do valor do imposto, e o/a proprietário/a ficava impedido de pagar as próximas décimas sem antes quitar a primeira dívida. Isso se tornaria um grande empecilho para grupos populares que chegavam todos os anos na cidade, principalmente após a construção da ferrovia. Muitos deles, como veremos no próximo capítulo, recorriam à intendência solicitando a isenção de multas da Décima Urbana que chegavam a valores exponencialmente maiores do que foi estipulado num primeiro momento, por conta de juros e acúmulo de dívidas.

As justificativas para os pedidos de isenção das multas eram diversas. Entre as mulheres, os motivos de perda do arrimo familiar, seja por viuvez ou o abandono por parte do cônjuge, eram os mais recorrentes. Entre homens, recorria-se à Intendência para pedir isenções, principalmente, por motivos de enfermidades dele ou da esposa/filhos, ou por uma “pobreza transitória”, um momento em que os lucros do trabalho não se encontravam tão bons.⁵⁷ Eram homens e mulheres pobres que buscavam nas cidades por melhores condições de vida, a possibilidade de acesso à educação, acesso a instituições de saúde, espaços de lazer e sociabilidade - entre outras questões que garantissem um futuro individual e coletivo para os seus.

Estudos recentes sobre o Pós-Abolição, por exemplo, vêm demonstrando como o êxodo rural entre a população negra pode estar relacionado às estratégias coletivas de quem vivenciou a escravidão. Mudar para a cidade poderia representar parte de um projeto de liberdade, do sonho em construir uma vida distante dos mandos de ex-senhores/as, ou mesmo a tentativa de se afastar de tudo que lembrasse a vida em cativeiro.⁵⁸ Dentro deste universo, havia ainda uma infinidade de trabalhadores/as livres, nacionais ou imigrantes, compondo a diversidade que marca as camadas populares no período republicano brasileiro. Os estudos voltados à História Social do Trabalho,

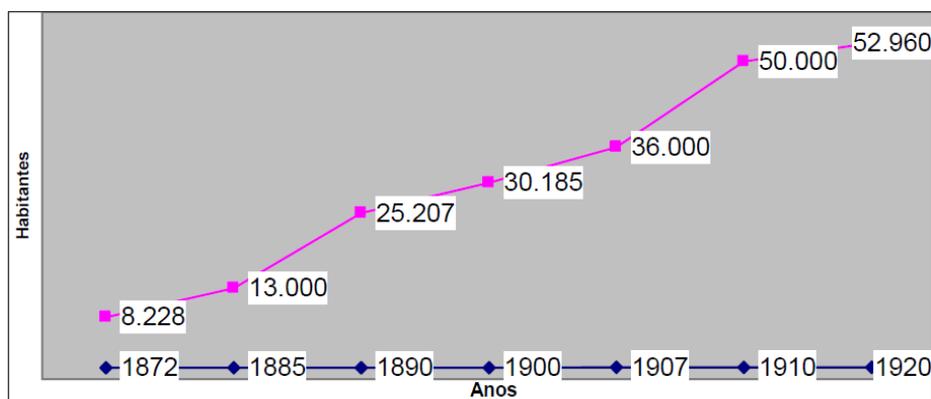
⁵⁶ TOCHETTO, Daniel. *Santa Maria: uma história precursora do planejamento urbano no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2016.

⁵⁷ Daiane Rossi trabalhou com alguns requerimentos de isenção de impostos por motivos de pobreza em sua Tese de Doutorado. Utilizaremos dessas e outras fontes, nos próximos capítulos, para trabalhar as estratégias individuais e coletivas desses grupos na luta por acesso e manutenção de suas moradias. Ver: ROSSI, Daiane Silveira. *Op. cit.*

⁵⁸ ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Florianópolis: Edusc, 1998. Para Santa Maria, Franciele Oliveira corrobora essa afirmação. Ver: OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Op. cit.*

sobretudo para fins do século XIX e início do XX, já demonstraram como essa diversidade produziu, também, inúmeros conflitos entre trabalhadores/as.⁵⁹

GRÁFICO 1: CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO EM SANTA MARIA



Fonte: CARVALHO, Daniela Vallandro. *“Entre a solidariedade e a animosidade”: Os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria – 1885-1915*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005, p. 53.

O gráfico anterior foi construído por Daniela Carvalho, ao investigar os conflitos interétnicos entre populares em Santa Maria, e a relação destes com a justiça criminal.⁶⁰ A autora buscou salientar o índice de crescimento da cidade após 1885, com a chegada da ferrovia. Entre 1885 e 1890, em intervalo de 5 anos, a população quase dobra. Um comparativo de 1885 com 1900 permite observarmos um crescimento de 132% em sua população. E claro, crescimento demográfico significava também o crescimento da pobreza:

A urbanização acelerada [...] não gerou mecanismos de absorção deste grande contingente populacional no tocante ao mundo do trabalho, criando desta forma uma camada pobre urbana que oscilava entre o emprego temporário, o desemprego, ou ainda, formas diversas de sobrevivência junto à ilegalidade etc.⁶¹

Os dados utilizados pela autora condensam censos estatísticos, relatos de viajantes e registros de almanaques. Por este motivo, é preciso analisar seus números com certa cautela, em especial o crescimento populacional da cidade entre 1900 (30.185 habitantes) e 1910 (50.000 habitantes). Por outro lado, como veremos no segundo capítulo, quase dobram o número de imóveis no núcleo urbano da cidade neste período. Ainda que isso

⁵⁹ Para citar alguns exemplos, ver: CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2. ed. Campinas: UNICAMP, 2001. Para o contexto do Rio Grande do Sul, Cf: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: Trabalho Livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: UFRGS, 1989; AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

⁶⁰ CARVALHO, Daniela Vallandro. *Op. cit.*

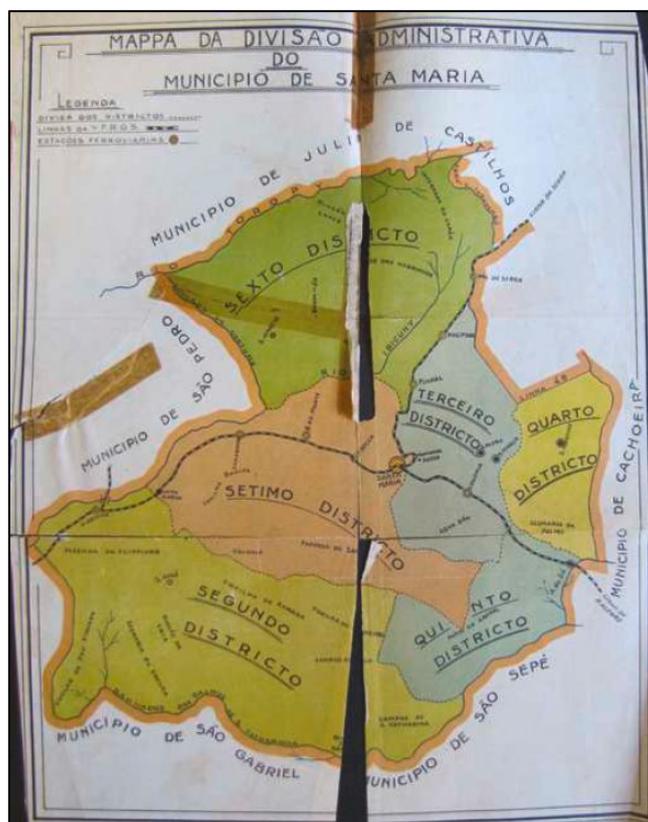
⁶¹ *Idem*, p. 36.

não dê conta de justificar todo o crescimento demográfico apresentado neste gráfico, é um bom indício para concluir que, de fato, foi um momento de crescimento populacional expressivo.

A construção da ferrovia, a dinamização do espaço urbano e as maiores oportunidades de trabalho foram fatores importantes para a cidade se tornar um atrativo entre grupos que buscavam uma nova vida em Santa Maria. Contudo, grande parte deste crescimento não estava se estabelecendo propriamente na cidade, mas no espaço rural que circundava o tecido urbano, ou mesmo nos demais distritos rurais que compunham Santa Maria.

Com a consolidação da República, o município estava dividido em seis distritos, que possuíam áreas muito maiores do que a sede, localizada no primeiro distrito e no centro do território. A imagem a seguir foi a única representação que encontramos até o momento das divisões administrativas de Santa Maria na Primeira República, apesar de datar de 1929. No centro da imagem, é possível visualizar um pequeno território, no cruzamento da malha ferroviária, onde se localizava o tecido urbano e primeiro distrito da cidade.

FIGURA 1: DIVISÕES ADMINISTRATIVAS DE SANTA MARIA, 1929



Fonte: TOCHETTO, Daniel. *Santa Maria: uma história precursora do planejamento urbano no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2016, p. 114.

Em 1905, o italiano Vittorio Buccelli viajou pelo Rio Grande do Sul coletando informações para a publicação de uma obra encomendada pelo governo do estado. Ao passar por Santa Maria, descreveu sua demografia da seguinte maneira, baseado em recenseamento municipal de 1900 que não tivemos acesso:

Depois da organização republicana o município foi dividido em seus distritos que tem hoje a seguinte população: **13.628 almas no primeiro**; 2.913 no segundo; 5748 no terceiro; 5.124 no quarto; 2.772 no quinto e 3.339 no sexto; **ao todo 33.524 habitantes**, espalhados em uma área de 392.000 hectares de terras férteis, montanhosas ao norte, planas ao sul, adaptadas a diversos gêneros de cultura. Entre os habitantes, 8.000 são de origem italiana e 1200 alemães. (Grifos meus).⁶²

Na virada do século XX, o primeiro distrito possuía pouco mais de 40% da população contabilizada no censo. A maioria das pessoas estavam distribuídas em outras regiões, compondo parte do mundo rural que circundava a cidade, ainda que, comparando individualmente cada um deles, a sede da cidade possuísse um território muito menor e uma população duplicada (e as vezes triplicada) em relação aos outros distritos.

Contudo, viver no primeiro distrito não significava viver na cidade. E aí está um indício do alcance da legislação urbana para filtrar quem teria acesso (ou não) aos atrativos que o mundo urbano poderia proporcionar. As leis que se estabeleciam apenas para o perímetro urbano, como as políticas de aforamento, impostos da Décima Urbana, impostos de limpeza pública, Códigos de Posturas etc.; serviam como limitações para homens e mulheres que não possuíam recursos para garantir uma morada dentro desses parâmetros. Como salienta Raquel Rolnik, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como delimitadora de fronteiras de poder. A partir disso a lei organiza, classifica e imprime noções de civilidade e cidadania. Contudo, na mesma medida que funciona como parâmetro da cidade ideal e desejável, define também formas proibidas, territórios e modos de vida que estão fora destas fronteiras.⁶³

Extraído do Anuário do estado do Rio Grande do Sul, o fragmento a seguir descreve a distribuição de pessoas e habitações no primeiro distrito. O texto, de autoria de João Borges Fortes, narra alguns aspectos da cidade no ano de 1901:

É admirável o panorama que se oferece a quem observa, de uma altura afastada, a cidade ao centro **com os subúrbios ponteados com milhares de casinhas**. [...] Do último recenseamento verifica-se que os limites urbanos encerram 1.323 casas com 6.443 indivíduos **e nos limites suburbanos 1.121 casas e 7.207**

⁶² MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Op. cit.*, p. 104.

⁶³ ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*

indivíduos, com um total para o 1º distrito de 2.450 casas e 13.650 habitantes. (Grifos meus)⁶⁴

As 1.323 casas do limite urbano, em 1900, estão devidamente registradas nos impostos da Décima Urbana. Esses registros abrangem desde o centro da cidade até os bairros populares, sobre os quais entraremos em detalhe mais adiante. Em síntese, o termo “subúrbios”, no discurso de João B. Fortes, se refere a região que se encontra fora dos limites urbanos da Lei Orgânica do Município. O termo subúrbio, era usado de múltiplas formas na cidade. A legislação de Santa Maria não definia regiões “urbanas, suburbanas e rurais” como outras cidades do período, apenas urbano e rural. Nos recenseamentos, em documentos produzidos pelo poder público, códigos de posturas e leis municipais, “subúrbios” geralmente significam as zonas rurais ao redor da cidade, dentro do primeiro distrito, mas fora dos limites urbanos. Contudo, não é raro encontrarmos relatos de viajantes ou memórias documentadas, onde os bairros populares do perímetro urbano são definidos, também, como subúrbios. Apesar da confusão que isso cause num primeiro momento, trata-se de uma disputa pelo espaço social que está em jogo, que tensiona os limites dos territórios entre o que é e merece, ou não, ser cidade. No olhar de viajantes e dos moradores do centro, é comum palavras que denotam um distanciamento entre “nós” e “eles” (se referindo aos moradores dos bairros pobres). O fato de existir esse discurso em uma cidade com menos de 10 mil habitantes urbanos, onde os bairros, como veremos, se resumem a pouquíssimas ruas muito próximas do “centro”, nos diz muito sobre as disputas pelo espaço da cidade – e como investigar estes temas para núcleos urbanos interioranos e reduzidos, demanda cuidados e parâmetros específicos.

No recenseamento utilizado por Fortes (e pelas Décimas Urbanas), a zona ao redor da cidade possuía mais gente do que dentro dela, apesar de possuir menos habitações. A densidade de moradores por habitação se estabelecia em uma média de 4,8 pessoas na cidade; e 6,4 pessoas nas áreas rurais ao redor do tecido urbano. Isso significa que grande parte do crescimento demográfico que visualizamos nos censos do Império e da República, estava se estabelecendo em regiões que permitissem formas de moradias flexíveis, espaços onde o poder público não interviria ou fiscalizaria com a mesma atenção e rigor em comparação com a região delimitada como urbana.

⁶⁴ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Op. cit.*, p. 86-87.

Um indício que corrobora essa afirmação, está na cobrança de impostos direcionada para as áreas rurais, se comparadas com as exigências estabelecidas para a cidade. Na Lei Orgânica do Município, de 1895, encontramos os seguintes incisos:

§111 Toda a casa, fora dos subúrbios da cidade, construída de material e não sujeita ao imposto da Décima Urbana, pagará o imposto de 5\$000 réis;

§112 Ao mesmo ficam sujeitas todas as casas situadas nas freguesias de “S. José do Pinhal”, “Ex-colônia Silveira Martins” e “São Pedro”.

§113 Por toda a casa situada no município, fora dos lugares especificados nos parágrafos antecedentes, se cobrará do proprietário o imposto de 4\$000 réis (sendo de tijolo e telhado);

§ 114 Sendo de parede de pau à pique e coberta de telha ou outro material, o valor de 3\$000 réis;

§ 115 Pelo Rancho coberto de capim, o valor de 2\$000 réis. Ficam isentos deste imposto os agregados ou pessoas miseráveis que tenham os seus ranchos em campos alheios, bem como os empregados das fazendas.⁶⁵

Sabemos que a legislação urbana não é necessariamente uma representação direta da cidade real. Contudo, ela não se estabelece unicamente de cima para baixo, sem considerar sua recepção e a possibilidade de ser aplicada no mundo real. As leis estabelecidas para as condições de moradias ao redor da cidade e os tributos cobrados por elas, eram muito menores e mais flexíveis do que na cidade: enquanto o imposto de moradias rurais chegava no valor máximo de 5 mil réis; apenas as Décimas Urbanas, dentro da cidade, variavam de 20 mil réis (para moradias populares), até mais 1\$000:000 réis.

A historiografia de Santa Maria com certa frequência corroborou a afirmação de que um núcleo interiorano e reduzido, como o caso desta cidade, possuía a característica de ter o “urbano” e “rural” entrelaçados de forma bastante complexa e de difícil delimitação de fronteiras. Penso que a dificuldade em perceber tais fronteiras possa vir de nós, historiadores/as do presente, do que dos contemporâneos daquele mundo. Os agentes sociais envolvidos nas resoluções de leis estavam ativamente tensionando e buscando construir fronteiras para este limite, que certamente também eram percebidos pelos moradores e faziam parte dos seus próprios parâmetros e valores. A cidade, assim como um atrativo para novas famílias e moradores/as na Primeira República, exercia também uma força centrífuga, que costurava limites onde se poderia viver com acesso à cidadania, e outros, em suas bordas, onde deveria se instalar a pobreza e os indesejáveis.

Mas esse tensionamento não existia apenas de um lado. Pelo contrário, muitos dos “indesejáveis” buscaram diferentes estratégias na luta por moradia, construindo,

⁶⁵ Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Fundo da Junta Intendencial. Cx. 02. Tomo 09.

efetivamente, seus espaços na cidade. Nos primeiros anos do século XX, era possível identificar pelo menos quatro bairros dentro do perímetro urbano, além do “centro” propriamente dito: Aldeia, Vila Rica, Alto da Eira e Itararé. Pelo menos dois deles – Aldeia e Vila Rica – marcados por uma forte presença negra e berço de diversas organizações sociais na Primeira República e Pós-Abolição, como clubes sociais, blocos de carnaval, times de futebol e imprensa negra.

1.3. TERRITÓRIOS URBANOS E DESIGUALDADE SOCIAL ATRAVÉS DA CARTOGRAFIA DIGITAL

A partir do panorama construído nas páginas anteriores, foi possível compreender a morfologia urbana da cidade, ou seja, onde se construiu os primeiros traçados de ruas que se tornariam o centro da urbe durante o período republicano. Após a formação administrativa do povoado em sua Câmara Municipal, acompanhamos também como a legislação urbana foi instrumentalizada para tentar gerir a produção desse espaço. Como consequência, suas medidas geraram um tipo de segregação que empurrou boa parte da população pobre para os subúrbios e zonas rurais que circundavam a cidade.

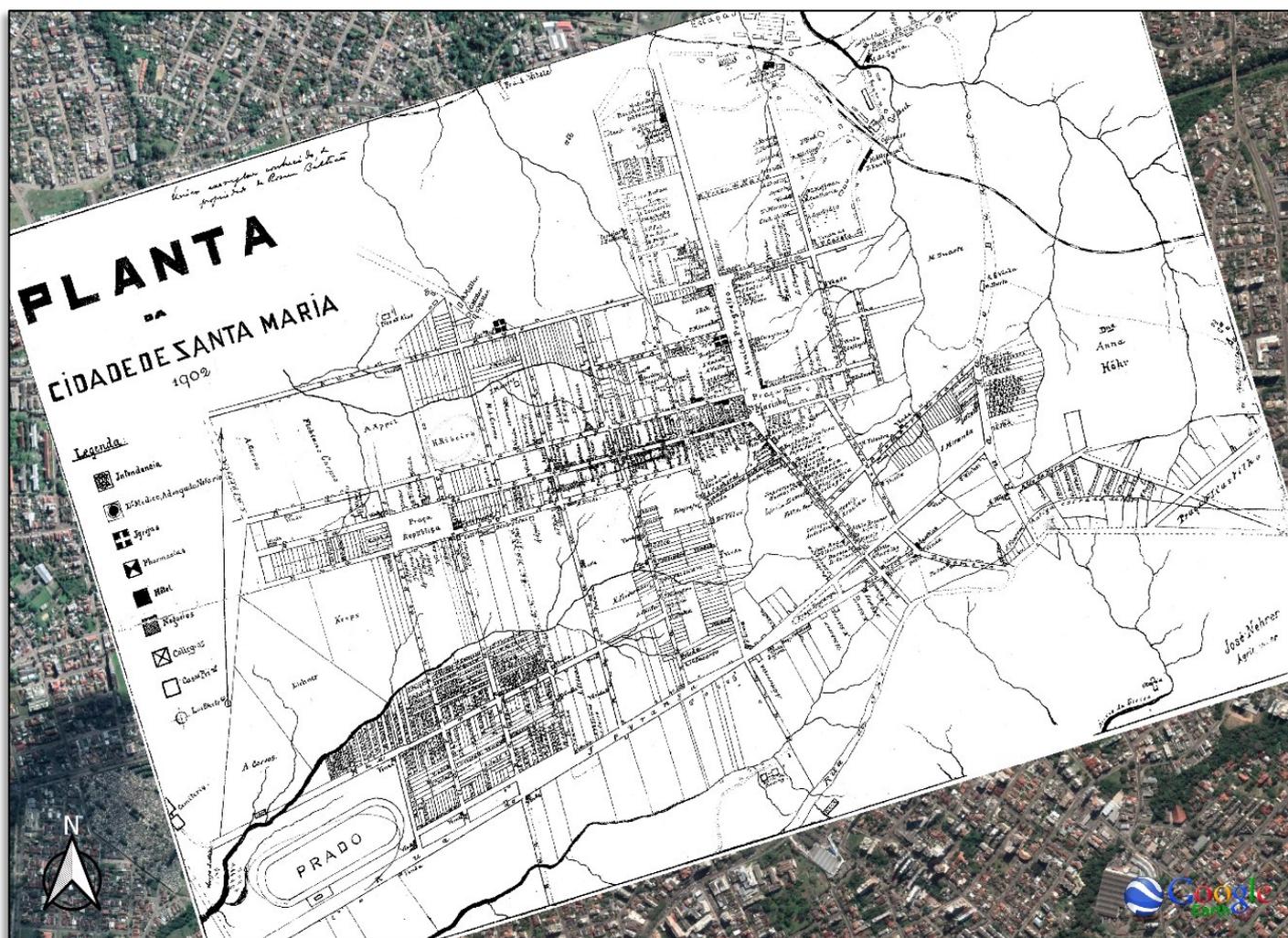
Mas como a história não é feita só de estruturas ou da efetividade delas, e todo projeto de dominação tem como contraponto suas resistências, Santa Maria foi marcada por bairros populares e/ou negros, por homens e mulheres que produziram seus territórios e conquistaram seu direito à cidade. Um exemplo dessa efetividade é que, entre 1873 e 1965, foram encontradas trinta organizações negras em Santa Maria: clubes de futebol, clubes sociais, imprensa, irmandade religiosa etc.⁶⁶ Partiremos, agora, para uma análise da formação de seus primeiros bairros populares. Identificar esses territórios será um dos temas das próximas páginas.

Esta investigação parte da análise de mapas e plantas da cidade. A primeira constatação, tanto analisando as plantas municipais como a legislação urbana, é que não havia bairros delimitados nessas fontes. Contudo, não é raro encontrarmos menção à existência deles durante o século XIX e início do XX, seja em almanaques, livros de

⁶⁶ Os dados estão em livro organizado por mim e outros autores distribuído de forma digital, online e gratuita. Ver: GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos; LIMA, Taiane Anhanha. *Organizações Negras de Santa Maria: primeiras associações negras do século XIX e XX*. Santa Maria: Editora UFSM, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19900>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

efemérides, relatos de viajantes e memórias documentadas. Ou seja, esses territórios existiam, mesmo que não fossem considerados nas fontes administrativas e do poder público. Para localizá-los, e compreender onde se delimitavam suas fronteiras, realizamos análises com uso de georreferenciamento a partir de uma planta do município datada de 1902.

FIGURA 2: PLANTA DA CIDADE DE SANTA MARIA, 1902 (GEORREFERENCIADA)



Fonte: Planta da cidade de Santa Maria, 1902. Assinada pelo agrimensor José Nehrer. (ANEXO B).

A Figura 2 se trata da planta de 1902, após ser georreferenciada. O método utilizado para o georreferenciamento se baseou no trabalho do historiador Carlos E. Valencia Villa, que utilizou SIG aplicado à cidade de Cartagena de Índias Colonial e em estudo comparado da economia dos negros livres, em Richmond e Rio de Janeiro, no século XIX. Em síntese, o método consiste em selecionar pontos geográficos (construções, ruas etc.) existentes tanto no mapa histórico digitalizado, como atualmente, através das imagens de satélite. Assim, a partir do uso de *software* de georreferenciamento, a

sobreposição de coordenadas geográficas da imagem de satélite com estes locais na fonte histórica, permite que o programa corrija erros cartográficos da época e demais distorções na confecção do documento histórico.⁶⁷ Esse passo é importante quando queremos reconstruir digitalmente outros mapas, com alguma precisão geográfica e histórica. O mapa que o/a leitor/a visualizou anteriormente, sobre Santa Maria em 1848, deriva desse processo.

O documento em questão, a Planta de 1902, encontra-se na primeira edição da obra “Santa Maria: relatos e impressões de viagem” escrita por dois importantes memorialistas locais, José Marchiori e Valter Noal Filho. Ao apresentar o documento, os autores o descrevem desta maneira:

A planta encartada na página seguinte, assinada pelo agrimensor José Nehrer e datada de 1902, constitui uma raridade cartográfica. **Em uma das margens da cópia aqui reproduzida, existe a inscrição: “Único exemplar conhecido, de propriedade de Romeu Beltrão”. Além dessa, percebe-se outras inscrições, todas com sua caligrafia, indicando itens omitidos pelo autor da planta.** Trata-se de uma importante fonte de pesquisa, pois possui detalhamento pouco comum em trabalhos desse tipo. Revela a localização dos prédios existentes, dos imóveis loteados e, até mesmo, o nome de seus proprietários. Possui convenções que permitem a identificação de colégios, hotéis, farmácias, igrejas, etc. Os pontos de iluminação pública são assinalados. (grifos meus).⁶⁸

Não foram encontradas maiores informações sobre o agrimensor da planta, José Nehrer. Já Romeu Beltrão (1913-1977), que assina como proprietário do documento original, foi um importante memorialista da cidade e nasceu em Santa Maria, aonde retornou para atuar como médico após estudar na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, já na década de 1930.⁶⁹

Na planta em questão, foram cartografadas uma série de moradias da cidade, com formatos e dimensões específicas, demarcando também o sobrenome de seus moradores e moradoras. Em algumas quadras, encontramos o número dos lotes e sinais específicos quando se tratava de serviços públicos ou comércios (vendas, advogados, farmácias, hotéis, escolas, médicos, etc.). É possível localizar edifícios que variavam desde moradias, botequins até templo maçônico e escolas.

⁶⁷ VILLA, Carlos Eduardo Valencia. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Indias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. *Locus - Revista de História*, [s. l.], v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20809>>. Acesso em: 21 jul. 2019; VILLA, Carlos Eduardo Valencia. *Ao longo daquelas ruas. A economia dos Negros Livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

⁶⁸ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio (org.). *Op. cit.*, p. 83.

⁶⁹ Uma versão da planta com melhor qualidade se encontra no Anexo B.

Entender a cartografia também como discurso foi um processo difícil de ser conquistado, sobretudo pelos caminhos que a prática tomou nos últimos séculos. Se na antiguidade e no mundo moderno se produziam mapas com grande teor estético e artístico, a partir do século XIX o discurso científico passou a dominar a produção desses documentos. Esse processo está intimamente ligado com o tema desta pesquisa, os crescimentos urbanos:

No século XIX, o crescimento fenomenal das cidades levou a uma proliferação no número e no tipo de mapas. [...] Novas formas de utilização dos mapas foram levadas a cabo: mapas das condições sociais, de zonas de incidência de doenças, mapeamento de epidemias, análise de locais de comércio – não se abrindo mão dos usuais, tais como, mapas militares, cadastrais, de seguro, do território e de estradas. A nova arte de governar populações exigia um conhecimento e um esquadramento minucioso de seus segmentos e individualidades, a fim de garantir sua administração racional. As ciências humanas e a cartografia urbana se constituíram, então, nos seus principais instrumentos.⁷¹

Torna-se, naquele momento, cada vez mais comum documentos cartográficos que buscavam se aproximar de projeções milimetricamente calculadas, como a planta de José Nehrer. Este teor científico positivo na cartografia, deu à prática ares de uma ciência neutra e factual, livre de parcialidades. É tirando o documento deste lugar neutro e compreendendo-o como um discurso que podemos desconstruir seus elementos, ler suas entrelinhas e perceber os traços que demonstram os valores, hierarquias e aspectos culturais de quem o produziu.

esta hierarquização do espaço não é um ato consciente da representação cartográfica. De preferência ela é tomada como certa em uma sociedade em que o lugar do Rei é mais importante do que o lugar de um menos importante barão, que um castelo é mais importante do que a casa do camponês, que a cidade de um arcebispo é mais importante do que a de um prelado, ou que o estado de um senhor de terras é mais importante de enfatizar do que o de um mero fazendeiro. A cartografia dispõe o seu vocabulário, de tal forma que corporifica uma desigualdade social sistemática. As distinções de classe e poder são construídas, materializadas e legitimadas no mapa através de signos cartográficos. A regra parece ser “o mais poderoso, o mais proeminente”. Para aqueles que têm força no mundo será adicionada força no mapa. Usando todos os truques do ofício cartográfico – tamanho do símbolo, espessura da linha, altura de letreiro, hachura e sombreamento, adição de cor – nós podemos traçar esta tendência de reforçar em inumeráveis mapas da Europa. Nós podemos começar a ver como os mapas, assim como a arte, se tornam um mecanismo “para definir relações sociais, sustentar regras sociais e fortalecer valores sociais”⁷²

⁷¹ FIALHO, Daniela Marzola. Idem. p. 63-64.

⁷² FIALHO, Daniela Marzola. Idem. apud. HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. In: HARLEY, John Brian. *The New Nature of Maps: essays in the history of cartography*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 2001. p. 158.

Mas, então, “qual” Santa Maria José Nehrer buscou enquadrar? Além da atenção que foi dada ao registro das ruas, praças e cursos d’água, se sobressaem os detalhes ao cartografar o comércio e casas de negócio. De fato, o binômio comércio e ferrovia são descritos em diversas fontes como as bases da economia urbana local, e fatores que a tornaram um atrativo para novos/as moradores/as em seu momento de crescimento urbano, período em que a planta foi confeccionada. Um olhar mais atento às informações registradas sobre os/as proprietários/as, parecem corroborar a visão que encontramos nos primeiros viajantes que cruzaram pela cidade, no século XIX: as ruas principais, “Comércio” e “Acampamento” concentram mais de 70% das casas de negócio da cidade. Nos estabelecimentos e moradias de tais ruas, que foram registrados os proprietários, se sobressai, também, uma forte presença de sobrenomes alemães.

É também notável a percepção que temos sobre a cidade, ao observar a planta como um todo: o fato de seu agrimensor ter dado predileção ao cartografar comércios e algumas moradias específicas, induz nosso olhar a imaginar uma cidade que é urbanizada apenas em suas ruas centrais, e que segue uma mancha menos intensa de moradias, do centro até a ferrovia, que cruza ao norte. O restante da cidade é representada com ruas vazias, com moradias esparsas. No local onde ficava a Vila Rica, encontramos uma série de lotes vazios. A exceção desta regra se encontra em um núcleo de moradias localizadas à sudoeste da cidade, próximas a um Prado de corridas e bem afastado do centro. Nessa região, as moradias cartografadas possuem pouquíssimos detalhes, e com uma forte presença de nomes luso-brasileiros: Silva, Lima, Barros, de Jesus, Santos, Vellinho, etc.

A cartografia guarda em si um elemento poderoso de controle e produção de saber. Como aponta Daniela Fialho, ela não apenas projeta uma representação da realidade, como também funciona como documento de identidade urbana e tem o poder de direcionar os caminhos que determinado espaço deve seguir: “E, nesse sentido, os mapas não apenas são políticos, mas fazem política. Tal como o poder da palavra, é um poder que corta, que separa, que desjunta”.⁷³ A cidade que José Nehrer buscou ressaltar é marcada pelo comércio e pela ferrovia como seus elementos mais importantes, e com olhar mais atento, parece reforçar uma suposta distribuição étnica do espaço, salvo algumas exceções.

Mas em fins do século XIX, décadas antes da planta em questão, com a expansão da cidade e crescente urbanização, os relatos de viajantes que descrevem uma “Santa Maria

⁷³ FIALHO, Daniela Marzola. *Op. cit.*, p. 112.

alemã” vão se tornando difíceis de encontrar. O elemento germânico como hegemônico da identidade urbana é substituído por elementos como a modernização expressa pela ferrovia e crescimento comercial. Esta transição pode ser exemplificada nos escritos de Henry Lange, viajante alemão que esteve na cidade em 1885, ano de fundação da ferrovia:

Cidadezinha simpática, com vivaz movimento comercial, possui atualmente muitas construções belas e vistosas, bons passeios e ruas bem niveladas. **O número de habitantes é estimado entre 4 a 5 mil**, dos quais a metade é de alemães ou de origem alemã [...]. **Estes seriam os lados claros de Santa Maria, mas como não existe lado claro sem sombra, também aqui é assim.** Pode-se entretanto esperar que a estrada de ferro de Porto Alegre para Uruguaiana, que constrói aqui uma estação principal, irá produzir uma mudança favorável para a cidade”. (Grifos meus).⁷⁴

Não é difícil supor o que eram as “sombras” que rondavam a cidade descrita pelo viajante. Considerando seu entusiasmo na modernização que as “ruas bem niveladas” de Santa Maria sofriam, as sombras eram justamente os territórios que não entravam dentro de seus padrões e ideais, e que preferencialmente deveriam ser ignorados ou esquecidos: espaços operários e populares, cultural e etnicamente diversos, mas também racializados. Seja através das “sombras” nas palavras de Henry Lange ou em ruas e lotes vazios na cartografia de José Nehrer, a invisibilidade de territórios e grupos sociais tentou se perpetuar nos registros que permanecem sendo utilizados hoje, como fontes privilegiadas sobre o passado.

Como contraponto, no “*Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1902*” o artigo de João Borges Fortes apresenta alguns aspectos de Santa Maria pouco reproduzidos em outros relatos. Em alguns fragmentos, é possível coletar informações sobre seus espaços populares e como a cidade se constituía nesse momento:

A cidade de Santa Maria se estende por uma área considerável relativamente à sua população, fato este devido ao **terreno acidentado** sobre que assenta a cidade. **Cortado aquele por sangas que separam coxilhas mais ou menos elevadas, a edificação não pode condensar-se, o que entretanto não ocorre nas duas ruas do Comércio e Acampamento que acompanham a crista das elevações e como que formam o eixo articulado da cidade.** Essa disseminação dá origem à divisão da cidade em um núcleo que é esta propriamente e os bairros que o cercam e que são: **Itararé, Vila Rica, Aldeia, Alto da Eira e Passo da Areia.** (grifos meus).⁷⁵

Vale considerarmos as informações topográficas que o autor descreve. Como vimos no início deste capítulo, o acampamento militar que deu origem ao povoado, ainda

⁷⁴ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antonio (org.). Idem, p. 70.

⁷⁵ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). Idem, p. 86.

no final do século XVIII, foi construído no local mais alto da região, e deste acampamento originaram-se as primeiras ruas da cidade, a Rua do Acampamento e Rua Pacífica. Na segunda metade do século XIX, as duas ruas (com a rua Pacífica se tornando Rua do Comércio) comporiam o seu centro urbano. O terreno acidentado descrito pelo autor, e a descrição de uma paisagem urbana cortada por cursos d'água (ou sangas) não se observa nos relatos do século XIX, pois a paisagem que importava ser descrita por eles eram as duas ruas centrais e seus arredores, construídas “onde acompanham a crista dessas elevações”, desviando do terreno acidentado. Na medida que a cidade foi crescendo, ela avançou também pelos córregos que possuíam suas nascentes ao redor desse terreno elevado do centro da cidade. As chamadas “sangas” se tornaram o principal problema de salubridade nas primeiras décadas do século XX.

O bairro Itararé ocupava a região nordeste da cidade, próximo à subida da serra. A origem do seu nome está vinculada ao nome da linha férrea que o cortava, em direção à São Paulo na cidade de mesmo nome; seguindo a descrição do viajante, o bairro estava “separado da cidade pela Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana”. O local denominado “Alto da Eira”, que se localizava à sudeste da cidade, era localizado no alto de um morro, onde o governo estava construindo um quartel, descrito por ele como um bairro militar. Em relação ao “Passo da Areia”, os relatos o descrevem como uma localidade afastada aproximadamente um quilômetro à oeste do tecido urbano, onde havia algumas chácaras e estabelecimentos comerciais.

Os bairros Vila Rica e Aldeia merecem maiores detalhes. Esses territórios compunham as localizações com maior concentração de moradias populares e seus trabalhadores e trabalhadoras:

Vila Rica está também ao Norte da cidade paralelamente à Rua do Comércio. Aí reside a população proletária e levanta-se uma pequena igreja sob a invocação de Virgem do Rosário [...].

A Aldeia fica para Sudoeste, lado do campo, é hoje habitada igualmente por proletários e foi antigamente aldeamento de índios que viviam sob regime militar, tendo diretor nomeado pelo governo. Neste bairro há um Prado de corridas.⁷⁶

Com as informações recolhidas até aqui, busquei mapear a localização desses bairros no início do século XX a partir do uso de *software* de geoprocessamento. O uso de SIG Histórico como método permite analisarmos diferentes dados espaciais das fontes históricas de forma complexa e relacional (plantas da cidade, registros de impostos,

⁷⁶ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). Idem, p. 86.

O Mapa 4 busca destacar a localização dos quatro bairros que compunham a cidade (Vila Rica, Itararé, Alto da Eira e Aldeia), com exceção do Passo da Areia, localizado fora dos limites urbanos. Grande parte dos dados foram georreferenciados da Planta de 1902 (o traçado das ruas, sistema fluvial, edifícios, ferrovia, praças e iluminação pública), mas outras fontes foram consultadas, sobretudo outras plantas (de 1848, 1905 e 1918), para confirmar as informações que estão sendo utilizadas no SIG. O relevo da região foi retirado de dados atuais. Utilizou-se as imagens de satélite do *Alos Palsar*, colocado em órbita na década de 2010 e que disponibiliza gratuitamente uma base de dados do relevo da Terra, com variação de elevação do solo de 12,5 metros. Ao contrário de cidades maiores, como Porto Alegre e Rio de Janeiro, não há registros de grandes aterramentos, planificações e demais intervenções em grande escala em Santa Maria. Assim, considero que o cruzamento desses dados pode ser realizado sem grandes prejuízos ao estudo.

Mas vamos ao que interessa. Em primeiro lugar, destacam-se as ruas centrais (representadas com cor amarela): Rua do Comércio, Rua do Acampamento e Av. Progresso. Nessas ruas se concentrava a elite urbana e a maior parte do comércio local, além de serem as únicas vias com iluminação pública em 1902. A praça Saldanha Marinho, marcada no centro do mapa em cor verde, era o ponto de encontro das três ruas principais. Por fim, a Avenida Progresso conectava o centro da cidade com a estação ferroviária, localizada ao norte. As ruas centrais foram construídas na região mais alta do relevo, ou “na crista das elevações”, se distribuindo, assim, os bairros populares nas regiões de baixada e terrenos acidentados. Na medida que a cidade foi se expandindo, o sistema fluvial (ou sangas, como eram chamadas) foi sendo contornado pelas ruas e lotes, constituindo fronteiras entre os bairros e o centro.

FIGURA 4: VISTA DA PRAÇA SALDANHA MARINHO E RUA DO ACAMPAMENTO, 1905



Fonte: MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 1ª ed. Santa Maria: Editora UFSM, 1997, p. 87.

O bairro descrito pelo viajante como “Vila Rica” foi o núcleo fundador do atual bairro Rosário. Estudos recentes demonstraram a importância desse local, caracterizado como um território de moradias populares, com forte presença da população negras, muitos deles/as egressos da escravidão. Ali foi construída a capela do Rosário, localizada na Rua 24 de Mayo (antiga Rua Guararapes), e seus moradores estavam inseridos/as em diversas organizações negras, além da irmandade já citada. Na mesma rua localizou-se o clube negro Treze de Maio e, a poucos metros de distância, o Clube União Familiar.⁷⁷

⁷⁷ O União Familiar foi o primeiro clube social negro da cidade, fundado em 1896. Sua fundação e as redes de relações que ele pertencia, foi analisado em: OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Moreno Rei dos astros a brilhar, querida União Familiar: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição*. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2016.

FIGURA 5: VILA RICA E IGREJA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO, 1911

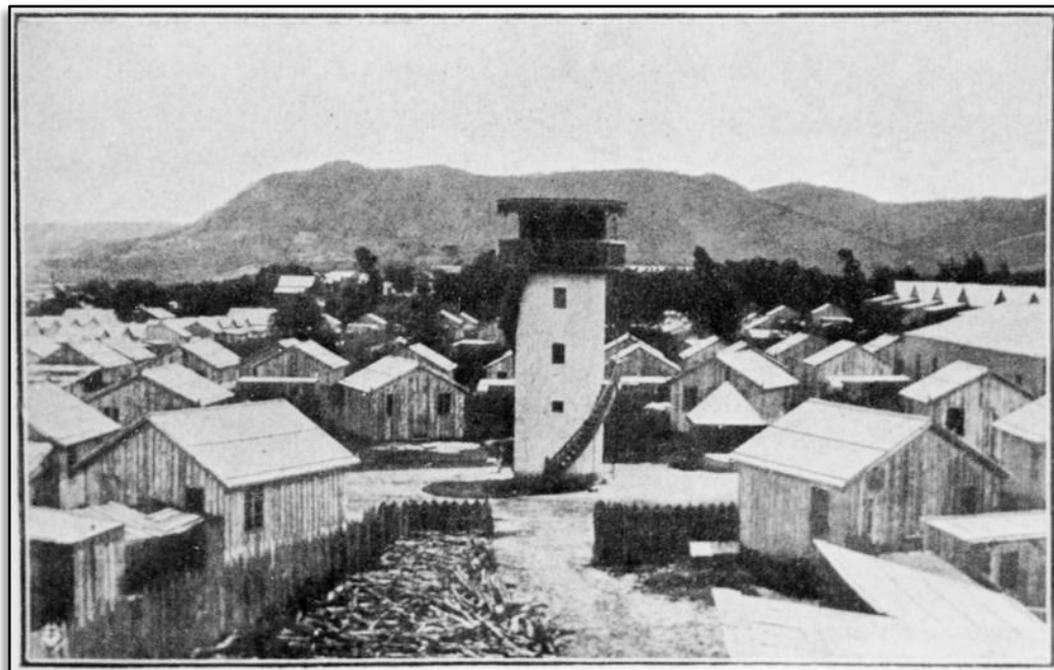
Fonte: GRIGIO, Ênio. *“No alvoreço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”*: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018, p. 177.

A imagem demonstra em primeiro plano o edifício do Colégio Sant’Ana, fundado em 1905. O autor buscou realçar a parte superior da paisagem, onde podemos ver o bairro Vila Rica e a Capela do Rosário, com sua “pequena igrejinha sob a invocação da Virgem do Rosário, construída com o material aproveitado de um antigússimo cemitério, há anos abandonado”, seguindo a descrição de João B. Fortes.⁷⁸ Nessa região também se localizava, a partir de 1910, a “Villa Operária Brazil”, que reunia dezenas de chalés de madeira, “redutos de cozinheiras e doceiras, em que a maior tradição era o carnaval, representado pelo bloco carnavalesco Racho Succo”⁷⁹ Segundo Franciele Oliveira, a vila operária era moradia de trabalhadores das fábricas e ferrovia, e um dos chalés foi a sede do primeiro clube negro de Santa Maria, o União Familiar.

⁷⁸ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Op. cit.*, p. 100.

⁷⁹ OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Moreno Rei dos astros a brilhar, querida União Familiar: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição*. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2016, p. 74.

FIGURA 6: VILA OPERÁRIA BRAZIL



Fonte: MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 1ª ed. Santa Maria: Editora UFSM, 1997, p. 161.

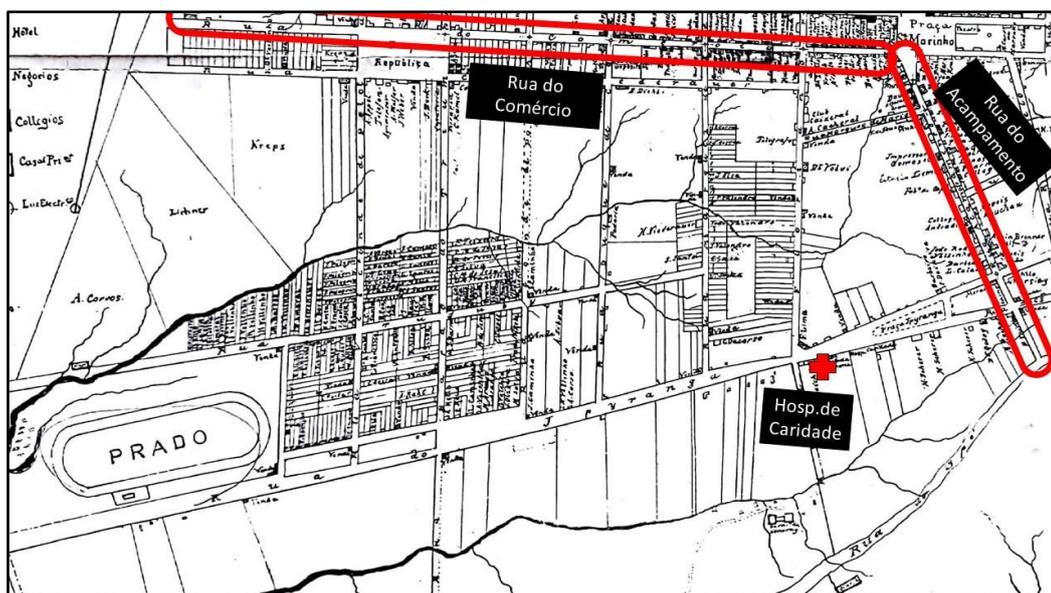
E por fim, olhemos com mais atenção o outro bairro popular, denominado “Aldeia”. Me chamou a atenção as poucas informações desta região em relação à historiografia e a própria memória coletiva dos santa-marienses. A Aldeia se localizava na atual Av. Presidente Vargas, estendendo-se da atual Escola Cilon Rosa até a rua Conde de Porto Alegre, regiões hoje centrais de Santa Maria. É possível que este esquecimento seja pela forma com que o território passou por reformas urbanas e os impactos da especulação imobiliária, em relação aos demais bairros populares.

A origem do nome “Aldeia” remete ao agrupamento de moradores/as provenientes dos Sete Povos das Missões, nos primeiros anos do século XIX, descritos no início deste capítulo. Na “*Revista comemorativa do Primeiro Centenário (1814-1914)*”, Catão Coelho, agrimensor e morador da cidade no contexto desta pesquisa, publicou um texto sobre os antecedentes da cidade. Em alguns trechos, encontramos citações sobre a Aldeia:

O aldeamento dos índios em Santa Maria data aproximadamente do fim do século 18 e começo do século 19; **entre duas sangas**, mais tarde chamadas de Aldeia, das quais **uma teve sua nascente junto a intersecção das atuais Ruas do Comércio e do Acampamento e a outra no extremo sul da Rua do Acampamento**. Entre estas vertentes alojou-se uma porção de índios vindos de outras paragens após a conquista [...]. Não será difícil encontrar alguns deles por aí algures, descendentes desses primitivos povoadores da Aldeia. **Nas proximidades do Hospital de Caridade**, existia antes da Guerra do Paraguai

uma igrejinha coberta de capim, pertencente à Aldeia, assim como, próximo a ela e beirando a estrada, uma cacimba calçada de tijolo. (grifos meus).⁸⁰

FIGURA 7: O BAIRRO "ALDEIA", REPRESENTADO NA PLANTA DE JOSÉ NEHRER, 1902



Fonte: Montagem produzida pelo autor. Planta da cidade de Santa Maria, de 1902. (Anexo B).

Na planta de 1902, trata-se do único bairro popular que recebeu atenção parecida com o centro da cidade em seus detalhes, ao cartografar os limites dos lotes e algumas moradias. Contabilizando o número de propriedades e famílias que o agrimensor registrou, chegamos ao número de 98 moradias e 18 “vendas” no bairro, que daria uma população aproximadamente 550 pessoas, considerando a densidade de moradores por habitação urbana na cidade em 1900.

É interessante, por fim, notarmos a permanência dos territórios populares em Santa Maria ao longo do século XIX e início do XX. Analisando mapas e plantas do século XIX e no cruzamento de fontes diversas, o traçado das ruas Guararapes e Estrada da Aldeia, assim como relatos de sua ocupação, já existiam desde, as primeiras décadas do século XIX. São as duas ruas, uma ao norte da cidade e a outra ao sul, que vão originar os dois grandes bairros populares do século XX, Aldeia e Vila Rica. Ao contrário de grandes centros urbanos e capitais brasileiras – como São Paulo, Rio de Janeiro ou mesmo Porto Alegre - falamos de uma cidade que surge, com seu corpo administrativo, quase na Primeira República; e que possui ondas de crescimento demográfico muito menores. Trata-se de fatores importantes quando pensamos em urbanização e segregação para regiões interioranas.

⁸⁰ MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Op. cit.*, p. 142.

A historiadora portuguesa Joana Vidal Pereira, realizando um levantamento acerca da historiografia dedicada às transformações urbanas no fim do século XIX; afirma que, ao menos para a Europa e América do Norte,

a partir da última década do século XIX, a deslocalização da indústria para a periferia, não sendo acompanhada de um progresso dos transportes urbanos suficientemente rápido, terá dado origem a áreas industriais e bairros operários que se tornaram centros de uma intensa vida comunitária, desenvolvida a partir da sobreposição física das esferas da produção, consumo, lazer e acção colectiva.⁸¹

O deslocamento das indústrias para a periferia descrito pela autora segue um movimento que, primeiro, é de deslocamento humano pela segregação social: a segunda metade do século XIX, ao menos para as grandes cidades, é de reordenação espacial das camadas empobrecidas e formação de novos territórios proletários, cada vez mais empurrados para os subúrbios e que passam a receber essas indústrias. No Brasil, o debate sobre urbanização e territórios bate num discurso bem parecido: os principais centros urbanos do país e do estado (Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) são cidades que surgem no período colonial (ainda que em períodos distintos), e que sofrem grandes fluxos de crescimento urbano durante o século XIX, atingindo níveis exponenciais adentrando o século XX.

Sobre o final do oitocentos, Raquel Rolnik afirma que não é o crescimento urbano que explica as grandes transformações de São Paulo, mas sim a “emergência da segregação como elemento estruturador da cidade”.⁸² Sidney Chalhoub, investigando os cortiços do Rio de Janeiro no mesmo período, avalia os esforços de expulsão das moradias populares do centro, que começa ainda na década de 1850, paralelo ao esforço de empresários que exerciam o monopólio na exploração de serviços públicos, ao especular com terrenos dos subúrbios que viriam a se tornar locais de moradia popular nessa expansão urbana.⁸³ Em Porto Alegre, Margaret Bakos afirma que as iniciativas de construção dos bairros operários na década de 1930 possuem um processo mais antigo, já no final do século XIX; algo evidenciado também por Daniele Vieira, ao estudar a cartografia dos territórios negros em Porto Alegre. A autora afirma haver uma intensa

⁸¹ PEREIRA, Joana Vidal de Azevedo Dias. Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo português e a tradição historiográfica europeia. *Revista Brasileira de História*, [S. l.], v. 32, n. 64, p. 27–44, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882012000200003>. Acesso em: 20 Jul. 2020.

⁸² Raquel Rolnik. *Op. cit.*

⁸³ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1996.

reorganização territorial já no final do oitocentos, que empurra da área central a população empobrecida em direção aos arrabaldes do entorno do núcleo mais urbanizado. Algo que talvez possa ser relacionado com a formação da Colônia Africana, analisada por Marcus Vinicius de F. Rosa, que surge em suas documentações apenas na década de 1890, como um território marcado pela presença de populares, negros e brancos.⁸⁴

Para núcleos urbanos reduzidos, interioranos, com receitas municipais reduzidas e menor crescimento demográfico como o caso de Santa Maria, não podemos pensar nesse processo da mesma maneira. Houve lógicas de crescimento, políticas segregacionistas e estabelecimento de territórios um tanto distintos. Não se verifica, por exemplo, uma urbanização que promoveu a reordenação de territórios populares no fim do século XIX. Pelo contrário, observa-se o crescimento deles, que surgiram entre 1800 e 1840, e permaneceram nos mesmos locais por quase um século.

O questionamento que fica é se a permanência desses bairros não permitiu uma maior organização associativa entre seus moradores ou construção de identidades coletivas, em relação às grandes cidades que, ao contrário, experienciaram a desagregação de espaços populares constituídos no fim da escravidão; algo que podemos enquadrar no conceito de insegurança estrutural, proposto por Mike Savage. O autor afirma que o elemento comum na vida dos trabalhadores não deve ser unicamente o debate que os relacionam ao trabalho, mas sim a insegurança estrutural vivida por todos eles:

Essa formulação nos possibilita reconhecer certas pressões estruturais sobre a vida operária, embora também pontue a urgência de examinarmos a enorme variedade de táticas que os trabalhadores podem escolher para cuidar de seus problemas – da luta contra seus empregadores à formação de cooperativas, à demanda de amparo estatal, à tessitura de redes de apoio nas vizinhanças e por aí vai. É tão relevante olhar para as estratégias de vida atualizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo. Nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como o único ou principal eixo da classe social.⁸⁵

⁸⁴ VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/177570>. Acesso em: 28 abr. 2020; Marcos Vinicius F. Rosa. *Op cit*.

⁸⁵ SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio Henrique M. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 33.

Talvez isso ajude a explicar uma cidade nas proporções de Santa Maria possuir durante a Primeira República, pelo menos 19 organizações negras em segmentos diversos. Grande parte delas, concentradas apenas na Vila Rica.⁸⁶

Assim, o fim do século XIX não é apenas marcado por uma explosão demográfica nas grandes cidades e as transformações que elas experienciam - elementos narrativos que frequentemente são emprestados da historiografia dos grandes centros quando se analisam urbes interioranas. Trata-se, também, de um momento da história urbana brasileira marcado pela criação de centenas de novas cidades, literalmente; e a permanência de territórios populares construídos no século XIX. Cidades onde elites locais passam a constituir seus corpos administrativos e legislar a produção desses espaços, a definição de suas leis e, ao menos em Santa Maria, inclusive regular diretamente o acesso à moradia para camadas empobrecidas. Avaliando apenas o Rio Grande do Sul, de 28 cidades catalogadas no censo imperial de 1872, o estado passa a ter, no censo de 1890, 63 municípios - um crescimento de 125% em 18 anos. Justamente num momento marcado pela instauração da república, a constituição do capitalismo e a desagregação das relações escravistas.⁸⁷ Penso que Santa Maria, e as demais cidades dentro desse processo de interiorização das cidades, deva ser observada por esta perspectiva se quisermos entender como segregação e desigualdade operaram na expansão da vida urbana no interior do estado.

⁸⁶ Tenho desenvolvido esta hipótese em outro texto, analisando as identidades coletivas na greve de 1917 em Santa Maria. Apesar de ser criada por ferroviários, com pautas relacionadas diretamente ao trabalho na Viação Férrea, os envolvidos na greve eram extremamente diversos: desde membros da imprensa negra local a imigrantes pobres, empregados do comércio e jornalistas. Entre cores, idades e profissões distintas, os elementos comuns entre eles era a proximidade espacial: compartilhando espaços de vizinhança e lazer na Aldeia e Vila Rica. Ver: BRUNHAUSER, Felipe Farret. *Espaços comuns e identidades coletivas: a formação de bairros operários e a greve de 1917 (Santa Maria, Brasil)*. In: CAMPI, Daniel; PADOIN, Maria Medianeira; QUIÑONEZ, María Gabriela. *Historia, regiones y fronteras: política, economía y sociedad, siglos XIX y XX. Corrientes*: Universidad Nacional del Nordeste, 2022.

⁸⁷ Os censos de 1872 e 1890, para o Rio Grande do Sul, podem ser consultados em: Fundação de Economia e Estatística (FEE). *De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul - Censos do RS 1803-1950*. Porto Alegre: FEE, 1981.

CAPÍTULO 2: ESPAÇO, MORADIA E MERCADO DE ALUGUÉIS

Colocar os dados no espaço e fazer análises de padrões, processos, movimentos dentro do espaço urbano [...] possibilita a oportunidade de aprendermos coisas que não saberíamos de outra maneira. As fontes tradicionais não dizem, por exemplo, onde mora exatamente determinado tipo de pessoa; não dizem que em determinada rua havia uma mistura específica de tipos sociais morando e trabalhando no mesmo espaço. As fontes não disponibilizam essas informações de uma maneira transparente de modo que o historiador possa extraí-las utilizando suas ferramentas tradicionais. Contudo, ao localizar tais informações no espaço utilizando as técnicas de análise espacial, o historiador pode conectar espacialmente o que antes habitava âmbitos distintos.

Zephyr Frank, sobre as possibilidades de SIG para a História Urbana, em 2014.⁸⁸

A trajetória percorrida para a construção desta pesquisa reforçou a importância da dimensão espacial como um elemento essencial para o estudo do passado. O uso sistemático do SIG Histórico partiu da aposta de que um olhar crítico e aprofundado para o espaço enquanto variável analítica permitiria incrementar o nosso entendimento sobre fontes, lugares e processos históricos. Como aponta Zephyr Frank, utilizar o espaço aliado às geotecnologias, permite com que analisemos processos e fontes históricas já consolidadas por outras perspectivas, construindo novas conexões e cruzamentos de informações entre as documentações. Foi com essa inspiração que aprofundei o estudo das ferramentas disponíveis em *softwares* de geoprocessamento, buscando expandir o olhar e a análise da ocupação urbana em Santa Maria.

Acredito que este esforço rendeu frutos valiosos para este estudo e para a minha formação como pesquisador. Em especial pela elaboração de métodos analíticos que fossem aplicáveis para a realidade em que se investigava e as fontes que estavam disponíveis. Para que o leitor ou leitora pouco familiarizado com o SIG Histórico entenda o processo metodológico para chegar aos resultados apresentados neste estudo, este capítulo busca sistematizar os caminhos pelos quais construí o método de georreferenciamento de moradias urbanas, baseado nos registros de impostos de Santa Maria, de 1902 e 1912. Ademais, apresento o primeiro passo de análise destes dados: investigando a relação do espaço e desigualdade social, através dos valores de imóveis urbanos e do mercado de aluguéis, que marcava o processo de urbanização das cidades brasileiras na virada do século XIX para o século XX.

⁸⁸ Entrevista concedida ao historiador Frederico Freitas. Ver: FREITAS, F. Spatial History e humanidades digitais, uma entrevista com o brasileiro Zephyr Frank. *História e Cultura*, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 375, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v3i1.1203p.379>. Acesso em: 15 Fev. 2021.

Como fontes de pesquisa, utilizei principalmente tomos correspondentes à cobrança de impostos de diversos anos, entre 1893 e a década de 1920. Além de analisá-los de forma quantitativa (identificando e analisando padrões sociais na posse de moradias urbanas), buscou-se, com o auxílio do SIG Histórico desenvolvido até aqui, georreferenciar os locais dessas moradias. O tempo e os recursos disponíveis para esse trabalho em SIG me limitaram a analisar, de forma quantitativa e georreferenciada, dois anos destas documentações: 1902 e 1912. O objetivo foi selecionar um intervalo de pleno crescimento populacional na cidade, partindo de uma análise comparativa dos dois períodos. Os demais tomos foram utilizados de forma secundária, na medida em que era necessário buscar os vestígios de um ou outro indivíduo. Foi delimitado o ano de 1902 por se tratar do mesmo ano da Planta da cidade de Santa Maria, apresentada no capítulo anterior e que serviu como planta base para o georreferenciamento do tecido urbano da cidade. Assim, os registros da Décima Urbana foram fichados em banco de dados, totalizando 1348 imóveis em 1902 e 2410 imóveis em 1912. Foi este processo analítico que resultou na construção deste segundo capítulo.

Na primeira parte, intitulada “*Georreferenciando moradias urbanas*”, julguei necessário detalhar os caminhos metodológicos que construí para espacializar os locais de cada uma das moradias presentes na Décima Urbana de 1902 e 1912. Grande parte do tempo que dediquei a esta pesquisa esteve concentrado em estudar os *softwares* de SIG e a aplicação dessas ferramentas para o estudo em História Social. O resultado deste trabalho, aplicado à escala das moradias urbanas, é mais bem desenvolvido nesse primeiro subtítulo, demonstrando sua aplicação no ano de 1902 e 1912. O objetivo foi descrever os caminhos de pesquisa e o embasamento metodológico realizado para tal. Compreendi que seria importante, primeiro, expor esse método ao leitor/a, para que se entenda as possibilidades e limites que encontrei nesta análise.

Na segunda parte, intitulada “*Desigualdade e mercado de aluguéis*”, o objetivo foi investigar como se configurava o interesse privado no tema da habitação, considerando que o mercado de moradias para aluguel ocupava parte expressiva do tecido urbano de Santa Maria. Busquei entender como funcionavam as estratégias de investimento desse grupo social, sendo ele muito diverso: desde pequenos proprietários que alugavam moradias operárias nos bairros populares até grandes rentistas. Apresento, também, alguns padrões de investimento dos grupos que compõem a elite urbana, que no decorrer do século XIX passam do uso da mão-de-obra escravizada para o investimento em bens

de raiz como terrenos e habitações urbanas. Em linhas gerais, evidencio que essas estratégias resultavam em fatores importantes de segregação e exclusão para uma grande camada da população que se encontrava entre viver de maneira irregular ou compondo a crescente demanda do mercado de aluguéis de moradias populares.

2.1. GEORREFERENCIANDO MORADIAS URBANAS

Para o desenvolvimento deste capítulo, utiliza-se o SIG Histórico aplicado a análises dos imóveis urbanos. No primeiro capítulo, foi necessário entender e visualizar a distribuição de territórios urbanos: suas fronteiras entre urbano e rural, mas principalmente a distribuição de bairros periféricos e centro da cidade, compreendendo como aspectos geográficos do local onde a cidade foi construída, influenciavam na distribuição espacial da desigualdade social em Santa Maria na virada do século XIX para o século XX. Agora, o foco será reduzir a escala de precisão espacial, compreendendo padrões de ocupação do espaço urbano através do georreferenciamento das moradias da cidade. Para isso, utiliza-se como fontes os registros de impostos de moradia, requerimentos de construção e de venda de prédios urbanos.

A preocupação do Estado em fiscalizar prédios urbanos para criar padrões de habitar a cidade ou conduzir uma ordem urbanística, gerou fontes riquíssimas para o estudo das cidades. Em especial a Décima Urbana, criada no início do século XIX como o primeiro imposto predial do Brasil. Em linhas gerais, quem possuísse construções dentro dos limites urbanos de vilas e cidades estaria sujeito à fiscalização e cobrança da Décima. Seu valor era cobrado uma vez a cada semestre, e representava 10% no valor avaliado na locação/aluguel do imóvel.

Para que a cobrança ocorresse, eram realizadas catalogações semestrais das condições materiais dos prédios urbanos, reunindo uma série de informações importantes para este estudo. Em Santa Maria, os tomos utilizados pelo fiscal da Intendência, ao realizar este controle, eram chamados de “Lançamento dos prédios urbanos”, e poderiam acompanhar as seguintes informações:

- ✓ Endereço da construção: nome da rua e número do prédio;
- ✓ Nome do/a proprietário/a;
- ✓ Situação da moradia: alugada, ocupada, desocupada, em ruínas, em construção etc.;

- ✓ Qualidade: térreo, sobrado, de material, de tábuas com teto de telha ou zinco etc.;
- ✓ Valor avaliado na locação do imóvel;⁸⁹
- ✓ Valor cobrado na Décima Urbana (10% do valor avaliado na locação);
- ✓ Observações diversas;

A manipulação dessas informações a partir de uma análise quantitativa, permite investigar a formação do espaço urbano, as formas de ocupação territorial da cidade, o peso do mercado de aluguéis nesse período, entre outras questões. Afinal, quantas moradias alugadas existiam? Qual a proporção de mulheres e homens entre proprietários/as? Como se configurava a acumulação de riqueza em mercado imobiliário, em uma cidade do interior do estado na Primeira República? O mercado de aluguéis era apropriado por quais camadas sociais? E mais importante: comparando os mesmos dados em diferentes anos, como esses elementos se modificam na medida em que a cidade está em seu primeiro impulso de desenvolvimento? Todas essas perguntas giravam em torno de uma das inquietações que esteve presente desde o início desta pesquisa: refletir sobre como o mercado de aluguéis, o poder público e a luta por moradia entre grupos populares influenciavam na estruturação do espaço urbano e na desigualdade socioeconômica.

Para isso, utiliza-se de forma concreta os dados correspondentes às Décimas de 1902 e 1912, paralelo ao cruzamento com documentações diversas. Investigando as fontes correspondentes a esses anos, surgiram uma série de novos elementos para entendermos a complexidade que marcava o espaço urbano, que a cartografia dos territórios populares, realizada no primeiro capítulo, não deu conta de alcançar.

Um destes exemplos é o protagonismo das mulheres na produção do espaço urbano, representando pouco mais de 25% das proprietárias da cidade. Um olhar mais atento a esses casos, nos mostra que em sua maioria tratava-se de mulheres pobres, com moradias de baixas condições, nos bairros populares. Se no levantamento geral elas representavam aproximadamente 25% das proprietárias, entre as moradias populares, nos subúrbios da cidade, a proporção de mulheres se aproximava dos 50%. Seriam mulheres solteiras e/ou chefes de família? Havia elementos de gênero e classe, que

⁸⁹ Se o prédio já era alugado, o inquilino era induzido por lei a informar o valor cobrado no aluguel. Contudo, o fiscal do imposto tinha poderes para definir um valor aproximado quando se tratava de moradias ocupadas pelo proprietário, ou quando os valores ditos pelos inquilinos não fossem convincentes para os padrões da cidade/localidade. Ver: Coletâneas da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, 1892-1901; Volume III, 1910-1913. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

pensados de forma interseccional, poderiam nos dizer algo sobre como operavam as lutas por moradia naquele mundo.

Após avaliar esses e outros elementos de forma quantitativa, o foco esteve em georreferenciar essas informações com algum grau de precisão geográfica e histórica. Afinal, se realmente fosse possível, além de saber que mulheres eram 25% das proprietárias urbanas, seria possível investigar *onde* essas habitações se localizavam. A mesma reflexão vale para investigar se havia uma concentração espacial nas moradias desapropriadas pelo poder público, ou como o mercado de aluguéis se distribuía espacialmente, ou mesmo quais eram as regiões privilegiadas no investimento de rentistas, de pequeno e grande porte.

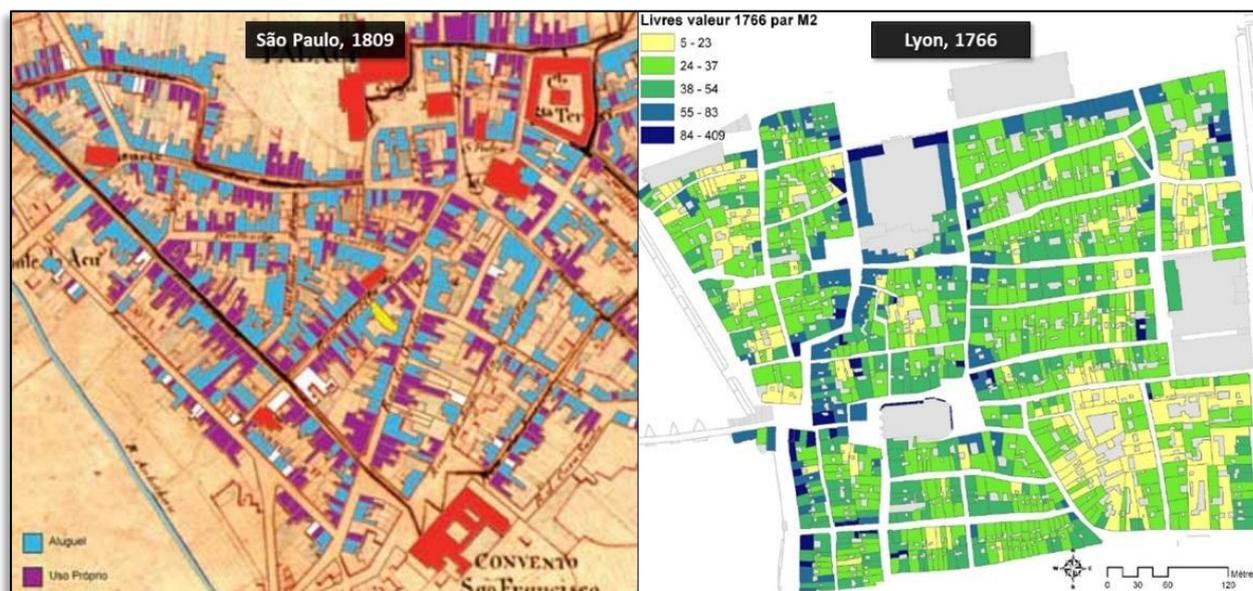
Assim, além de ter o espaço como uma categoria e variável analítica importante para a problemática da desigualdade no espaço urbano, do ponto de vista metodológico ele assume, também, o papel de fio condutor de relações que as fontes, geralmente, não disponibilizam de forma clara e objetiva. Um exemplo simples do que quero dizer é a existência dos bairros populares, como a Aldeia e Villa Rica, em Santa Maria. Eles não existem nas leis municipais e limites urbanos, tampouco estão separados por distritos. Mas estavam lá, construídos por grupos populares e constantemente se transformando no espaço social da cidade. Por outro lado, a maioria das fontes consolidadas na historiografia, e mesmo os registros de impostos, não vão possuir, obrigatoriamente, como referência espacial “bairro Villa Rica”, mas sim um endereço, indicando rua e número. Uma análise cruzada dessas informações com o auxílio das geotecnologias, é que permite reconstruir tais relações de forma mais segura e efetiva. Esse exemplo pode ser direcionado para diversos outros casos, onde a dimensão do espaço é escorregadia, de difícil assimilação nas documentações históricas.

Alguns trabalhos utilizaram cartografia para analisar moradias urbanas em diferentes cidades do mundo, servindo de importante apoio teórico-metodológico no uso de SIG Histórico. Beatriz Bueno investigou o mercado imobiliário de São Paulo em 1809, partindo igualmente de Décimas Urbanas e georreferenciando esses dados em uma planta histórica de São Paulo. A autora demonstrou que metade do tecido urbano, já no início do século XIX, era composto por moradias de aluguel – e que esse rentismo era uma parcela importante da riqueza de seus proprietários. O uso do georreferenciamento, no caso da autora, utilizou como base uma planta da cidade que possuía os limites dos lotes e terrenos urbanos. Partindo desta informação, seu trabalho se concentrou em

compreender a ordem em que se estabeleciam os prédios catalogados nos impostos da São Paulo de 1809.

Outro uso de SIG na escala dos edifícios urbanos foi aplicado por Bernard Gauthiez para a cidade de Lyon (França), no período moderno. Este é um caso à parte, pois trata-se de um grande projeto, iniciado na década de 1990 e que realizou levantamento de dados de moradia e comércio no período de dois séculos da cidade francesa (registros de impostos, censos, licenças de construção, almanaques comerciais etc.). Também neste caso, pelo tempo de execução do projeto e os recursos disponíveis, tanto humanos como materiais, Gauthiez e uma equipe de pesquisadores/as levantaram dados das habitações de Lyon com grande precisão de informações e riqueza de detalhes, cartografando desde os limites e dimensões dos edifícios.

FIGURA 8: EXEMPLOS DE GEORREFERENCIAMENTO DE PRÉDIOS URBANOS, PARA SÃO PAULO (1809) E LYON (1766).



Fonte: à esquerda, BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista, [S. l.]*, v. 13, 2005. p. 69; à direita, GAUTHIEZ, Bernard. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico – método e exemplos de aplicação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, v. 1, 2016, p. 39.

Os dois exemplos são úteis para pensar as possibilidades do SIG em História Urbana, mas também ressaltam alguns limites intransponíveis para quem não estuda grandes cidades como Lyon ou São Paulo. Em primeiro lugar, Santa Maria - e certamente a maior parte das cidades do Brasil - não possui documentações tão precisas acerca da cobrança de impostos ou registros de construções como a Lyon dos séculos XVII e XVIII. Em segundo lugar, não há plantas e mapas da cidade com a precisão de detalhes dos lotes

urbanos, como no caso de São Paulo. Apesar de ter esses e outros estudos como referência, cada realidade demanda de estratégias metodológicas específicas para o uso de SIG.

Mas alguns elementos são gerais e úteis na construção do método de georreferenciamento, independente dos casos. Uma preocupação comum entre esses trabalhos está na precisão espacial das fontes em relação ao uso do SIG. Os *softwares* de SIG são amplamente utilizados em outras áreas de estudo (geografia, agronomia, urbanismo etc.) e já conta com ferramentas que auxiliam no uso de dados que não possuem uma localização geográfica tão precisa. Cabe ao historiador, com os instrumentos que já domina na análise das documentações históricas, identificar essas imprecisões e utilizar todo o potencial de suas fontes e das geotecnologias. Para isso, o rigor metodológico é fundamental. Neste ponto, Carlos E. Valencia Villa ressalta questões pertinentes:

La razón por la que es obligatorio decidir dónde se debe localizar un registro proviene, principalmente, del aspecto técnico que los SIG exigen. [...] La situación es que los softwares que localizan y procesan los datos de los SIG precisan conocer con exactitud la referencia espacial, sin esa exactitud no es posible ni cargar los datos en los programas y mucho menos procesarlos. De esa manera, todos los interesados en discutir que significa espacio, localización y exactitud tienen en sus manos un debate pertinente. Ahora bien, lo que los investigadores que trabajan con SIG tienen en sus manos es una cuestión más simple desde el punto de vista teórico, pero mucho más difícil desde el punto de vista práctico: ¿Que referencia espacial se le asigna a un registro?⁹⁰

No artigo intitulado “*Aglomeraciones residenciales de negros libres en Río de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, Estados Unidos) a mediados del siglo XIX*”, o autor trabalha com fontes que se aproximam das utilizadas neste estudo, ao menos em relação às informações espaciais disponíveis. Utilizando censos, registros de impostos e anúncios de trabalho na imprensa do Rio de Janeiro e em Richmond, o autor buscou analisar onde morava a população negra livre em ambas as cidades, e onde se encontravam, também, a demanda de trabalho desses grupos.

Possuindo o endereço dessas localizações (número do prédio e nome da rua) e em alguns casos o quarteirão, Carlos E. Valencia Villa georreferenciou mapas históricos de ambas as cidades, e marcou a posição desses endereços a partir da ferramenta de “densidade kernel”. O *Kernel* é amplamente utilizado em geotecnologias para analisar as curvas de densidade de algum elemento (neste caso, moradias de negros livres) em um

⁹⁰ VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo. Precisión y exactitud en los Sistemas de Información Geográfica (SIG) en las investigaciones históricas In: VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo; GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016, p. 230.

determinado espaço. Trata-se de uma ferramenta muito útil, também, quando precisamos analisar a densidade de ocorrências de um determinado fenômeno, mas não temos disponíveis todos os casos que existiam (como o objeto de estudo de Villa). Em outras palavras, o Kernel gera “mapas de calor”, que sinalizam os locais de maior aglomeração de residências que o autor tem disponível, e que ajuda a inferir onde viviam negros livres em ambas as cidades, mesmo não tendo disponível dados de todas essas pessoas.

Para citar um exemplo, a imagem a seguir demonstra onde havia maior densidade de negros/as livres em Richmond, na Virgínia, em 1852. Se olharmos atentamente, existem pontos verdes (locais de moradia de negros/as livres) distribuídos/as por toda a cidade. Mas a densidade Kernel permite avaliar onde a ocorrência dessas habitações é maior:

FIGURA 9: AGLOMERAÇÕES RESIDENCIAIS DE NEGROS/AS LIVRES EM RICHMOND, EM 1852



Fonte: VALENCIA VILLA, Carlos E. Aglomeraciones residenciales de negros libres en Rio de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, Estados Unidos) a mediados del siglo XIX. *Espaço e Economia*, n. 3, p. 2-25, 2013, p. 13.

Utilizo de recurso semelhante para georreferenciar as moradias de Santa Maria. A numeração das ruas era estabelecida no Código de Posturas Municipais, respeitando a regra de numerações arábicas, com o sistema par-ímpar para cada lado da rua. A extremidade da rua em que a numeração deveria começar também seguia regras

estabelecidas em lei, sendo elas sempre no sentido oeste-leste e norte-sul. Era também estabelecido em lei que os proprietários não poderiam mudar os emplacements e numerações impostas pela intendência, incorrendo na multa de 15 mil réis. A numeração das casas era atualizada periodicamente, como forma de manter uma ordem crescente nesses números.⁹¹ Quando a fiscalização da Décima Urbana era realizada antes de uma atualização, as novas moradias recebiam letras após o número, por exemplo: 1, 1A, 1B, 1C etc.

Assim, sabemos a ordem em que as moradias registradas no imposto estavam estabelecidas nas ruas (quem era vizinho de quem), e em qual lado cada uma delas estavam. A grande questão é saber em que altura da rua essas moradias se encontravam. A casa de número 40, da Rua do Acampamento, ficava aproximadamente onde? No meio de um quarteirão ou mais próxima da praça central? Essa pergunta se torna importante quando analisamos ruas que simplesmente cruzam toda a cidade.

Nas zonas centrais a resposta se torna muitas vezes fácil: a moradia de João Daudt, importante comerciante local, é registrada na décima na Rua do Acampamento, números 25 e 27. Sua moradia também é registrada em fotografias e na planta de José Nehrer, o que permite identificar facilmente onde os números 25 e 27 de fato se localizavam. Tendo a localização exata dos números 25 e 27, já é possível ter a localização aproximada dos demais números naquele lado da rua.

Mas como localizar espacialmente os moradores e moradoras da Vila Rica ou da Aldeia? Onde se localizavam, na rua Visconde de Pelotas, a moradia de Manoel Congo de Oliveira, de Felipe Rodrigues de Jesus ou de Innocencia Luisa de Sousa, nomes presentes na cobrança de impostos, mas que não figuraram nas páginas de almanaques e nas fotografias? Principalmente tratando-se de uma rua que cruza dois bairros populares (Vila Rica e Aldeia), além das ruas centrais.

Uma solução viável foi utilizar recursos do *software* de SIG. O “*Quantum GIS (QGIS)*”, *software* utilizado para esta pesquisa, possui ferramentas que permitem distribuir essas moradias na ordem e lado das ruas que elas estão presentes na Décima Urbana. Delimitamos uma localização aproximada considerando um espaço igual entre uma habitação e outra. Se havia 90 moradias registradas no lado “par” de uma determinada

⁹¹ Código de Posturas Municipais de 1898. Art. 23 a 25. Esse padrão segue no Código de Posturas Municipais de 1913. Art. 61 a 68. Ver: Coletâneas da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, 1892-1901; Volume III, 1910-1913. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

rua, com o *software* conseguimos distribuir 90 pontos de localização em todo o perímetro desse lado da rua, com igual distância entre si. Este foi o primeiro passo.

Certamente os terrenos e moradias possuíam dimensões variadas, e as ruas não eram organizadas de maneira tão uniforme; mas este método se mostrou eficaz quando não sabemos a localização de alguns dos prédios da Décima Urbana. Por exemplo: ao saber que o sobrado de João Daudt ocupava os números 25 e 27, e ficava ainda no primeiro quarteirão da Rua do Acampamento, pode-se inferir que os demais prédios daquele lado, do 1 ao 23, estavam entre a sua casa e o início da rua. Ou seja, encontrando a localização exata de alguns prédios da rua, e sabendo quem é vizinho de quem, podemos corrigir a imprecisão espacial de todo o perímetro da rua. Um princípio semelhante é descrito por Tiago Luis Gil ao discutir o uso de SIG na pesquisa histórica.

Em primeiro lugar, apesar de não parecer, faz sentido pensar que é mais fácil achar todos os lugares do passado do que apenas um, uma vez que podemos localizar as coisas na relação que elas têm com as outras, na vizinhança delas. Se uma sesmaria, unidade agrária do período colonial, diz ficar na fronteira com outra, podemos não saber onde ficam as duas, mas já sabemos que são vizinhas. É o princípio exato do quebra-cabeça. Tendo apenas uma peça na mão, não tenho muita ideia de onde ela ficaria no conjunto da obra, mas tendo todas consigo montar completamente.⁹²

Ao refletir sobre esta questão, Tiago Gil aponta outro ponto igualmente importante: para melhorar o nosso desempenho com o SIG, é essencial ter uma erudição “toponímica” do contexto e objeto que se analisa. Em outras palavras, o conhecimento que possuo da cidade no presente (nome e locais de ruas, prédios, praças, entre outros), e os saberes adquiridos sobre estes mesmos lugares no passado, foram essenciais para o uso do SIG Histórico. A casa que pertenceu à João Daudt, números 25 e 27, existe até os dias de hoje – para ficarmos apenas em um exemplo já citado. Para todo o processo de georreferenciamento, foram realizadas inúmeras pesquisas em acervos fotográficos, obras de genealogistas e historiadores locais, sendo eles inseridos na academia ou pesquisadores entusiastas da história local, geralmente chamados de “memorialistas”. Estes últimos, em especial, foram essenciais para o saber toponímico descrito anteriormente.

⁹² GIL, Tiago Luís. Cartografia digital para historiadores: algumas noções básicas. *In*: HISTÓRIA, ARQUIVOS E MÍDIAS DIGITAIS. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013, p. 11.

Entendemos que essa documentação, assim como qualquer fonte, possui limitações e algum nível de sub-representação; que havia habitações que possivelmente não estavam na cobrança de impostos e que a numeração das ruas em algum momento pode não ter seguido o padrão estabelecido nas leis municipais. Contudo, o método utilizado permite que contornemos boa parte desses problemas. Sobre as possíveis imprecisões nos dados georreferenciados de Décimas Urbanas, Beatriz P. Siqueira Bueno traz contrapontos pertinentes:

O itinerário do responsável pela listagem [da Décima Urbana] nem sempre é objetivo e exige a formulação de hipóteses passíveis de equívocos para se reconstituir hipoteticamente a materialidade da cidade. No entanto, a espacialização dos dados, mesmo considerando-se as imprecisões, é fundamental para a apreciação das questões de outra forma inapreensíveis. Embora possamos ter errado no sequenciamento ou na identificação desse ou daquele imóvel, no geral, pudemos constatar a *sociotopografia* [...] (a paisagem social e material) de cada rua, de cada área da cidade, percebendo as tipologias dominantes, as áreas mais e menos valorizadas, mapeando os principais proprietários e verificando a existência de um aquecido mercado imobiliário rentista relacionado aos usos predominantes, algo inexplorado pela historiografia sobre História Urbana colonial até então.⁹⁴

Por fim, é necessário sinalizar alguns limites da documentação e da análise realizada nessa pesquisa. Do total de moradias presentes nos registros de 1902 e 1912 alguns casos não foram possíveis de georreferenciar. O quadro abaixo ajuda a sistematizá-los:

TABELA 2: RELAÇÃO DOS PRÉDIOS QUE NÃO FORAM GEORREFERENCIADOS

Ano	Total de prédios	Prédios georreferenciados	Prédios que faltaram	
			Nº	%
1902	1348	1214	134	10%
1912	2410	2126	284	12%

Fontes: Lançamento de prédios urbanos (1902 e 1912), tomos 19 e 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Tivemos uma média aproximada de 10% das moradias, em 1902 e 1912, que pela dificuldade em definir sua localização geográfica, ficaram de fora das análises em SIG Histórico. São moradias que se localizavam em ruas novas que estavam surgindo, presentes no recolhimento do imposto, mas que não encontramos em plantas da cidade. Alguns casos localizavam-se em travessas e becos entre as ruas e quarteirões, sem um local exato; ou simplesmente eram registradas na décima como “subúrbios”, sem uma

⁹⁴ BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira *et al.* Décimas Urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 4–53, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/urbana.v10i1.8651827>.

referência espacial mais precisa. Com a conclusão do fichamento quantitativo e de georreferenciamento das Décimas Urbanas de 1902 e 1912, foi possível realizar a análise de padrões sociais e dinâmicas da ocupação urbana, do mercado de aluguéis na Primeira República e por fim, de que forma a esfera privada estava interferindo na estruturação urbana da cidade e na manutenção da desigualdade socioeconômica no espaço urbano de Santa Maria.

Ademais, as moradias e suas localizações se tornam o fio condutor para o cruzamento com outras fontes, que ajudem a investigar mais a fundo esses nomes que figuram nas cobranças de impostos. Muitos dos proprietários de moradias populares figuram também em pesquisas sobre associativismo negro, organizações e estudos sobre a cultura popular em Santa Maria. Outro caminho utilizado foi investigar alguns desses nomes na consulta do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, na Hemeroteca Digital e mesmo no acervo online do Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Assim, a análise quantitativa e a busca de padrões envolvendo a ocupação de terrenos e moradias urbanas a partir dos registros de impostos, é o primeiro passo para aprofundar na análise de suas experiências individuais.

2.2. ESPAÇO E DESIGUALDADE ATRAVÉS DO MERCADO DE ALUGUÉIS

A bibliografia dedicada a debater a urbanização e desigualdade no Brasil na virada do século XIX para o século XX é bastante extensa e diversificada, por pelo menos dois motivos centrais. Em primeiro lugar, porque o fenômeno da urbanização é objeto de interesse em diferentes áreas das humanidades, como a História, Geografia e Urbanismo; de modo que a produção acerca deste tema é ampla e seguem caminhos diversos nas diferentes disciplinas. Em segundo lugar, é que mesmo dentro da História Social, onde este projeto se insere, o tema “espaço urbano” é apropriado por diferentes campos historiográficos, e de maneiras igualmente variadas.

Importantes trabalhos produzidos sobre o período republicano dentro do que chamamos de processo de modernização das cidades, ou mesmo no campo mais amplo da História Social, auxiliaram nessa reflexão inicial. São estudos interessados em fenômenos relacionados à produção da desigualdade, analisando este tema em perspectivas diversas. Entre os campos que se enquadram nessa categoria, a História Social do Trabalho possui importância fundamental. Esse movimento historiográfico produziu importantes estudos

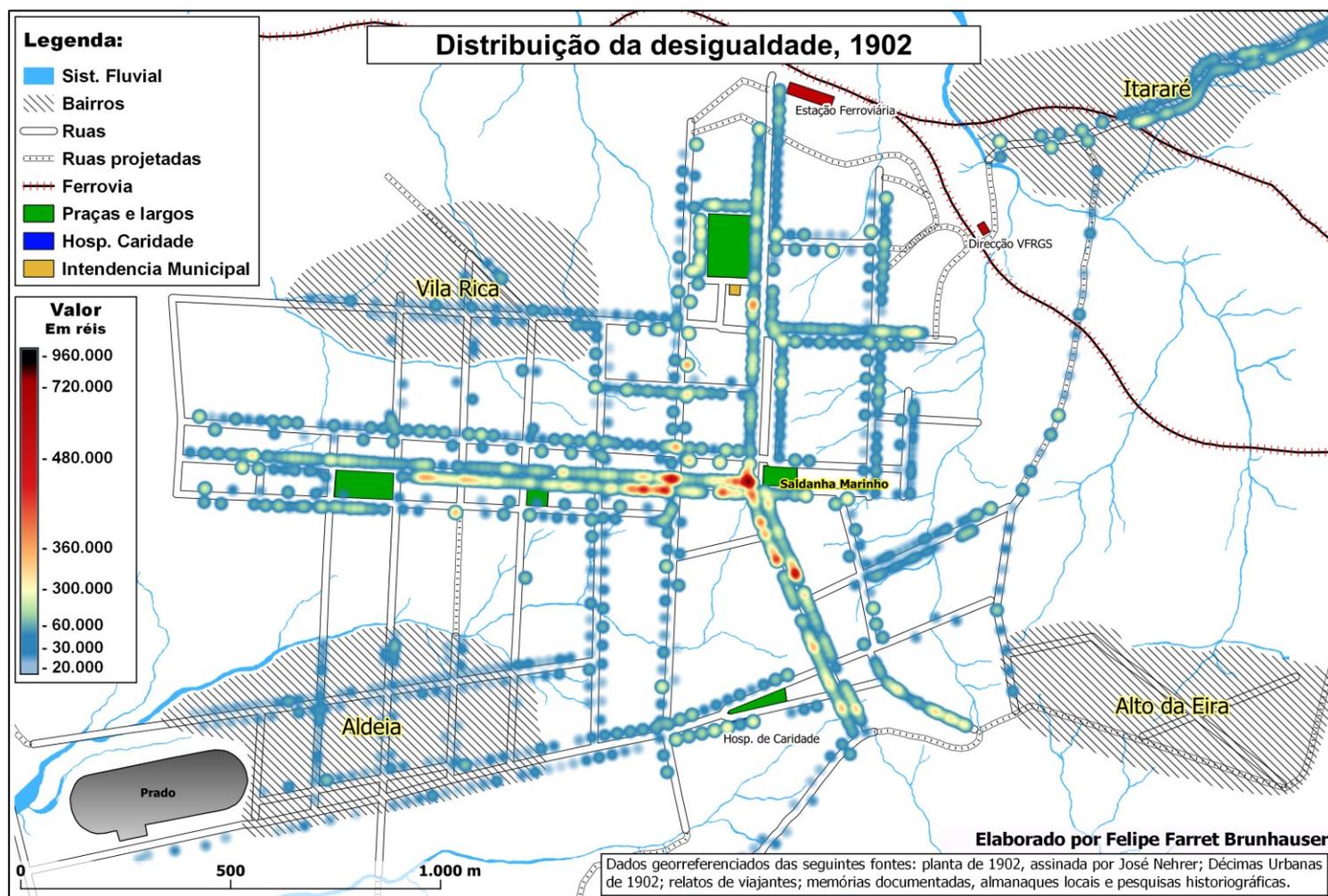
acerca dos contextos urbanos brasileiros e seus/as trabalhadores/as, em um momento que o país passava por profundas transformações. A abolição da escravidão, a instauração da República, as políticas de imigração europeia e a crescente urbanização e industrialização, marcaram a constituição do capitalismo e a dinamização das grandes cidades brasileiras. Esse contexto se tornou privilegiado para estudos inseridos na História Social, por ser um campo intimamente relacionado, em sua origem, com a necessidade de entender o lugar da classe trabalhadora em meio a emergência do capitalismo e dos espaços urbano-industriais.

A historiografia inserida nesse campo versou, em grande medida, sobre como o modelo político-administrativo republicano buscou medidas de modernização e higienização das cidades que vinham sofrendo surtos populacionais, colocando em prática uma série de políticas para estes fins. Daí surgiram pesquisas com diversas perspectivas, fontes e estratégias metodológicas. Dentre elas, destacam-se estudos relacionados ao cotidiano e cultura popular, territórios urbanos, intervenções do poder público na cidade, controle social e criminalização da pobreza, instituições e aparatos repressivos, entre outras.⁹⁵ Estudos como esses, voltados para contexto urbanos dentro e fora do Rio Grande do Sul, propuseram um novo olhar sobre a cidade, principalmente no que concerne as diversas dimensões do mundo urbano brasileiro em meados do século XIX e início do XX. O debate em torno dos temas da moradia e territórios urbanos, esteve sendo analisado a partir da relação “poder público x populares”. Ou mais especificamente, observando como uma ordem burguesa passa a ser imposta às classes populares dentro deste contexto. Esses estudos renderam investigações riquíssimas, que compõem a base da bibliografia que inspirou a presente Dissertação. Somando a este debate, buscaremos aqui investigar como o poder privado atuava na estruturação urbana de Santa Maria, através do mercado de aluguéis que, em 1902, se distribuía por todo o tecido urbano.

⁹⁵ Há uma extensa produção nestas temáticas, cabendo aqui apenas a citação de alguns autores/as centrais para este debate. Ver: CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996; _____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, p. 33-62, 2010; _____. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed. 2001; AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? a família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001; MAUCH, Cláudia. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. Santa Cruz do Sul: Edunisc/ANPUH-RS, 2004; PESAVENTO, Sandra Jatayh. *Uma outra cidade: mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001; _____. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

Contudo, antes de partirmos para uma análise do mercado de aluguéis e do rentismo imobiliário em Santa Maria, cabe analisarmos a distribuição espacial dos imóveis urbanos, com relação ao preço que foram avaliados nas Décimas Urbanas. Com essas informações, é possível ter um bom panorama de como a desigualdade social se distribuía no tecido urbano de Santa Maria.

MAPA 5: SIG E DENSIDADE KERNEL A PARTIR DO VALOR AVALIADO NAS DÉCIMAS URBANAS, 1902



Fonte: Dados georreferenciados da Planta de 1902, (Anexo B); dados de moradia georreferenciados do Lançamento de prédios urbanos, Tomo 19. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

No mapa anterior, utiliza-se a Densidade Kernel para mensurar o valor de aluguel de um imóvel e sua localização aproximada, baseado na cobrança de impostos. Os valores avaliados na Décima Urbana de 1902 variavam 20 mil réis onde as manchas azuis estão esmaecidas, até 960 mil réis, onde visualizamos uma única mancha, de cor preta, em

frente à Praça Saldanha Marinho.⁹⁶ Entre esses dois extremos, encontram-se valores diversos para cada rua e região. Contudo, os locais mais valorizados estavam nas ruas centrais (com manchas vermelhas, de cor intensa) e nos seus arredores: na Praça Saldanha Marinho, e nas vias que se conectavam a ela: Rua do Comércio (atualmente conhecida como Calçadão e Dr. Bozzano) e Rua do Acampamento, que permanece com o mesmo nome nos dias de hoje.

Indo além da geolocalização dos espaços de riqueza, a análise anterior evidencia uma Santa Maria formada e construída por trabalhadores, marcada por uma profunda desigualdade socioeconômica naquele imediato Pós-Abolição. E essas características se refletem, também, no preço avaliado nos imóveis urbanos. Se filtrarmos apenas construções mais bem avaliadas, entre 360 mil e 960 mil réis de aluguel (nas cores laranja, vermelho e preto), esses casos se resumem a menos de 60 imóveis (ou 5% das construções lotadas na Décima), entre térreas e sobrados, localizadas no centro da cidade.

Em sua maioria, Santa Maria era formada por moradias populares e de baixo custo: as moradias mais mal avaliadas, entre 20 mil e 60 mil réis (marcadas em cor azul no mapa, desde o azul intenso até as manchas esmaecidas), totalizam quase 50% da cidade. Trata-se de casas simples, em sua maioria construídas em tábuas, com telhados de zinco ou telha. Este é um dado importante, inclusive se considerarmos a sub-representação de moradias populares na cobrança de impostos, pois estes dados não incluem moradias populares fora dos limites urbanos, ou mesmo moradias urbanas irregulares que eventualmente podem não ter sido incluídas na fiscalização.

As moradias com menores valores se encontravam nos bairros Vila Rica e Aldeia, importantes territórios populares e negros da cidade, tema que foi desenvolvido no primeiro capítulo, e que será aprofundado no capítulo três, acerca da luta por moradia. Por outro lado, moradias de baixo custo são encontradas, também, espalhadas por diversas regiões do tecido urbano. Encontra-se moradias populares distribuídas em menor proporção nas ruas entre o centro da cidade e os bairros pobres, nas proximidades das sangas e até mesmo entre prédios bem avaliados nas ruas centrais.

Ao norte da cidade, observa-se prédios com valores de aluguel um pouco maiores, entre 60 mil e 300 mil réis, devido ao crescimento da cidade nesta região após a chegada

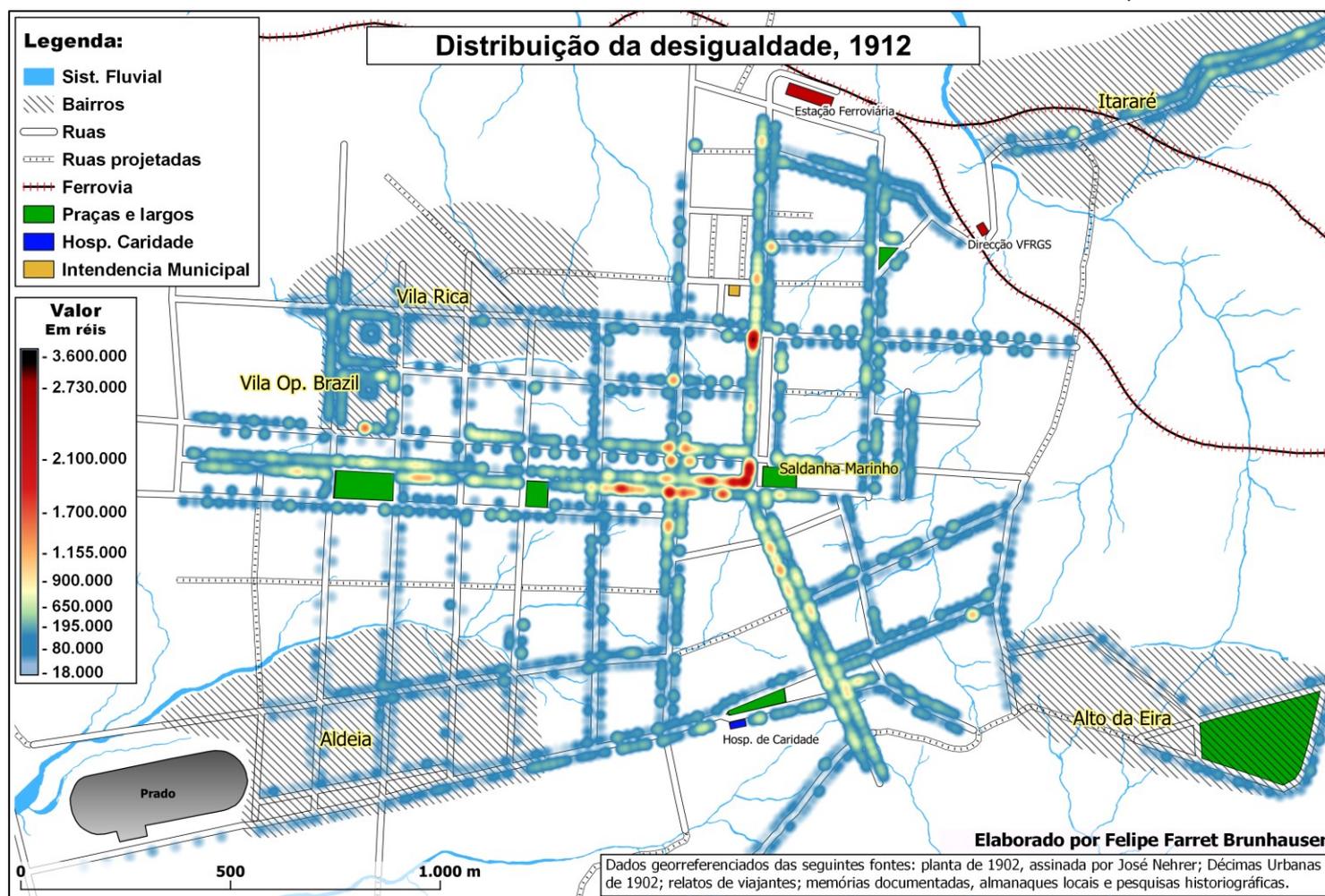
⁹⁶ Como o imposto era cobrado por semestre, cada ano possui duas cobranças, que eventualmente possuíam alguma variação no preço, entre uma fiscalização e outra. Por isso, os valores utilizados em toda a Dissertação são resultado do cálculo da média dos dois semestres.

da ferrovia em 1885. Ainda ao norte, encontramos o bairro Itararé, formado pelas ruas Itararé e Visconde da Ferreira Pinto. O bairro existe até os dias atuais, com forte identidade operária por suas raízes históricas e localização, cortado pela ferrovia. Mas ao menos em 1902, seus prédios eram bem avaliados em relação a maior parte dos territórios populares da cidade. Corroborando esta análise, no “Anuário do Estado do Rio Grande do Sul para o ano de 1902”, encontra-se o relato de João Borges Fortes acerca da paisagem urbana da cidade, onde ele descreve os bairros Vila Rica, Aldeia, Alto da Eira e Itararé. Destes, apenas Vila Rica e Aldeia são descritos como “bairros proletários”.⁹⁷

Ao realizar a mesma análise para o ano de 1912, é possível entender um pouco mais as dinâmicas de desenvolvimento da cidade, a ampliação dos bairros populares e a desagregação, cada vez maior, das fronteiras entre bairros ricos e pobres. Além disso, é possível perceber como o valor dos imóveis sofre alterações significativas, valorizando ou desvalorizando determinados espaços da cidade, modificando as dinâmicas de ocupação urbana em Santa Maria.

⁹⁷ A mesma fonte é analisada de forma mais sistemática no Capítulo 1, Subtítulo 1.2 “*Nasce uma vila e uma cidade: as disputas em torno de sua legislação urbana*”. Para uma análise cartográfica dos bairros populares, ver o Subtítulo 1.3 “*Territórios urbanos e desigualdade social através da cartografia digital*”.

MAPA 6: SIG E DENSIDADE KERNEL A PARTIR DO VALOR AVALIADO NAS DÉCIMAS URBANAS, 1912



Fonte: Dados georreferenciados da Planta de 1902, (Anexo B); da Planta de Evolução Urbana (Anexo C); e da Planta de construção da Vila Operária Brazil (Anexo D); dados de imóveis georreferenciados do Lançamento de prédios urbanos, Tomo 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Comparando os dados de imóveis urbanos entre 1902 e 1912, chama a atenção o aumento da densidade de construções, sem que ocorra um crescimento no número de vias, ou seja, do tecido urbano em si. Em 1902 foram registrados 1348 prédios nos limites urbanos da cidade, distribuídos em 39 ruas, travessas ou praças. Dez anos depois, são 2410 prédios distribuídos em 43 ruas, praças e travessas. Ou seja, a cidade cresceu quase 80% em sua densidade habitacional praticamente sem expandir o seu tecido urbano.

Este fator se dá pela característica geográfica da cidade, que se urbanizou em região repleta de coxilhas (elevações de terrenos) que eram cortadas por cursos d'água, conhecidos como sangas. Segundo relatos sobre a cidade nas últimas décadas do século XIX, estes fatores faziam com que as edificações não pudessem condensar-se, com exceção

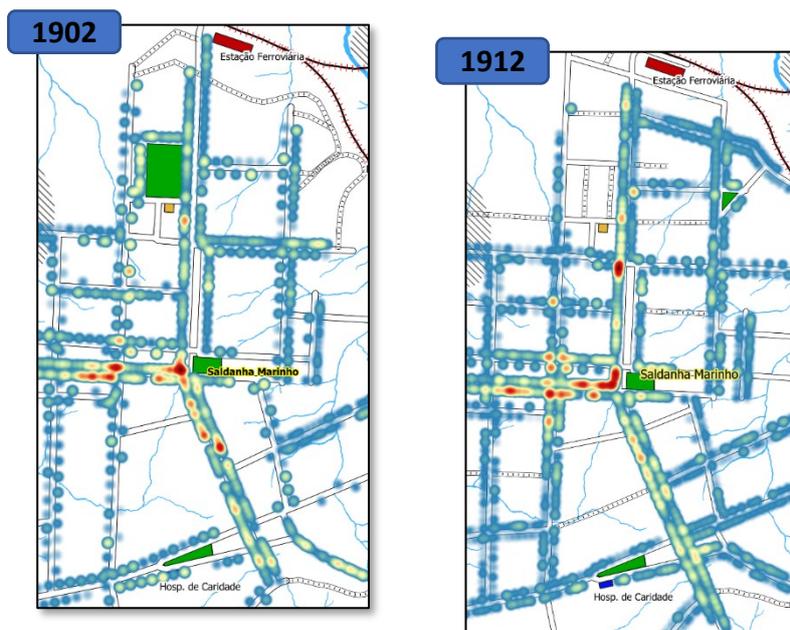
das ruas centrais (Rua do Comércio, Acampamento e Av. Progresso).⁹⁸ O crescimento demográfico e habitacional na cidade se concentrou em preencher ruas que ainda estavam pouco povoadas, em especial de moradias populares nos locais mais acidentados. Em outras palavras, a paisagem de uma cidade que preservava os bairros pobres separados do centro por fronteiras naturais (como os terrenos acidentados e sangas), cada vez mais perdia essas características.⁹⁹ Entre 1902 e 1912, ruas que conectavam os bairros Aldeia e Vila Rica às ruas centrais, estão entre as vias que mais aumentaram o número de moradores: o crescimento na densidade habitacional na rua Barão do Triunpho subiu 196%, na Duque de Caxias 225% e Visconde de Pelotas 343%. Para citar alguns exemplos de vias que cruzavam a Aldeia, as ruas centrais e a Vila Rica.¹⁰⁰

A análise em SIG comparando os valores avaliados em aluguel entre 1902 e 1912, permite observar o início de um processo que acompanhará a estruturação urbana de Santa Maria nas décadas seguintes: por conta do estabelecimento da ferrovia, o mercado de aluguéis se torna mais aquecido no perímetro entre o centro da cidade e a estação ferroviária, ao norte. Isso se observa na valorização de terrenos e imóveis urbanos nesta região, paralelo à desvalorização da região sul (Rua do Acampamento até o Hospital de Caridade).

⁹⁸ Ver o relato de João Borges Fortes em: MARCHIORI, José. NOAL FILHO, Valter. Idem.

⁹⁹ Uma análise da morfologia urbana, e da formação de bairros populares encontra-se no capítulo 1, em especial no subtítulo 1.3. *Territórios urbanos e desigualdade social através da Cartografia Digital*.

¹⁰⁰ Em números absolutos, Barão do Triunpho subiu de 28 para 83 prédios registrados na Décima; Duque de Caxias de 8 para 26 e Visconde de Pelotas de 23 para 102.

FIGURA 11: MUDANÇAS NA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO, ENTRE 1902 E 1912

Fonte: montagem produzida a partir dos Mapas 5 e 6.

Este primeiro olhar para a espacialidade da ocupação urbana em relação ao preço dos imóveis permite apontar padrões na relação entre o espaço e a desigualdade em Santa Maria, mas também coloca uma série de questões acerca de quais fatores influenciavam esta configuração. Para entender este processo e quais forças operam na valorização do espaço da cidade, é preciso considerar a influência da esfera privada no acesso à moradia, em especial a atuação do mercado de aluguéis que operava na cidade.

Nos tomos onde se registravam os impostos de moradias, além da categoria de “alugada” e “ocupada” havia outras, que a tabela a seguir ajuda a sistematizar e entender suas nuances:

TABELA 3: SITUAÇÃO DAS MORADIAS AVALIADAS PELA DÉCIMA URBANA, EM 1902 E 1912

	1902	1912	1902	1912	
Categorias	Nº	Nº	%	%	Descrição:
Alugada	599	1215	44%	50%	Era alugada para terceiros. Geralmente não há o nome dos inquilinos.
Ocupada	566	947	42%	39%	Propriedades ocupadas pelos proprietários ou seus herdeiros.
Desocupada	144	104	11%	4%	Desocupada ou fora dos padrões de construção estabelecidos no Código de Posturas.
Construção	15	84	1%	3%	Inacabada ou em reforma, sem inquilinos/moradores no momento da fiscalização.
Em Ruínas	15	29	1%	1%	Interditadas pelo poder público por insalubridade ou problemas estruturais.
Alug/Ocup	3	31	0%	1%	Possivelmente eram casos de sublocação de partes da casa
Indefinido	6	0	0%		Não consta informações na documentação.
Total:	1348	2410	100%	100%	

Fonte: Lançamento dos prédios urbanos de 1902 e 1912. Tomos 19 e 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

De maneira geral, Santa Maria no início do século XX era uma cidade predominantemente térrea, com exceção de alguns sobrados e palacetes que se concentravam principalmente na região central, demonstrada nos mapas anteriores. No registro de 1902 o fiscal da décima não se ateve em descrever a tipologia das construções. Já no levantamento de 1912, temos categorias que definem o tipo de construção: térreas, assobradadas, sobrados, barracões e casas de tábuas. Neste cenário, apenas 3% das construções urbanas eram construídas com mais de um lance. Os demais eram classificados como prédios térreos de material (50%), tábuas com teto de telha (26%) e tábuas com teto de zinco (19%), entre outras categorias, como barracões e registros sem identificação clara, que somam 3% dos prédios no ano de 1912.

É curioso notar, também, a quantidade de moradias classificadas como “Desocupada” e “Em ruínas”, totalizando 12% do total de prédios em 1902 e 5% em 1912. De acordo com o Código de Posturas, as classificações de “ruínas” e possivelmente alguns dos casos que constam “desocupadas” trata-se das habitações que estavam fora dos parâmetros de higiene e salubridade estabelecidos em lei, que deveriam passar por reformas em um prazo determinado pelo fiscal da Décima Urbana. Isso demonstra a atuação e o grau de efetividade do poder público em realizar um controle social aplicado às formas de habitar no perímetro urbano.

O mercado de aluguéis estava espalhado por toda a cidade, possuindo valores de locação e condições de moradia igualmente variados. Viver da renda de aluguel, mesmo que parcialmente, no interior do estado durante a Primeira República era uma prática compartilhada por diversas camadas socioeconômicas. Em 1902, havia mais habitações

alugadas (44%) do que ocupadas por seus proprietários (42%). Quadro que evoluiu consideravelmente na década seguinte, onde 50% dos prédios lotados na Décima Urbana são alugados, em comparação a 39% de prédios ocupados por seus proprietários. Esse dado é pertinente pois demonstra como a moradia e o terreno urbano era operado em uma lógica de mercado, e principalmente, que possuía um papel importante na estruturação urbana que a cidade vinha tomando nas primeiras décadas do século XX.

O mercado de aluguéis era formado por grupos diversos, com padrões espaciais heterogêneos: nas periferias da cidade, era comum encontrar pessoas que adquiriam propriedades para aluguel ao redor de sua própria casa, como o caso de Manoel Bento Vicente, morador do bairro Itararé, com casa avaliada em 40 mil réis na Décima Urbana de 1902. Além de sua própria casa, Manoel possuía outras cinco construções destinadas à aluguel, com preços maiores que sua própria moradia, entre 78 e 210 mil réis, todas vizinhas umas das outras.¹⁰¹ Outros exemplos comuns são proprietários com menores recursos no investimento de imóveis: Bernardino Correia Gomes, era morador da Aldeia (Rua Visc. De Pelotas), e possuía outra propriedade próxima na rua Tuyuty, que foi classificada como ruínosa no levantamento de 1902. Ao observar as periferias, não é incomum encontrar mulheres proprietárias, por vezes de mais de um imóvel. C. Maria Joaquina possuía duas casinhas simples, avaliadas em 30 mil réis o aluguel, uma para uso próprio e outra para alugar.

Ao analisar os pequenos proprietários (entre 2 e 3 propriedades) porém mais abastados, sobretudo moradores das regiões centrais, o padrão espacial do investimento muda de aparência. Diversos moradores da região central investiam em moradias de baixo custo nos bairros pobres, em locais bem distantes de sua própria residência: Margarida Kling Niederauer, que apesar de morar na Rua do Comércio nº 68, avaliada em 115 mil réis em 1902, investia seu capital em imóveis alugados em outros três locais: um na mesma rua de sua casa, Comércio nº 149 (240 mil réis) e outras duas construções situadas nas proximidades da Aldeia: uma na Rua Tuyuty nº 9 (36 mil réis) e outra na Rua Ypyranga (atualmente Av. Presidente Vargas), sem número, avaliada em 93 mil réis em aluguel, de acordo com a avaliação da Décima Urbana.

¹⁰¹ Infelizmente as fontes não trazem informações mais detalhadas sobre as condições materiais dessas construções, nem os seus usos (para moradia, comércio etc.). Levantamento baseado em: Lançamento de Prédios Urbanos, Tomo 19. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Esse mercado vinha se expandindo a partir das últimas décadas do século XIX, tornando-se um elemento marcante na composição de riqueza de diversas famílias. Como podemos ver na tabela a seguir, a riqueza em moradia urbana era distribuída entre pouquíssimos indivíduos que podemos considerar grandes rentistas (5 ou mais construções urbanas) e uma grande diversidade de pequenos proprietários, com investimentos em habitações de médio e baixo custo.

TABELA 4: CONCENTRAÇÃO DE MORADIAS ENTRE PROPRIETÁRIOS URBANOS, EM 1902 E 1912

Tabela 2: concentração de imóveis entre proprietários(as) urbanos, em 1902 e 1912				
Concentração de prédios urbanos	1902		1912	
	Nº	%	Nº	%
136 imóveis	---	---	1	0,1%
89 imóveis	---	---	1	0,1%
35 imóveis	---	---	1	0,1%
26 imóveis	---	---	1	0,1%
20 imóveis	2	0,3%	---	---
15 a 18 imóveis	---	---	3	0,3%
9 a 14 imóveis	8	1,1%	15	1,3%
6 a 8 imóveis	23	3,1%	32	2,7%
5 imóveis	16	2,2%	24	2,0%
4 imóveis	21	2,9%	35	2,9%
3 imóveis	44	6,0%	73	6,1%
2 imóveis	141	19,3%	223	18,8%
1 imóvel	476	65,0%	780	65,6%
Total de proprietários urbanos:	732 proprietários 1348 imóveis urbanos		1189 proprietários 2410 imóveis urbanos	

Fonte: Lançamento dos imóveis urbanos de 1902 e 1912, Tomos 19 e 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Nesse ponto, já podemos ter um vislumbre da concentração de riqueza em imóveis urbanos. Em 1902, as mais de 1300 construções registradas no imposto estavam distribuídas entre 732 pessoas, com uma concentração maior entre os pequenos proprietários/as, na base da pirâmide. Quase 85% dos proprietários urbanos possuíam entre um e dois imóveis: um para si, e outro para aluguel, comércio ou como moradia de outros membros do grupo familiar. Possuir cinco moradias em seu nome, ou de seus familiares e herdeiros, lhe colocava em um grupo seletivo de 6% de todos os proprietários urbanos da cidade. Em termos de proporção, em 1912 o quadro da distribuição de imóveis urbanos entre proprietários permanece quase inalterado, sobretudo na base da pirâmide.

Assim, fica evidente a alta demanda por moradia no núcleo urbano da cidade, em especial para famílias sem muito poder financeiro. Além disso, os primeiros anos do século XX foram marcados pela constituição de um mercado imobiliário ainda baseado em uma grande quantidade de pequenos proprietários, que produziam lucros a partir de um mercado de aluguéis bastante inserido na demanda de moradias de médio e baixo custo.

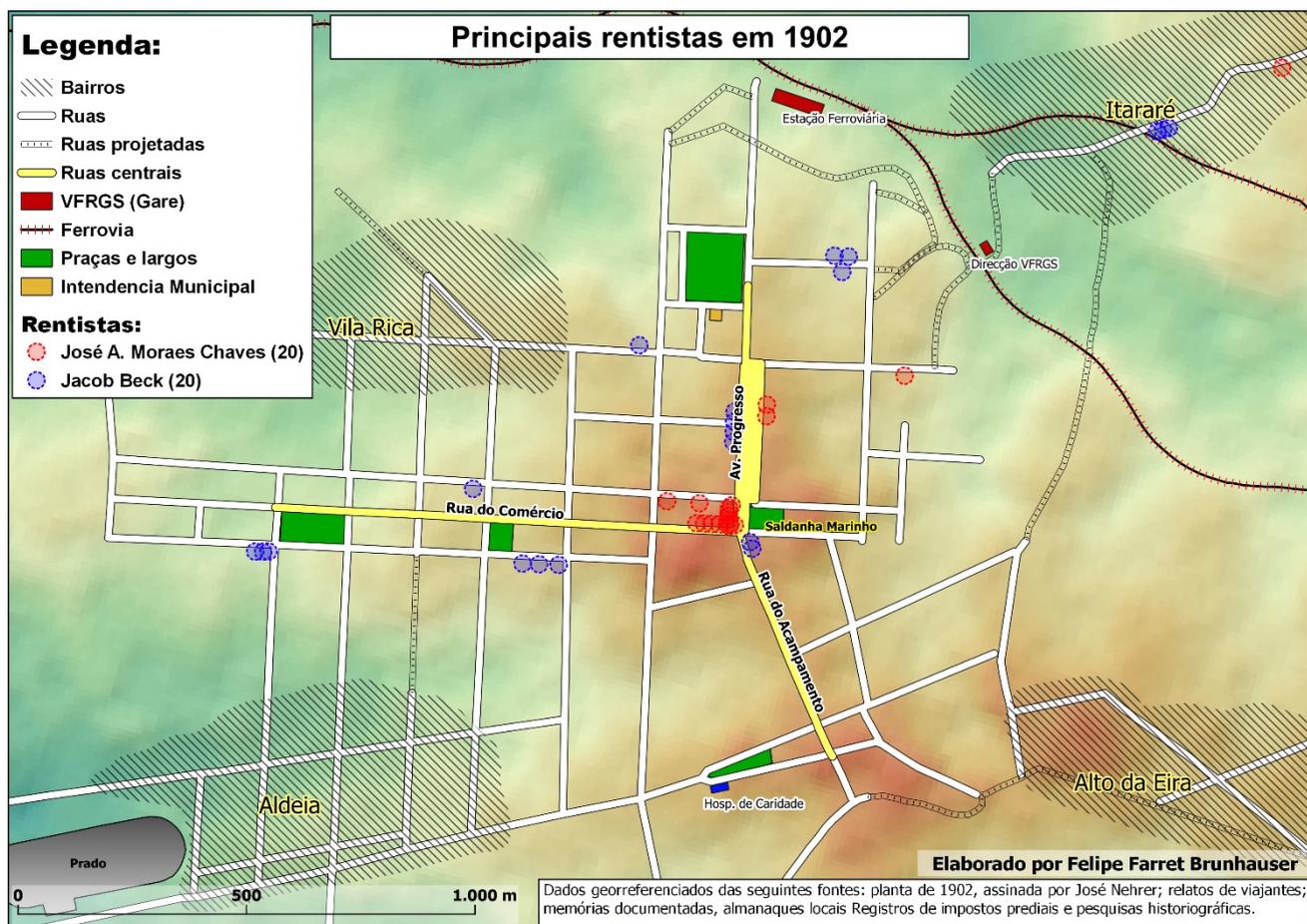
Em 1902, no topo dessa pirâmide estavam dois nomes, acumulando 20 imóveis destinados a renda de aluguel com exceção da sua moradia. Era o caso de Jacob Beck descendente dos primeiros imigrantes alemães que se estabeleceram na cidade, possuindo imóveis em sua maioria localizados nas zonas ricas da cidade. Outro proprietário de 20 imóveis era José Antônio Moraes Chaves, morador da Av. Progresso, e com outros 19 imóveis destinados a aluguéis de alto custo na Praça Saldanha Marinho, Rua do Comércio, Venâncio Ayres e arredores da região central.

Segundo Raquel Rolnik, do ponto de vista das estratégias dessas elites para a manutenção de suas posições na hierarquia social, tratava-se de uma prática com relativo grau de segurança, em momento que o terreno urbano passaria a se tornar uma grande moeda de troca e alvo das mais diversas estratégias de especulação.

Uma espécie de crença comum atravessa períodos da história e grupos sociais: investir em imóveis neste país é o único investimento verdadeiramente seguro, que jamais, com crise ou plano econômico, vira pó. Assim, todas as definições de legislação urbanística que interferem diretamente no potencial de valorização dos terrenos urbanos acabam por ter uma importância que vai além das simples limitações de ordem técnica ou estética, interferindo em uma reserva de valor historicamente estratégica”.¹⁰²

¹⁰² ROLNIK, Raquel. *Op. cit.*, p. 25.

MAPA 7: PROPRIEDADES URBANAS DE JACOB BECK E JOSÉ A. DE MORAES CHAVES, EM 1902



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902, disponível no Anexo B; Lançamento de prédios urbanos de 1902. Tomo 19. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

O Mapa 7 demonstra os locais dos 20 imóveis de Jacob Beck e José Antônio de Moraes Chaves, em 1902. Nota-se uma concentração de investimentos nos imóveis da região central e imediações da ferrovia, além de se localizarem próximo das praças (regiões onde vemos os preços aumentarem consideravelmente). Os imóveis de Jacob Beck foram avaliados entre 30 mil e 375 mil réis, valores que oscilavam entre imóveis de médio e alto custo. Ainda mais elevados, os imóveis de José Antônio de Moraes Chaves eram avaliados entre 105 e 720 mil réis. Esse padrão visto no caso de Jacob Beck e José Antônio de Moraes Chaves, em que o investimento imobiliário se concentra nas zonas centrais e mais valorizadas, possivelmente destinadas ao comércio e serviços, é um elemento comum apenas no topo dessa pirâmide social. Apesar de haver grandes rentistas como eles, 95% dos proprietários concentravam entre duas e cinco moradias em seus nomes. Ao filtrarmos os proprietários de 2 ou 3 imóveis, vemos um padrão diferente de investimentos: o aluguel de moradias populares, nos bairros periféricos.

Investigando o mercado de aluguéis em São Paulo na Primeira República, com enfoque na região da Barra Funda, Monique Borin aponta que além de se tratar de um mercado lucrativo para gente com um certo poder econômico e que até pouco tempo investia seu capital na escravidão, havia também a influência das flutuações do mercado no fim do século XIX e início do XX, marcado por pequenas e medias crises até o choque ocorrido na depressão de 1929. No caso de São Paulo, muitos investidores, cientes da insegurança econômica, viam que seu capital era bem investido ao comprar terrenos urbanos para mantê-los na composição de suas riquezas a longo prazo, construindo habitações populares para aluguel. Essa demanda existia justamente por conta da crescente chegada de trabalhadores/as pobres, imigrantes ou nacionais em São Paulo nesse período. Essa massa de homens e mulheres pobres, muitos deles egressos/as da escravidão, incrementavam o déficit habitacional e contribuía para a diversidade econômica e social verificada para o caso da Barra Funda, mas passível de interpretação semelhante em outros núcleos urbanos.¹⁰³

Talvez isso ajude a entender um pouco o caso de Santa Maria em 1902, onde uma elite muito pequena domina o topo da pirâmide de donos de imóveis urbanos, enquanto grande parte do seu mercado de aluguéis é operado por pequenos proprietários, acumulando entre duas e cinco moradias voltadas ao aluguel de médio e baixo custo. Investir seu capital nos terrenos aforados conquistados através da Câmara Municipal e mantê-los a longo prazo, produzindo moradias populares para aluguel, era uma prática que visava lucrar em cima da demanda cada vez maior por moradia, provinda de trabalhadores/as pobres que chegavam na cidade no momento de sua urbanização.¹⁰⁴

Isso se evidencia ao avaliar as Décimas Urbanas no decorrer dos anos: ao consultar a cobrança de impostos de uma mesma rua, com um intervalo de alguns anos, observa-se que muitos nomes permanecem os mesmos, compondo os/as proprietários/as nas mesmas ruas. O mercado de aluguéis em Santa Maria era marcado por essa permanência, onde quem adquiria um pouco de capital parecia aplicar na obtenção de moradias e mantinha tal investimento por um longo período. Quando observado por essa

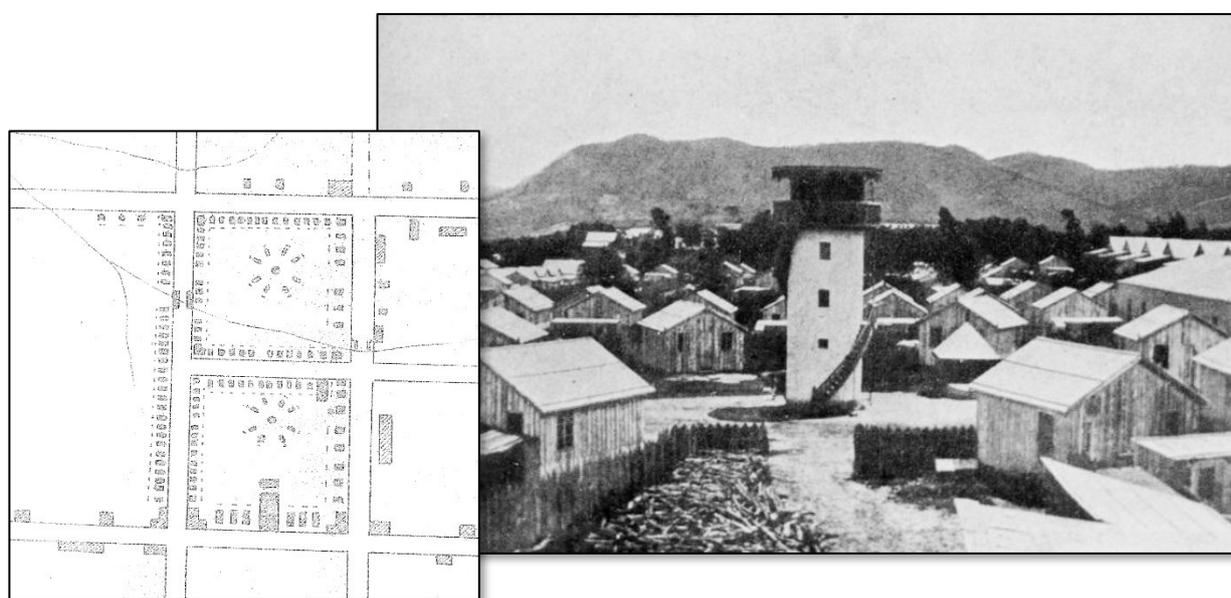
¹⁰³ BORIN, Monique. O mercado de aluguéis na Primeira República: O caso da Barra Funda como bairro misto paulistano. *Anais. XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, [S. l.]*, p. 176–185, 2016.

¹⁰⁴ Este tema já foi abordado no capítulo anterior, e outras pesquisas já citadas, como de Daniela Vallandro de Carvalho e Franciele Rocha de Oliveira, também já citadas, ajudam a compreender como a cidade se tornou um atrativo para camadas populares no fim do século XIX.

perspectiva, conseguimos entender melhor como uma cidade nas proporções de Santa Maria possuía mais moradias alugadas do que próprias no registro de impostos.

Contudo, o panorama muda de figura na medida que os anos avançam. Em 1912, passam a existir rentistas muito maiores do que Jacob Beck e José A. de Moraes Chaves eram em 1902, com 20 imóveis em seus nomes. Em 1912, despontam dois casos com 136 e 89 imóveis: o uruguaio Perfecto Leirós, descrito como capitalista nos periódicos da época, responsável pela construção da Vila Operária Brazil, que concentrava mais de 100 casas de madeira com preços populares para trabalhadores da ferrovia, militares de baixa patente, empregados do comércio, jornaleiros, entre outros.

FIGURA 12: PLANTA E FOTOGRAFIA DA VILA OPERÁRIA BRAZIL



Fonte: Montagem baseada nos seguintes registros: foto da Vila Brazil em: MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 1ª ed. Santa Maria: Editora UFSM, 1997, p. 161; imagem da planta de construção da vila operária, gentilmente cedida pela historiadora Franciele Rocha de Oliveira. Acervo pessoal de Valter Antônio Noal Filho. (Anexo D)

Perfecto Leiros se destaca como uma figura externa a trajetória das elites locais de Santa Maria, com padrões de investimento igualmente distintos. A construção da Villa Brazil ocorreu após a compra de terrenos localizados entre a Villa Rica e a Praça da República, na região oeste do centro urbano. Os terrenos, adquiridos de Antônio Appel e sua esposa Carlota Appel, e parte adquirida através de Maria Thereza Sobrinho y Alvarez, deu origem a uma villa operaria que, em seu projeto, pretendia erguer mais de 180 construções:

“Os edifícios são na grande maioria, economicos e de pequenas dimensões, porém em geral, elegantes e confortaveis, guardando esta ultima condição a relatividade com os preços de arrendamento. Eis aqui a sua distribuição: 135

pequenos chalets de madeira para o aluguel mensal de 20\$000; 6 ditos, maiores com duas frentes 30\$000; 6 ditos nas esquinas, como para negocio a 40\$000; 10 ditos com 9 peças a 50\$000; 10 ditos, com 9 peças porém melhores a 60\$000; 10 ditos de material, com 10 peças a 100\$000, 3 salões de material em esquinas, à rua Venancio Ayres, como para negocio a 100\$000.”¹⁰⁵

Do levantamento realizado na Décima Urbana de 1902, foram identificados 136 imóveis, em sua grande maioria descritos como construções de tábuas e teto de zinco, em tamanhos variados (ainda que todos em dimensões de moradias populares). Além destes, foi registrado um sobrado de alto custo e outros 8 imóveis de alvenaria, no mesmo local.

Outro caso de grande acumulação de imóveis na cidade, no ano de 1912, se trata da *Compagnie Auxiliaire des Chemins de Fer au Brésil*, companhia de origem belga, responsável pelo arrendamento da linha Porto Alegre – Uruguaiana, e que constituiu escritório administrativo em Santa Maria. A companhia foi responsável, também, pela construção de mais de 80 imóveis de alvenaria nas imediações da estação ferroviária. Construídas como moradia dos empregados da ferrovia, hoje em dia parte deste complexo de moradias é conhecido como Vila Belga.¹⁰⁶

Assim, a análise comparada dos padrões de investimentos em mercado de aluguéis em Santa Maria nos anos de 1902 e 1912, permite entender que a maior parte deste mercado se distribuía entre pequenos rentistas, com imóveis de baixo custo visando lucrar com o déficit habitacional que a cidade vivia em seu momento de crescimento demográfico. No topo desta pirâmide de rentistas, podemos observar ao menos dois processos importantes que marcam a relação da esfera privada e sua atuação na estruturação urbana.

O primeiro deles se trata da permanência de famílias tradicionais da elite local neste mercado, se estabelecendo em espaços de poder, seja dentro de cargos públicos ou assumindo benefícios em forma de investimentos lucrativos em imóveis urbanos. O caso de Jacob Beck é um bom exemplo desta reflexão. O leitor ou leitora talvez se lembre do imigrante alemão André Beck, o senhor de escravos que citamos no início do primeiro capítulo, pertencente à primeira geração de alemães que chegam em Santa Maria na primeira metade do século XIX. Mesmo tendo uma vida baseada em atividades comerciais

¹⁰⁵ Jornal *A Federação*. Anno XXVIII. Porto Alegre, 27 de junho de 1911, n. 147. Acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

¹⁰⁶ Sobre a relação da cidade com a ferrovia e os movimentos populares na Greve Operária de 1917, ver: BRUNHAUSER, Felipe Farret. *Espaços comuns e identidades coletivas: a formação de bairros operários e a greve de 1917 (Santa Maria, brasil)*. In: CAMPI, Daniel; PADOIN, Maria Medianeira; QUIÑONEZ, María Gabriela. *Historia, regiones y fronteras: política, economía y sociedad, siglos XIX y XX*. Corrientes: Universidad Nacional del Nordeste, 2022.

e urbanas, André Beck esteve envolvido na posse de pelo menos 14 pessoas escravizadas. André Beck e Jacob Beck eram pai e filho, respectivamente. O caso da família Beck parece exemplificar algo já abordado em estudos sobre as elites do século XIX e apropriação de bens de raiz, onde nota-se um investimento cada vez maior em terras, rurais e urbanas, na medida que a abolição gradual da escravidão começou a ocorrer.¹⁰⁷ A cidade que se observa em 1902 ainda reflete muitos destes exemplos, com padrões espaciais que costumam se concentrar em regiões centrais.

Ao observar o mercado de aluguéis dez anos depois, notamos mudanças significativas. A presença de investidores estrangeiros entra em cena, rompendo completamente os padrões de investimento vistos até então. A presença de Perfecto Leirós com projetos imobiliários que somam mais de cento e trinta imóveis para aluguel na cidade, ilustra bem esta mudança. Em especial, nota-se que o topo desta pirâmide social passa a olhar para a demanda por moradia popular como um foco importante de acumulação de riquezas, elemento até então pouco explorado pela elite local. Esta mudança acompanha um crescimento ainda maior na proporção de imóveis de aluguel na cidade, que resulta em 50% dos imóveis registrados na Décima Urbana, em comparação com outros 39% que eram moradias próprias, e outros 11% imóveis desocupados, em ruínas ou ainda em construção.

Sobre as dinâmicas do mercado de aluguéis e como diferentes camadas sociais se apropriaram deste tipo de investimento na Primeira República:

Notoriamente era impossível controlar todo esse processo de exploração da feitura da cidade, por vezes setores fora da burguesia poderiam se beneficiar dos revezes nesse negócio, [...] mas não parece ser esse o *sentido* geral desse processo. A concentração da propriedade fez com que a multiplicação desses capitais acabasse em mãos bastante específicas – e poucas. A começar pela própria concentração dos terrenos desde o período Imperial da cidade, que já colocava necessariamente quem entrava nesse mercado em relação com as poucas famílias que dominavam as terras ainda disponíveis no perímetro urbano.¹⁰⁸

É certo que esse mercado, ainda que extrapolasse o uso exclusivo das elites, estava longe de fazer parte do cotidiano da base da população pobre, que transitava entre

¹⁰⁷ Estudos que abordam esta questão, em especial relacionados ao tema do terreno e imóveis urbanos: BUENO, Beatriz P. Siqueira. *Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809*. Anais do Museu Paulista, [s. l.], v. 13, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100003>; ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997; MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo (1845-1895)*. São Paulo: Hucitec, 1990.

¹⁰⁸ BORIN, Monique. *Op. Cit.* p. 184.

empregos mal remunerados, habitações irregulares ou entre o aluguel de moradias populares nos subúrbios. Mas algumas dessas trajetórias, que conseguiram acionar estratégias e recursos necessários, garantiram para si o acesso à moradia de forma legal, dentro dos limites urbanos. Alguns desses casos são evidenciados nas Décimas Urbanas, e entender suas trajetórias de vida, a luta por moradia durante este período e como este processo se relaciona com as práticas de controle social do poder público local, são o foco do terceiro e último capítulo desta história.

CAPÍTULO 3: O PODER PÚBLICO E A LUTA POR MORADIA

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civilidade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. [...] Porém, ao estabelecer formas permitidas e proibidas, acaba por definir territórios dentro e fora da lei, ou seja, configura regiões de plena cidadania e regiões de cidadania limitada.¹⁰⁹

Raquel Rolnik, descrevendo a importância da legislação urbana na estruturação das cidades, em 1999.

Como abordado durante este estudo (em especial no primeiro capítulo), a bibliografia acerca da urbanização e modernização das cidades, na virada do século XIX para o século XX, é extensa e diversificada. Contudo, analisando os principais campos de leitura deste processo, é possível traçar padrões e modelos explicativos comuns para diferentes cidades, desde as capitais brasileiras até cidades de dimensões menores, no interior dos estados brasileiros.

Por outro lado, certos consensos na historiografia brasileira, em especial que partem das teses de urbanização do Brasil pautadas em análises de grandes capitais, não encontram respaldo preciso em cidades como Santa Maria. Um exemplo marcante é a relação entre poder público e reordenação dos espaços populares. Segundo estes estudos (entre historiadores/as, geógrafos/as e urbanistas), a modernização das cidades, por força do poder público local e de sua legislação urbana, teria promovido a desagregação dos espaços populares construídos durante a escravidão, formando novos territórios, cada vez mais, empurrados para os subúrbios dessas cidades.¹¹⁰

Quanto à Santa Maria, a historiografia recente ressalta como a cidade foi um atrativo para homens e mulheres pobres, libertos ou livres, além de imigrantes de diversas origens. Mas ao contrário de um processo de desagregação de territórios populares construídos durante a escravidão, evidenciado na historiografia citada até aqui, Santa Maria viveu a permanência desses territórios durante o séc. XIX e princípios do séc. XX. Os dois principais bairros populares da cidade na Primeira República, formaram-se quase um século antes: o primeiro, Vila Rica, que iniciou com a aglomeração de moradias de libertos e escravizados em meio a Guerra Civil Farroupilha; e o outro chamado Aldeia,

¹⁰⁹ Trecho introdutório de “A cidade e a lei”, de Raquel Rolnik. ROLNIK, Raquel. *Idem*. 1999.

¹¹⁰ Este argumento foi desenvolvido, também, na conclusão do primeiro capítulo.

formado inicialmente como aldeamento de famílias guaranis missioneiras por volta de 1800.

As particularidades evidenciadas em cidades como Santa Maria, são elementos centrais para compreender o desenvolvimento do espaço social de uma cidade, e já apontam indícios da importância de pensarmos como diferentes grupos sociais experienciaram essa urbanização no interior de regiões periféricas do Brasil, que a simples apropriação do debate dos grandes centros não daria conta de explicar em toda sua complexidade. Afinal, as particularidades verificadas para a urbanização de Santa Maria não devem ser vistas a priori como um caso isolado.

Neste capítulo, o objetivo será entender a relação das camadas populares com o poder público local, em especial investigando a luta por moradia e as estratégias de acesso e permanência deste direito, por parte de homens e mulheres pobres. Na primeira parte, intitulada *“O ‘velho’ Padilha e muitos outros e outras: as camadas pobres urbanas”*, acompanhamos a trajetória de Gustavo Padilha, um homem que veio do nordeste brasileiro ainda jovem, como escravizado, se estabelecendo em Santa Maria após sua liberdade. As dificuldades enfrentadas pelo “velho Padilha”, sua constituição familiar, seu estabelecimento no bairro Aldeia e as estratégias de sobrevivência em meio as adversidades são o fio condutor deste capítulo, que discute o perfil social da pobreza e as lutas por moradia em Santa Maria.

Em *“A legalidade urbana: os Códigos de Posturas e o controle do espaço da cidade”* discutimos os limites da legislação urbana em uma cidade como Santa Maria, localizada no interior do estado e que possuía receita municipal insuficiente para colocar a cabo grandes reformas e reestruturações urbanas. Dentro deste contexto, a análise dos Códigos de Posturas torna-se o foco para entender como leis e normas eram construídas para delimitar, em alguma medida, formas de moradia que não estivessem em padrões aceitáveis de acordo com a elite urbana local.

Por fim, em *“Os pobres que recorriam à Intendência: estratégias e recursos na luta por moradia”*, são analisados diversos requerimentos enviados à Intendência Municipal, solicitando a isenção de impostos da Décima Urbana por motivos de pobreza, insegurança alimentar ou doença grave na família. A análise desta documentação é acompanhada de uma cartografia das moradias populares da cidade, analisando seus padrões de ocupação e condições materiais. Esta parte final do capítulo busca discutir quais eram as estratégias e recursos acionados pelas camadas empobrecidas nos momentos em que a pobreza se

fazia mais presente. Além disso, aponta caminhos para pensar o quanto marcadores sociais de gênero e raça definiam o acesso à concessão de isenção de impostos por parte da Intendência Municipal. Estes fatores em conjunto configuravam quais grupos sociais, entre as camadas empobrecidas, tinham maior probabilidade de perderem suas moradias nos momentos de dificuldade.

3.1. O “VELHO” PADILHA E MUITOS OUTROS E OUTRAS: AS CAMADAS POBRES URBANAS

Caminhando por estradas estreitas, cercadas de barrancos, corre-se o risco de cair lá embaixo, nos empedrados. Vamos pulando buracos, olhando, medrosos, os precipícios que margeiam o estreito trecho transitável da rua-beco. Lá embaixo, mulheres lavando roupas nas águas de um regato. Em cima, uma ponte bamba, margeada por frondosas unhas-de-gato, que cobriam uma espetadela na orelha do transeunte. [...] E não fica muito longe do centro, esse trecho intransitável. Poucas quadras, apenas, da Praça Saturnino de Brito, na rua Duque. Nesse caminho acidentado fomos andando muito tempo. Até que um dos garotos que nos acompanhava aponta para um pequeno casebre à esquerda do beco que agora tomava ares de rua e, indicador em riste, exclama: “É ali que mora o velho Padilha!”. [...]. Uma mulher já idosa atende ao “Ó! De casa!” do repórter [...]. Fomos, então, levados a um quarto acanhado, de tosco mobiliário. A um canto, deitado numa cama velha, o corpo coberto a meias com abrigos grosseiros, o velho Padilha nos recebe com um acesso de tosse. Senta-se na cama sem dificuldade aparente. Aperta a mão do repórter. E vai desfiando a sua vida.¹¹¹

O “velho Padilha” protagonizou a primeira página da edição de 25 de maio do jornal *A Razão*, em 1935. A manchete ressaltava a existência de um santa-mariense que vivera mais de cem anos, fazendo com que dois correspondentes do recém-inaugurado jornal *A Razão* se dirigissem até os subúrbios da cidade, com o intuito de entrevistar o homem centenário. O título “*A história acidentada de uma existência de mais de cem anos*” e as primeiras linhas do texto entregam, também, o objetivo dos repórteres: consideravam-no uma testemunha ocular da história, que vivera tempo suficiente para presenciar os grandes fatos históricos do Rio Grande do Sul. Mas se a intenção dos repórteres era essa, o entrevistado, Gustavo Padilha, tinha em mente uma outra história a ser contada. As páginas que seguem, narrando a vida de Gustavo Padilha, foram baseadas nesta documentação e no cruzamento com registros de impostos prediais e correspondências.

O fragmento disposto anteriormente narra a saga dos repórteres para encontrar a moradia de Gustavo Padilha (uma pequena casa de tábuas e telhado de zinco, segundo os

¹¹¹ Matéria intitulada “A história acidentada de uma existência de mais de cem anos”. Disponível em: acervo jornal *A Razão*, 1935. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Fonte cedida gentilmente pela historiadora Franciele Rocha de Oliveira.

registros de impostos da Décima Urbana entre 1902 e 1912), nas imediações do bairro Aldeia. É interessante observar a narrativa dos repórteres quando analisada pela espacialidade que propõem ao leitor ou leitora: alguns trechos parecem inferir uma longa jornada do centro até os subúrbios, descrevendo o terreno acidentado, a ponte em más condições, os barrancos, declives e os cursos d'água onde lavadeiras trabalhavam.

Ademais, a escrita do texto parte do pressuposto que os/as leitores/as do jornal, assim como os repórteres, desconhecem o dito subúrbio, supostamente alheios e ignorantes ao espaço social que se construiu às bordas da cidade por um século. Mas logo que embarcamos nessa narrativa, fica evidente a quão próxima a dita casinha ficava do centro: localizava-se na rua Duque de Caxias, próxima à Avenida Ipiranga (atual Av. Presidente Vargas), algumas quadras de uma das praças mais importantes da cidade. Trata-se de uma síntese da configuração urbana de Santa Maria, uma cidade de pequenas proporções, mas marcada por uma desigualdade brutal, comum das cidades brasileiras daquele período. E sobre isso, podemos extrair uma série de outros elementos. Permitam-me, com a ajuda do velho Padilha, ir “desfiando sua vida” nos parágrafos que seguem.

Baiano e natural de Santo Amaro – distante oitenta quilômetros da capital, Salvador – já nos seus últimos anos de vida não lembrava exatamente sua idade. Sabia, contudo, que veio ao mundo no dia 7 de abril. Filho de Maximino e Maria Lina Padilha, contou ter vindo da Bahia para o Rio Grande do Sul ainda muito jovem. Interrompido pelo repórter, indagando-o se Padilha presenciara a Guerra Farroupilha, sua resposta foi curta e direta: “Não, seu moço. Sobre isso eu pouco sei. Quando brigavam aqui no Sul, eu comia vatapá na Bahia [...] nesse tempo eu andava pelos 15 anos”. O repórter, surpreso, argumenta que isso significa que Padilha possa ter 115 anos. - “115 anos bem puxados” - respondeu ele, em uma conversa que era intercalada por acessos de tosse.

Se a idade parece equivocada, não há como negar que sua vida foi marcada por grandes obstáculos. Gustavo Padilha veio da Bahia e se estabeleceu em São Gabriel, localizada 90 quilômetros ao oeste de Santa Maria, “*em companhia de um médico, que era seu protetor e cujo nome se esqueceu*”. Já estabelecidos na pequena cidade gaúcha, ingressou na Guerra do Paraguai. Nas palavras do repórter:

[...] quando Solano Lopes invadiu o Brasil, o médico com que viera da Bahia se envolveu na guerra. **E tomou-o como enfermeiro.** [E assim serviu] num hospital de sangue, **sob as ordens do médico, seu amo.** Fez curativos em muitos soldados brasileiros. Foi na linha de frente, com a maca, trazer feridos. [...] Eram dias frios, aqueles, e de pavor. (grifos meus)

Após deixar a conflito, Gustavo Padilha abandonou a profissão de enfermeiro. A experiência da guerra colocara um fim no seu trabalho na saúde, pois o *“cheiro de sangue dos hospitais de emergência estragaram-lhe o estômago”*. Pelos relatos, sua mudança de São Gabriel para Santa Maria ocorreu na década de 1870, quando *“tomou-se de amores”* por Thereza Padilha, descrita como *cabocla* na reportagem. Casou-se aproximadamente em 1875, após se estabelecer na cidade, vivendo com sua esposa até a primeira década do século XX, quando ela veio a falecer. Desde então Gustavo permaneceu viúvo, compondo uma família com *“12 filhos, 14 netos e 13 bisnetos”*. Na ocasião da reportagem, já com sérias limitações motoras e saúde debilitada, vivia sob os cuidados de sua filha Delcinda Padilha, quem lhe fazia companhia e que recebeu os repórteres quando chegaram. Além de Delcinda, estava presente sua neta Aida Rezende - a quem o velho Padilha assumia um semblante alegre ao apresentar aos repórteres. Aida era casada e auxiliava seu avô, vez ou outra, lavando suas roupas e preparando sua comida.

A conversa segue, direcionada pelas perguntas dos repórteres. Perguntam-lhe sobre a experiência como enfermeiro na guerra, sobre a fisionomia do Imperador Dom Pedro II (após Padilha afirmar que o viu, quando serviu na Guerra do Paraguai), entre outras curiosidades históricas. Após certo ponto da conversa, Padilha descobre-se, e com muita dificuldade e o auxílio de sua filha Delcinda, se levanta da velha cama. Entre os acessos de tosse decorrente de uma bronquite severa, acompanha os repórteres até a porta da rua, onde acomoda-se em uma cadeira de madeira, no pátio externo à casa. O fotógrafo organiza seus materiais de trabalho, reúne Delcinda e Aida próximas à cadeira do velho Padilha, que parecem pouco confortáveis com a situação; e realiza o registro fotográfico que comporia a matéria do jornal.

FIGURA 13: DA ESQUERDA PARA A DIREITA: DELCINDA PADILHA, GUSTAVO PADILHA (SENTADO), AIDA REZENDE PADILHA E O REPÓRTER DO JORNAL A RAZÃO, EM 1935



Fonte: *A Razão*, Santa Maria, 25 de maio de 1935. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Fonte gentilmente cedida pela historiadora Franciele Rocha de Oliveira.

A trajetória e os caminhos trilhados por Gustavo Padilha e sua família, demonstram a complexidade dos projetos de vida que estão por trás dos nomes que figuram nos registros de moradias, analisados nesta pesquisa. Padilha parece ter vindo para o Rio Grande do Sul ainda menor de idade e, ao que tudo indica, o médico que o acompanhara era o senhor que o mantinha como escravizado. Contudo, tais indícios são colocados apenas na narrativa do repórter. Padilha parece muito pouco disposto em dar qualquer protagonismo ao médico, do qual diz nem sequer “se lembrar o nome”.

As memórias compartilhadas por ele são poderosas, e perpassam diversos elementos importantes para o estudo das classes populares e a luta por moradia. Como visto na introdução e primeiro capítulo, a segunda metade do século XIX é marcada por

um crescimento expressivo no número de cidades que se emancipam no interior do Rio Grande do Sul, contexto de chegada de Gustavo Padilha, um jovem escravizado, vindo do nordeste do Brasil, possivelmente contra a sua vontade. De acordo com as informações de sua entrevista, esta mudança ocorreu na década de 1860, época em que o Rio Grande do Sul possuía uma média expressiva de escravizados em suas cidades. Se pensarmos no contexto de Santa Maria, por exemplo, a década de 1860 inicia com aproximadamente 19% de seus habitantes sem acesso à liberdade.

TABELA 5: POPULAÇÃO DE SANTA MARIA EM 1858

População de Santa Maria no Censo de 1858				
	Livres	Libertos	Escravos	Total
Nº	4124	20	966	5110
%	80,7 %	0,4 %	18,9 %	100 %

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE). De Província de São Pedro a Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

Os dados disponíveis no Censo de 1858 corroboram alguns pontos importantes para este debate. Se o povoado possuía 19% de sua população escravizada ou liberta, pode-se considerar que a população “não-branca” (composta por estes 19%, mas também de negros/as livres e indígenas), era ainda mais expressiva. Tratava-se de um povoado que estava longe de possuir uma homogeneidade étnica. Pelo contrário, os dados nos permitem inferir que Santa Maria era composta, em grande medida, por personagens como o próprio Gustavo Padilha. Utilizando o mesmo Censo de 1858, Ênio Grigio realizou uma análise mais ampla do uso da mão de obra escravizada na região, que coincide com a chegada de Gustavo Padilha na Província:

Os dados apresentavam uma população escravizada em torno de 19% sobre o total da população com 966 escravos. O percentual, em Santa Maria, aproximava-se de Rio Grande que possuía 18%, Itaqui 15%, São Borja 14% e Cruz Alta 13%. Nas regiões ligadas à criação de gado e produção de charque, os números eram ligeiramente mais elevados. [...] O índice de 19% de Santa Maria estava um pouco abaixo da média da província que era 25%.¹¹²

Após a mudança de Gustavo Padilha de São Gabriel para Santa Maria, que ocorreu na década de 1870, um novo censo foi produzido, com novos detalhes sobre a população local e que permite uma observação mais detalhada da composição social da cidade:

¹¹² GRÍGIO, Ênio. *Op. Cit.* p. 92.

TABELA 6: POPULAÇÃO DE SANTA MARIA EM 1872

População de Santa Maria em 1872						
	Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Total (nº)	Total (%)
Livres	4.284	987	454	1.329	7.054	85,4 %
Escravos/as	---	401	803	---	1.204	14,6 %
Total (nº)	4.284	1.388	1.257	1.329	8.258	100 %
Total (%)	51,9 %	16,8 %	15,2 %	16,1 %	----	100 %

48,1%

Fonte: Fundação de Economia e Estatística (FEE). De Província de São Pedro a Rio Grande do Sul – Censos do RS 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

Realizando comparações entre os dois censos, a porcentagem de escravizados reduziu de 19% para 15% entre 1858 e 1872, o que é um movimento esperado, considerando se tratar do momento de desagregação das relações escravistas que culminam na Abolição em 1888. Além disso, o Censo de 1872 apresenta novos dados sobre a composição social e étnica de Santa Maria: entre a população contabilizada como “não-brancos”, 17% eram considerados *pardos*, 15% *pretos* e 16% *caboclos* (indígenas). Entre os 52% da população local registrada como *branca*, estavam luso-brasileiros e imigrantes de origens variadas.

Como debatido no primeiro capítulo, a cidade passa por um processo de desenvolvimento urbano significativo nos anos finais do século XIX e início do XX, sobretudo por conta da expansão da malha ferroviária para o interior do estado, que coloca Santa Maria como um ponto estratégico na circulação de pessoas e mercadorias no Rio Grande do Sul. Junto com a expansão ferroviária, a cidade observou o crescimento econômico e comercial: em poucos anos, cresceram os comércios, fábricas e serviços na sede do município. Formava-se, assim, uma cidade com atrativos para diversos trabalhadores/as, fossem eles/as imigrantes (italianos, alemães, portugueses, espanhóis, libaneses, entre outros), ex-escravizados (brasileiros ou africanos) e claro, trabalhadores livres em geral, vindos de outras cidades ou mesmo das regiões rurais que circundavam Santa Maria.

Para dar conta dessa ebulição em que viviam, chefes municipais precisaram calçar as ruas, ampliar as avenidas, instalar a iluminação pública, proteger os habitantes contra as epidemias, controlar os tumultos causados por tanta gente diferente convivendo no mesmo espaço. Porém, os problemas não eram apenas estruturais. Uma vila em que antes todos se conheciam por ser “o fulano filho da família tal”, passou a enfrentar os desafios gerados pela impessoalidade. Afinal, as elites poderiam continuar as mesmas de meados do século XIX, mas os

populares se ampliavam e eram a eles que a municipalidade precisava dar uma atenção especial.¹¹³

E para as camadas empobrecidas, viver na cidade e conquistar sua própria moradia, demandava estratégias, recursos e uma série de articulações para que este objetivo fosse alcançado: a começar pelo acesso a terreno e moradia urbana, que dentro das vias legais, passava pela aprovação da Câmara Municipal.

É o caso de Maria de Jesus, que em 10 de outubro de 1873 solicitou o aforamento de terreno inabitado, nos subúrbios da cidade. Seu requerimento, contudo, foi negado na Câmara Municipal seguido do pedido que “a suplicante justificasse a sua liberdade”, denotando a impossibilidade de escravizados/as, ou mesmo libertos/as que não comprovassem sua condição como tal, solicitarem terrenos urbanos.¹¹⁴ Em outro momento, Generosa Maria da Conceição, Francisca Maria da Conceição e Maria Braúlia de Oliveira, tentaram, em julho de 1881, um pedido de aforamento para a quadra 24. Como resposta, a ata de reunião dos vereadores, responsáveis por votar os pedidos, registra o seguinte: “a câmara indeferiu a todas, visto não estarem as suplicantes em condições de poderem edificar e satisfazerem os demais compromissos”.¹¹⁵

Esses e muitos outros casos demonstram a dificuldade que algumas pessoas enfrentavam para acessar uma moradia. Marcadores de gênero, raça e classe estavam diretamente relacionados com as decisões de conceder (ou não) o acesso à habitação para as mulheres citadas, em uma Câmara Municipal formada por homens da elite local, senhores de escravos e/ou imigrantes europeus. É interessante considerar como o gênero se articula com essas decisões, além das dificuldades que a condição de pobreza já impunha para elas no acesso à moradia. A decisão de três mulheres buscarem juntas uma moradia, é sintomática de um mundo com as dificuldades impostas a esse grupo, sobretudo entre as classes populares. Casos como esses, também ajudam a entender como se constituiu o déficit habitacional que abasteceu o mercado de aluguéis entre as camadas populares urbanas, tema debatido no segundo capítulo.

¹¹³ ROSSI, D. S. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. 254 f. 2019. Tese de Doutorado - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. p. 77.

¹¹⁴ Atas da Câmara Municipal, 10 de outubro de 1873, p. 15. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/atas/pesquisa/0/109/0/1968>. O mesmo caso foi trabalhado em GRIGIO, Ênio. Idem. p. 170.

¹¹⁵ Atas da Câmara Municipal, 29 de julho de 1881, página 239. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br/camara/atas/pesquisa/0/109/0/1976>. O mesmo caso foi trabalhado em GRIGIO, Ênio. Idem. p. 170.

Mas assim como o caso de Gustavo Padilha, algumas lutas por moradia tinham um desfecho positivo. Em 1892, já no período republicano, Rafael da Silva e Marianna Eugênia da Silva procuraram a Intendência Municipal para regularizar suas moradias na rua Riachuelo. Ao contrário de Generosa, Maria e Francisca, que solicitaram juntas o mesmo aforamento, Rafael e Marianna, amasiados desde 1885, optaram por uma estratégia diferente: enviaram dois aforamentos individuais. Marianna recorreu à Intendência Municipal para regularizar a posse do terreno nº 3, justificando que possuía preferência visto que “há sete anos lhe foi entregue o dito terreno para cuidar e ela de boa vontade e fé cercou e plantou legumes e arvoredos”. Seu amásio, Rafael, no mesmo ano solicitou o terreno ao lado, de nº 4, também justificando que ocupava este local há sete anos, mas que “na suposição errônea de tê-lo obtido legalmente e sabendo agora que para poder ficar com o mencionado terreno é preciso requerer por aforamento, por isso, pede que lhe seja cedido (...)”.

Rafael e Marianna, por sua condição de amásios, utilizaram a estratégia de solicitar aforamentos separadamente, como forma de aumentar as chances de conseguir regularizar sua moradia. As justificativas evocadas ao explicar o atraso em sete anos transitam por caminhos interessantes. Como afirma James C. Scott, ao contrário dos grandes momentos de sublevação, é na manifestação de resistências cotidianas que se pode encontrar um caminho possível para a análise desses casos, onde não há uma confrontação direta e coletiva. Seus atos se dão através da relutância, da dissimulação de ignorância ou falsa submissão a leis e normas.¹¹⁶ Afinal, Marianna argumenta que o terreno “lhe foi entregue”, que vem sendo devidamente ocupado em boa fé e do qual gera sustento a ela. Ou seja, faz questão de ressaltar que o uso do terreno era também o seu trabalho e fonte de sobrevivência. Rafael, por sua vez, aposta em um aparente desconhecimento das leis, seguido de respeito a elas, ao afirmar que compareceu à Câmara Municipal assim que descobriu da irregularidade de sua situação. O fato, porém, é que a corrida pelos aforamentos já existia desde a década de 1860, muitas vezes noticiadas pela imprensa local e certamente circulava entre as camadas empobrecidas, visto a quantidade de populares que buscavam acessar essa política. O aparente desconhecimento da sua situação irregular de moradia, no discurso de Rafael, esconde uma série de ganhos

¹¹⁶ SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista brasileira de Ciência Política*. Brasília, vol. 1, n. 5, p. 217-243, 2011.

peçoais. Afinal ele e sua amásia, durante sete anos, puderam garantir uma moradia sem arcar com os custos de impostos cobrados por um terreno regularizado.¹¹⁷

Exemplos como esses ilustram as lutas por moradias que marcaram o desenvolvimento urbano que a cidade tomou a partir das últimas décadas do século XIX. Como observado nos casos de Rafael e Mariana ou de Gustavo Padilha, algumas dessas estratégias produziram efeito positivo, garantindo o acesso a moradia própria e regularizada na legislação urbana, compondo parte das documentações que analisamos. Apesar de se tratar de uma parcela sub-representada das moradias populares, a análise desses casos permite que possamos compreender o acesso à moradia de forma mais complexa e diversificada.

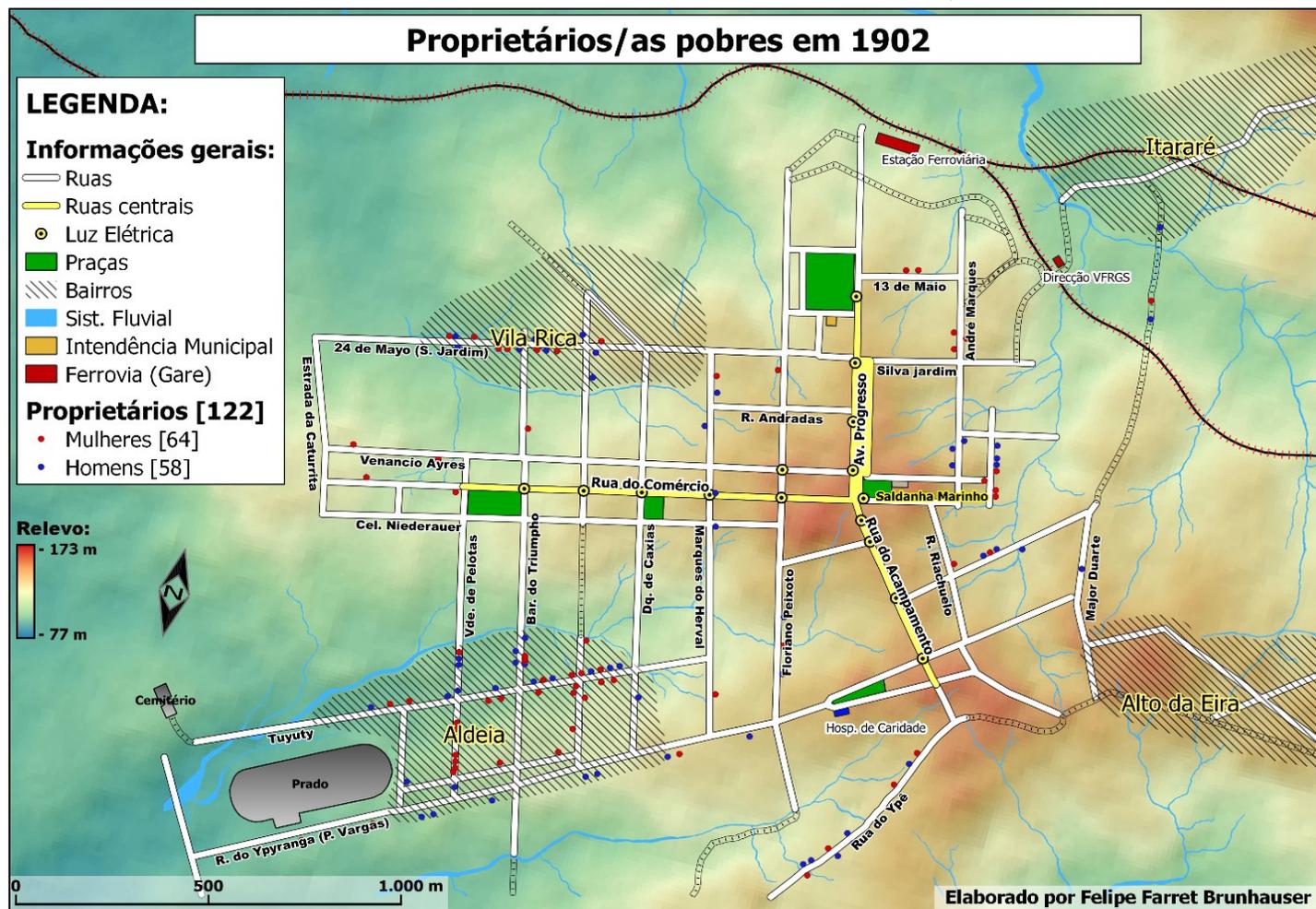
No subtítulo “*georreferenciando moradias urbanas*”, presente no segundo capítulo, apresento uma explicação mais detalhada do método utilizado para localizar geograficamente as moradias da Décima Urbana. Em linhas gerais, foi possível georreferenciar 1214 imóveis dos 1348 presentes na cobrança de impostos de 1902, e 2126 imóveis dos 2410 presentes na cobrança de impostos de 1912.

Para delimitar dentro das Décimas Urbanas o que eram “proprietários pobres”, partiu-se três critérios específicos: (1) proprietários/as que possuíssem apenas uma moradia em seu nome. Este critério foi importante para excluir da análise rentistas e proprietários de bairros populares, que possuíam sua própria moradia e alugavam chalés e pequenas casinhas nos subúrbios da cidade; (2) proprietários/as que possuíam os valores de moradia mais baixos na Décima Urbana. Para 1902, foram filtradas moradias de 0 a 30 mil réis. Em 1912, de 0 a 72 mil réis. A mudança nos valores de um ano para o outro, justificam-se pela alta nos preços de avaliações, observados no intervalo de 10 anos. Em linhas gerais, os casos selecionados representam aproximadamente a fatia de 10% das moradias mais baratas nos dois anos de amostragem; (3) moradias classificadas como “ruinosas”. Apesar destes casos não possuírem avaliação no registro de imposto, estar nesta categoria significava más condições estruturais ou de salubridade, de acordo com os critérios estabelecidos pela legislação urbana local.

¹¹⁷ O caso de Rafael e Marianna está presente em GRÍGIO, Ênio. *Op. Cit.* p. 253-254. Os relatos de seus requerimentos foram descritos pelo autor, do qual eu referencio e busco analisar dentro da ótica das estratégias para concessão de terrenos. Grigio vai mais longe em compreender a trajetória do casal. Rafael era pedreiro, e esteve envolvido na construção da Irmandade do Rosário, além de ter participado ativamente em outras três associações negras. Ambos, Rafael e Marianna, estiveram amasiados por aproximadamente 40 anos. Casaram-se apenas em 1918, com o objetivo de formalizar sua união aos olhos da igreja, poucos dias antes do falecimento de Rafael.

Seguindo estes três critérios, foram filtrados 122 proprietários(as) em 1902 e 211 proprietários(as) em 1912. É a partir destes dados, e do cruzamento com outras fontes, que as análises a seguir se baseiam. Entre o total das moradias georreferenciadas, os mapas a seguir apresentam a localização dos/as proprietários/as pobres, como forma de analisarmos a presença das camadas empobrecidas nos diferentes espaços da cidade.

MAPA 8: MORADIAS DE PROPRIETÁRIOS POBRES, 1902



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902, (Anexo B); Lançamento de prédios urbanos, Tomo 19. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

A cartografia das moradias de 1902, representadas por pontos azuis (homens) e vermelhos (mulheres), permite observar como esta pobreza, analisada anteriormente através dos requerimentos de terrenos e moradias urbanas, estava estabelecida especialmente na cidade. Além disso, permite analisar como a luta pelo acesso a terrenos e moradias estava influenciando no desenvolvimento da paisagem urbana. Já no início do século, as moradias de proprietários/as pobres estavam presentes em diversos locais do tecido urbano, apesar de visivelmente concentrados/as em dois locais específicos. O

território da Aldeia e Vila Rica, os dois principais bairros populares de Santa Maria, concentravam quase 70% das moradias de proprietários pobres.

Os outros 30% de moradias fora dos bairros populares estão distribuídos por localidades que desviam das ruas centrais e regiões “altas” da cidade. Além da Vila Rica e Aldeia, outro local com considerável concentração de moradias populares em 1902 estava à leste da Praça Saldanha Marinho, nas proximidades da Rua Dr. Pantaleão e Primeiro de Março. O que ajuda a explicar essa concentração é se tratar de uma região de baixada, próxima de diversos cursos d’água (onde atualmente localiza-se o Parque Itaimbé), o que tornava o terreno bastante irregular e possivelmente alagadiço.

Ao analisar a relação entre moradia urbana e pobreza, é importante considerar de que forma a desigualdade social se relaciona com aspectos geográficos no desenvolvimento de uma cidade. Entre as estratégias de acesso à moradia por parte da população pobre, estava buscar terrenos em locais de pouco interesse econômico: no início do século XX ou atualmente, morar próximo das sangas pode significar conviver com o mau cheiro, com regiões de baixadas, declives e claro, com o perigo de alagamentos em determinadas épocas do ano. Quando pobres, brancos ou negros, buscavam a regularização de terrenos como esses durante o final do Império (através dos pedidos de aforamento à Câmara Municipal), estavam considerando, também, uma maior chance de sucesso em suas solicitações. Na medida que mais moradores/as se estabeleciam nesses locais, territórios populares se formavam e se expandiam. Novos botequins e vendas surgiam, além de espaços de cultura e lazer popular (como as organizações operárias e/ou negras), e conseqüentemente moradores com algum capital acumulado investiam em moradias de aluguel, para suprir a demanda por habitação de uma população pobre que não parava de chegar todos os anos.

Em seu estudo sobre a Irmandade do Rosário em Santa Maria, Ênio Grigio analisa diversas trajetórias negras que podem auxiliar nesta reflexão. Como o caso de Sisnando Antônio de Oliveira e Leopoldina de Oliveira, ambos ex-escravizados e que acessaram a política de aforamentos no final do Império. De acordo com o levantamento do autor, ambos oficializaram seu matrimônio em 1890, já libertos, indo morar na Vila Rica, possivelmente em terreno que Leopoldina conquistou em 1885 através de aforamento. Sisnando e Leopoldina tiveram três filhas, e entre o seu matrimônio e o falecimento de Sisnando em 1916, o casal esteve envolvido na criação de importantes organizações

negras da Vila Rica, como o Clube Negro Treze de Maio e a Irmandade do Rosário, tendo sua casa servido, muitas vezes, como local de encontros e reuniões.¹¹⁸

O trabalho [de Sisnando] como carroceiro não era o único rendimento do casal. Leopoldina de Oliveira explicou, no processo de bigamia [iniciado contra seu cunhado], que buscou informações sobre o pretendente de sua filha, Epopina, com o sargento Alcides e sua mulher, Carmelina, que estavam “hospedados em casa da depoente”. Ou seja, Sisnando e Leopoldina alugavam seus chalés para militares que eram transferidos para os quartéis da região ou outras pessoas que buscavam trabalho em Santa Maria [...].¹¹⁹

Na Décima de 1902, pode-se encontrar uma moradia em nome de Sisnando, registrada como “ocupada” na Rua Barão do Triumpho, Vila Rica. Avançando dez anos depois, nas Décimas de 1912, evidenciamos que o casal construiu outras três casinhas de taboas com telhado de zinco e telha, também na Vila Rica, categorizadas como “de aluguel”. Assim, o mercado de aluguéis era instrumentalizado pelas camadas empobrecidas, como estratégia de sobrevivência e manutenção de suas condições de vida no início do século XX. Investir em aluguel se tornou um projeto de investimento visado pelas classes populares, e não apenas pelos grandes rentistas locais.

Ademais, o caso de Leopoldina de Oliveira, assim como das outras mulheres analisadas anteriormente, expõe um elemento marcante da luta por moradia: a expressiva presença de mulheres como proprietárias pobres em Santa Maria, no início do século XX.

TABELA 7: PROPORÇÃO DE HOMENS E MULHERES ENTRE PROPRIETÁRIOS URBANOS, 1902-1912

proprietários/as na cidade	1902		1912		Proprietários pobres na cidade	1902		1912	
	nº	%	nº	%		nº	%	nº	%
Mulheres	300	22,5 %	458	20,1 %	Mulheres Pobres	64	52,5 %	89	42,4 %
Homens	1.034	77,5 %	1.825	79,9 %	Homens Pobres	58	47,5 %	121	57,6 %
Total	1334	100 %	2283	100 %	Total	122	100 %	210	100 %

*As moradias contabilizadas nesta tabela consideram apenas os imóveis urbanos que possuíam o nome do seu/sua proprietário/a na Décima Urbana, excluindo-se imóveis públicos, associações, clubes e indústrias, que recebiam apenas o nome do estabelecimento.

**As moradias de proprietários pobres na cidade, utilizadas nesta tabela, representam uma amostragem do total de moradias.

Fontes: Lançamento de prédios urbanos (1902 e 1912), tomos 19 e 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Considerando todas as moradias urbanas catalogadas no registro de impostos, as mulheres eram de 20% a 22% das proprietárias urbanas em Santa Maria durante a Primeira República e imediato Pós-Abolição. E os números se tornam ainda mais significativos quando observamos em quais camadas sociais essas mulheres estavam. Se

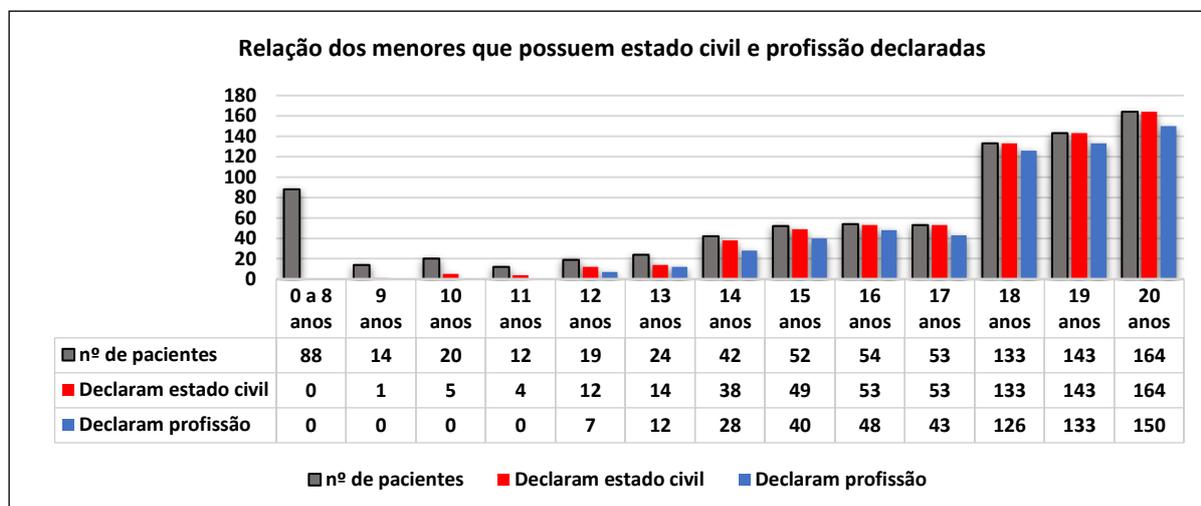
¹¹⁸ Os fatos descritos neste parágrafo são analisados por Ênio Grégio. Recomendo a leitura de sua Tese, em especial o Subtítulo 7.1, intitulado “Sisnando Antônio de Oliveira”, p. 200-214.

¹¹⁹ GRÍGIO, Ênio. *Op. Cit.* p. 213.

na contagem total as mulheres chegavam a 22% das proprietárias urbanas; entre as proprietárias pobres, de moradias populares, a proporção de mulheres poderia passar dos 52%. Ou seja, quando pensamos em luta por moradia e acesso a moradia popular entre as camadas empobrecidas nos anos finais do Império e início da República, devemos considerar a agência das mulheres pobres neste processo.

Além dos censos utilizados anteriormente, alguns estudos recentes, utilizando os Livros de Registros de Enfermos do Hospital de Caridade de Santa Maria (1903-1913), nos permitem compreender de forma mais ampla a vida da população pobre no início do século XX.¹²⁰ Utilizando desta documentação, analisei em outra pesquisa o perfil social da infância e juventude pobre em Santa Maria, nos primeiros anos do século XX. Utilizando os registros de baixas de crianças e jovens pobres da cidade, busquei entender como ocorria a transição para a vida adulta deste grupo social, através do acesso ao mundo do trabalho e o registro de estado civil. Analisando os registros de menores pobres da cidade, entre 1917 e 1921, foi possível demonstrar como o ingresso de meninos e meninas pobres ao mundo do trabalho e em relações afetivo-familiares, ocorria de forma precoce.

GRÁFICO 2: INGRESSO DE CRIANÇAS POBRES NO MUNDO DO TRABALHO E NA VIDA ADULTA, ATRAVÉS DOS REGISTROS DO HOSPITAL DE CARIDADE



Fonte: Livros de registro de enfermos do Hospital de Caridade. Arquivo do Hospital de Caridade Astrogildo de Azevedo. Gráfico elaborado em artigo publicado na *Revista ARS Histórica (UFRJ)*. Ver: BRUNHAUSER, Felipe F. *idem*. p. 44.

¹²⁰ O fichamento desta documentação totalizou mais de 5 mil registros de pacientes, em sua maioria pobres, com informações de cor, profissão, idade, estado civil, entre outras. Trata-se de um trabalho realizado em conjunto com outras historiadoras: Gabriela Rotilli dos Santos, Izadora da Silva Dorneles e Daiane Silveira Rossi. Alguns estudos realizados por elas, utilizando a mesma documentação com abordagens e temáticas variadas, são parte importante das reflexões a seguir.

No universo de mais de 800 registros de pacientes, entre 0 e 20 anos, os primeiros menores que possuem “estado civil” declarados em seus registros surgem a partir dos 9 anos de idade. Aos 12 anos, mais da metade dos/as pacientes baixados registram algum estado civil, entre “solteiro/a” e “casado/a”. Igualmente precoce, os primeiros menores com profissão declarada começam a aparecer com 12 anos. Aos 13, metade dos registros nesta faixa etária já declaram exercer algum ofício. Contudo, este ingresso precoce na vida adulta era ainda mais marcante no caso das meninas: separando os registros de acordo com o gênero dos/as enfermos/as, nota-se como meninas ingressavam no mundo do trabalho mais cedo (sobretudo como criadas e domésticas), e recebiam designação de estado civil “solteira” ou “casada” anos antes dos meninos:

A partir dos 11 anos, mais de 50% dos registros de baixa femininas já possuem alguma designação de estado civil. Esse marco, entre os registros de meninos, só ocorre a partir dos 14 anos de idade. Outro fator que evidencia a designação de estado civil de maneira precoce para meninas surge quando analisamos os(as) primeiros(as) pacientes que constam “casado(a)”: as duas primeiras “casadas” encontradas nos registros possuem 13 e 14 anos, respectivamente. O primeiro caso de homem casado só ocorre a partir dos 17 anos de idade.¹²¹

Tornarem-se adultas mais cedo, trabalhando como criadas e empregadas domésticas nas casas de famílias mais abastadas, ou como lavadeiras nos cursos d’água que cortavam a cidade, fazia parte da expectativa de vida destas meninas no início do século.

Investigando o perfil social e experiências de mulheres pobres em Santa Maria, Gabriela Rotilli dos Santos ressalta outro fator importante para entendermos as agências dessas mulheres na luta por moradia. Utilizando milhares de registros de pacientes do Hospital de Caridade, além do cruzamento de processos criminais da comarca de Santa Maria, a autora evidencia o alto índice de mulheres e homens pobres que não possuíam matrimônio registrado oficialmente. Dos/as pacientes que estiveram no hospital entre 1903 e 1918, aproximadamente 71% deles/as eram solteiros/as. Contudo, a designação de solteiro representa uma categorização que considerava somente os matrimônios oficializados pelo Estado e Igreja, desconsiderando que o universo da cultura popular perpassava diferentes formas de arranjos familiares, que não necessariamente estavam firmados por meio de um casamento formal.

A expressiva presença de solteiros pode ser explicada através da recorrente prática do amasiamento entre grupos populares, ou seja, que não eram de fato

¹²¹ BRUNHAUSER, Felipe Farret. *Idem*. p. 47.

solteiros, mas traçaram uma união fora da oficialização do Estado ou da Igreja. [...] O amasiamento não era, no entanto, uma união menos duradoura, estável, que envolvesse um menor comprometimento, responsabilidade afetiva e uma maior flexibilidade, ele apenas se delineava à parte das burocratizações e, deles emergem tantas solidariedades e animosidades quanto as que emergem das dinâmicas dos casais “oficiais”.¹²²

Outros estudos, com análises voltadas para o contexto de Santa Maria, evidenciaram como as mulheres pobres possuíam certa vantagem no que tange à relação entre populares e poder público. O trabalho de Ênio Grigio, já citado anteriormente, ressalta a presença marcante de mulheres pobres recorrendo aos pedidos de terrenos, a ponto de o autor considerar que esta facilidade era percebida e utilizada como estratégia de sobrevivência familiar.¹²³ Afirmação semelhante foi feita por Daiane S. Rossi, anos depois, ao realizar um estudo sobre a construção da assistência à saúde e à pobreza no extremo sul do Brasil, a partir da análise de Santa Maria. Utilizando os requerimentos e cartas enviadas pela população pobre à Intendência Municipal, a autora identifica o protagonismo das mulheres ao recorrer a assistência pública, através de um “expressivo número de mulheres que recorriam à Intendência solicitando isenção de multas da Décima Urbana”. E continua: “das 33 cartas [utilizadas em sua pesquisa], temos 23 remetentes mulheres, ou seja, 69,6%, representando a grande maioria das pessoas que se definiam enquanto pobres”.¹²⁴

Assim se construía este panorama da luta por moradia no início do século XX. Mulheres pobres ingressavam no mundo do trabalho, e efetivamente tornavam-se “adultas” aos olhos da sociedade bastante cedo. E mesmo que suas trajetórias fossem marcadas por construções de laços e relações familiares, não possuem um matrimônio registrado formalmente as colocava como mulheres solteiras aos olhos do Estado. Aliado a isso, a maior facilidade deste grupo social em adquirir concessões de terrenos urbanos para moradias populares, bem como o benefício da caridade pública, criava, por fim, um universo da luta por moradia onde 52% de proprietários/as pobres na Santa Maria do Pós-Abolição eram mulheres.

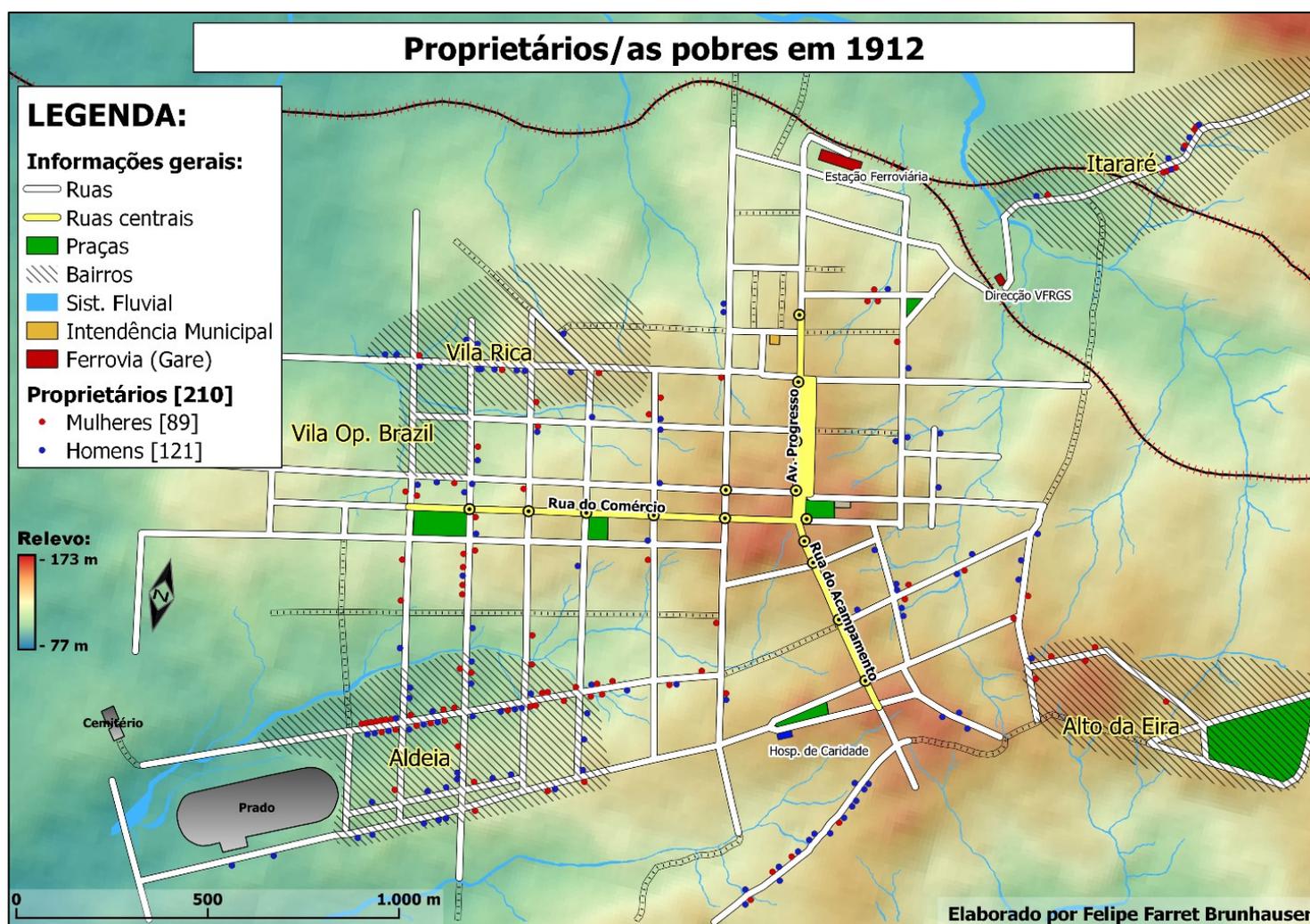
¹²² SANTOS, Gabriela Rotilli dos. *Desabusadas e levadas do diabo: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918)*. 2021. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. p. 88. Esta reflexão parte de debate com Silvia Arend, que estudou a família popular em Porto Alegre no início do século XX. Ver: AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.

¹²³ Ver: GRIGIO, Ênio. *Idem*. p. 213.

¹²⁴ ROSSI, Daiane Silveira. *Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX*. 134 f. 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9659>. Acesso em: 19 jul. 2019. p. 123.

Ao mesmo tempo, a presença marcante da população pobre acessando políticas de aforamento e enviando cartas de isenção de impostos para a Intendência Municipal, ajuda a compreendermos o crescimento das moradias populares fora dos bairros pobres, nos anos seguintes a 1902. Voltando para o uso do SIG aplicado às Décimas Urbanas, no intervalo de dez anos (1902-1912) nota-se mudanças significativas na geografia dos/as proprietários/as pobres da cidade. Mesmo que sejam observados padrões de concentração ainda semelhantes aos de 1902, podemos notar em 1912 um aumento significativo de proprietários/as pobres fora dos bairros suburbanos.

MAPA 9: MORADIAS DE PROPRIETÁRIOS POBRES, 1912



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902 (Anexo B); Lançamento de prédios urbanos, Tomo 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

A cartografia de proprietários/as pobres em Santa Maria evidencia pontos importantes no entendimento da territorialização da pobreza na Primeira República, que talvez não tenham logrado tanta ênfase nos capítulos anteriores. Da mesma forma que

certas representações de Santa Maria invisibilizaram territórios populares, não podemos cair no erro oposto: imaginar uma cidade que estava pautada unicamente em uma distribuição classista, racial ou étnica do espaço urbano. Em outras palavras, os bairros populares obviamente existiram e ainda existem, pois os projetos e políticas com potencial de gerar segregações residenciais não findaram na Primeira República. Contudo, a pobreza e a precariedade estrutural não estavam restritas à suas fronteiras, o que fica evidente na presença de moradias populares por toda a cidade, inclusive algumas muito próximas das ruas centrais, dos locais de comércio e da ferrovia.

Como aponta Marcus Vinicius de F. Rosa para o caso de Porto Alegre no Pós-Abolição, o centro da cidade misturava os sobrados e palacetes com moradias precárias, habitações com sublocação de cômodos e lares de soldados, jornaleiros, pedreiros, empregadas domésticas, lavadeiras, entre outros e outras. Por isso, o autor nos convida a pensar em que medida essa coexistência não se tornava, muitas vezes, o motivo para os mais diversos conflitos.

Essa simultaneidade entre os diferentes não era nova e parece ter persistido por bastante tempo na “cidade alta”; não se tratava apenas de uma proximidade entre gente de origens nacionais e classes distintas. [...] Obviamente, seria ingenuidade pensar que a proximidade entre ricos e pobres, bem como entre cortiços e higienistas, fosse capaz de suprimir conflitos entre eles. **Talvez justamente por isso, como reação à proximidade indesejada e à ameaça de indistinção que ela poderia acarretar, havia quem defendesse a “cidade alta” para os burgueses e os “arrabaldes” para os proletários** (grifos meus).¹²⁵

A mesma cautela que temos ao olhar para a distribuição dos territórios urbanos, deve ser direcionada para o interior dos bairros populares. Para além dos estigmas e adjetivos negativos que eram direcionados a lugares como a Aldeia e Vila Rica, estes territórios e seus moradores produziram diversidade, cultura e resistência das mais variadas formas e em condições bastante adversas. Basta considerarmos o próprio estudo de Marcus V. de Freitas Rosa, que evidencia como a convivência de brancos e negros dentro destes bairros pode ser a chave para entender como o racismo foi apropriado e transformado pela população pobre de pele clara para criar formas de distinção dos negros que, economicamente, viviam condições tão adversas quanto eles próprios neste imediato Pós-Abolição.

¹²⁵ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante o pós-abolição*. Porto Alegre: EST Edições, 2019. p. 89.

Ao analisar os registros de impostos, nos deparamos com uma cidade onde moradores de diferentes origens étnicas e sociais conviviam lado a lado: se pudéssemos caminhar pela rua 24 de Mayo em 1912 (o núcleo do bairro Vila Rica), cruzaríamos pela moradia de famílias com os sobrenomes mais diversos: Pedro Valença, morador de uma casa de taboas (avaliada em 40 mil réis a locação), era vizinho de um barracão (ou estalagem) construído por Narciso de Almeida para aluguel de terceiros (18 mil réis). Mais à frente, o sobrado de Ervin Mithelstadt certamente chamaria nossa atenção, construído em alvenaria naquele mesmo ano e avaliado em 650 mil réis de aluguel. Alguns metros adiante, a Irmandade Negra do Rosário (nº 51) fazia vizinhança com sobrenomes alemães e italianos, mas também com seus irmãos do rosário Sisnando Antônio de Oliveira, José Francisco do Nascimento e Fermino José Vidal, ex-escravizados que ajudaram a construir essa e outras organizações negras naquela mesma rua. E passando pela casa de Fermino, talvez víssemos outros moradores: naquele ano, Fermino estava vendendo sua casa de taboas para dois irmãos vindos do Oriente Médio, e que ajudaram a compor uma parte da trajetória de minha própria família em Santa Maria, começando na Vila Rica: Abido e Bechará Farret.

Assim, a narrativa de uma cidade que estava esquadrinhada em termos de classe ou raça, nos diz mais sobre a vontade de seus legisladores do que propriamente a maneira com que a população pobre experienciou a urbanização e modernização das cidades. Ao mesmo tempo, a simultaneidade e proximidade entre brancos e negros, ricos e pobres, evidencia a resistência de grupos populares, que acionavam estratégias e recursos necessários para a sua sobrevivência, construindo uma cidade muito mais complexa do que algumas narrativas puderam representar.

É certo que esta proximidade não era necessariamente um sinônimo de solidariedade, tampouco resultou na ausência de preconceitos e discriminações. Para o oeste paulista no mesmo período, Karl Monsma demonstrou que as relações entre a população negra e os imigrantes europeus foi marcada por conflitos raciais, a ponto de se consolidar uma “cultura racista relativamente homogênea” entre os imigrantes, que muitas vezes prevalecia nas relações entre brancos e negros, mais do que a solidariedade de classe. Em estudo já citado, Marcus Vinicius de F. Rosa caminha em direção semelhante, indicando que a convivência conflituosa entre negros e brancos nos bairros pobres de

Porto Alegre foi um elemento importante na manutenção e transformação do racismo entre as classes populares do Pós-Abolição.¹²⁶

De qualquer maneira, o crescimento expressivo de trabalhadores pobres todos os anos abastecia a demanda por moradia e pelo acesso à cidade. Essa demanda fez com que moradias populares avançassem para regiões cada vez mais próximas do centro, resultando em ações mais enérgicas por parte dos legisladores locais, que prezavam por um espaço urbano em que, ao menos em suas ruas centrais, estaria livre dos barracões e casinhas de tábuas. As leis e decretos municipais, bem como a formulação de Códigos de Posturas, buscaram conter certos usos do espaço urbano que não estivessem dentro do ideal da cidade modernizada.

3.2. A LEGALIDADE URBANA: OS CÓDIGOS DE POSTURAS E O CONTROLE DO ESPAÇO DA CIDADE.

A explosão demográfica do período, fruto principalmente da imigração estrangeira, por si só não explica a transformação da cidade: mais do que crescer e aumentar a complexidade de sua administração, São Paulo se redefiniu territorialmente. A emergência da segregação como elemento estruturador da cidade foi uma das principais mudanças que ocorreram no período. A partir daí, a segregação urbana seria determinante para a fixação de valores no mercado imobiliário e para a expressão política da disputa do espaço pelos grupos sociais.

Raquel Rolnik, sobre a modernização de São Paulo no final do séc. XIX.¹²⁷

Ao explicar as transformações na cidade de São Paulo durante a segunda metade do séc. XIX, Raquel Rolnik reforça a importância das leis, decretos e códigos na estruturação urbana. No primeiro capítulo, foi debatida a necessidade de entendermos como esse processo afetou o desenvolvimento de cidades interioranas como Santa Maria. Foi evidenciado que em Santa Maria a legalidade urbana não promoveu a desagregação de territórios populares desenvolvidos durante o século XIX (algo ressaltado em estudos sobre Porto Alegre, Rio de Janeiro e mesmo São Paulo, analisado por Rolnik). Cidades como Santa Maria, com baixas receitas municipais e a ausência (ou impossibilidade) de grandes projetos de modernização, não foram capazes de desestruturar esses territórios, que existiram durante o século XIX e permaneceram na sua paisagem durante as primeiras décadas do século XX.

¹²⁶ MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos, SP, Brasil: EdUFSCar, 2016.

¹²⁷ ROLNIK, Raquel. *Idem*. 1997, p. 28.

Assim, guardando as devidas proporções, a epígrafe anterior é verdadeira e ajuda a entender Santa Maria e as cidades brasileiras na virada do século: de fato, a legalidade urbana, desenvolvida neste período, possuía o potencial de gerar segregações sociais e estabelecer no espaço urbano uma desigualdade social sistemática, em um período crucial do desenvolvimento do capitalismo e das classes populares brasileiras. Por isso, o objetivo deste capítulo é entender como a legislação interferiu no acesso à moradia e no espaço urbano por parte da população pobre de Santa Maria, sendo eles nacionais ou imigrantes, brancos ou negros. Para isso, é essencial entendermos como ocorreu a criação dos Códigos de Posturas no Brasil, e o contexto de criação do referido código para o caso de Santa Maria. Como veremos, Santa Maria possuiu dois Códigos de Posturas no período estudado (o primeiro, colocado em vigor em 1897 e sua promulgação, em 1913). Entender o contexto e significado das leis e normas estabelecidas nestes códigos, e principalmente o custo humano e social do projeto de modernização urbana que eles promoveram, serão o foco das páginas que seguem.

Nos contextos municipais do século XIX, os Códigos de Posturas exerciam papel fundamental no estabelecimento de normas morais, estéticas e de salubridade para o uso e trânsito dentro do espaço urbano. Ao menos desde os anos 1990, a historiografia vem analisando estas documentações com diferentes usos e perspectivas. Costumeiramente lidos como práticas do poder público exercer o controle social às populações citadinas, os Códigos de Posturas se tornam ótimas documentações para analisar temas relacionados às práticas de controle e vigilância, bem como políticas e ações de salubridade e saúde pública em contextos urbanos.¹²⁸

O Código de Posturas de Santa Maria de 1897 dedicava a maior parte de seus artigos para a regulação do espaço público da cidade, seja nas condições de higiene e salubridade, ou na definição de padrões estéticos e morais de ocupação do espaço da rua. O seu segundo capítulo intitulado “*Liberdade, comodidade e segurança de trânsito público*”, condensava diversas regras morais para o uso das ruas: proibia-se vender ou fazer amostra de artigos de comércio nas calçadas, bem como estacionar ou transitar pelas vias

¹²⁸ Ver: WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992. Sobre o contexto de Santa Maria, Daiane Silveira Rossi e Daniel Tochetto de Oliveira trabalharam com as mesmas documentações com enfoque nas práticas de saneamento e saúde pública. Ver: ROSSI, Daiane Silveira. *Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX*. 134 f. 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015; TOCHETTO, Daniel. *Santa Maria: uma história precursora do planejamento urbano no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2016.

públicas com “animais, carrinhos, cargas ou quaisquer volumes que embarquem o trânsito”, com penas que variavam de 5\$000 a 10\$000 réis em multa. Proibia-se correr a cavalo nas ruas da cidade ou subúrbios, salvo a exceção de se tratar de médico no exercício de suas funções, incorrendo na multa de 10\$000. Proibia-se, também, amarrar animais aos gradis e postes à beira da rua; domar animais, laçá-los ou boleá-los; bem como tocar tropas pelo centro da cidade, incorrendo em multas que chegariam a 50\$000 réis.

Para o final do século XIX, estes e outros artigos buscavam consolidar as regras de convivência do espaço público, criando fronteiras entre campo e cidade e limitando costumes comuns de uma população que, em muitos casos, convivía com o mundo rural - ou compartilhava de práticas e culturas com estas características. Na medida em que o Código buscava estabelecer as fronteiras de campo e cidade, também tentava limitar práticas da população pobre urbana e seus usos do espaço público. A proibição de vendas e comércios nas ruas, por exemplo, caminha para este ponto. Raquel Rolnik aponta que as ruas de São Paulo eram repletas de escravizados urbanos, de vendedores de frutas, legumes e outros utensílios, assim como pobres livres ou libertos, junto à população mais abastada que circulava pelos mesmos lugares. Foi a partir do final do século XIX que o poder público local buscou limitar certas práticas e conseqüentemente separar alguns públicos. A proibição do comércio ao ar livre, dos encontros e reuniões pelas ruas da cidade (agora passíveis de serem interpretados como arruaças ou vadiagem), buscava estabelecer a rua como um espaço único e exclusivamente de circulação, não mais de sustento e lazer.

É importante afirmar que o movimento tinha duplo sentido. Por um lado, pretendia retirar o convívio dos homens de bem da mistura das ruas, criando espaços exclusivos para isso no interior das casas (a sala de visitas e os escritórios) e fora destas (cafés, salões, e clubes recreativos). Por outro lado, iniciou-se também nesse momento um conflito histórico - jamais resolvido - entre a apropriação da rua como espaço de circulação e todos os demais usos automaticamente excluídos. O conflito teve uma primeira manifestação no expurgo da atividade de quitanda - prática corrente de venda de produtos em banquinhas, esteiras ou tabuleiros nas ruas - pela Câmara Municipal, autoridade encarregada da gestão da cidade. Retirar quem atrapalhava o trânsito para finalmente regularizar o tráfego, por meio de reformas e alargamentos iniciados na virada do século, foi uma das estratégias adotadas para a captura do espaço da rua - antes destinado a uma multiplicidade de usos - ao uso exclusivo dos meios de circulação.¹²⁹

Em Santa Maria, o Código de Posturas de 1897 dedicou um capítulo exclusivo para delimitar o que chamou de *“Diversos meios de manter a segurança, tranquilidade e*

¹²⁹ ROLNIK, Raquel. *Idem*. 1999, p. 31-32.

comodidade dos habitantes”. Eram leis que definiam uma série de proibições para estes outros usos da cidade. Entre eles, o Artigo 81º ilustra muito bem esta reflexão:

Art. 81.º - É proibido em logradouros e lugares públicos, como teatros, reuniões públicas, hipódromos e outros:

1º - Apresentar-se indecentemente vestido;

2º - Proferir em voz alta palavras obscenas, fazer gestos indecorosos, tomar atitudes da mesma natureza, exhibir quadros ou figuras que ofendam a moral;

3º - Fazer alaridos, dar apitos, gritos, a não ser para haver socorro;

4º - Disparar tiro de arma de fogo e trazê-las em público ou outra qualquer arma das proibidas por lei sem licença da autoridade.

5º - Fazer ajuntamentos para tocatas, danças e cantatas sem licença da Intendência;

A cada um dos infratores pena de 10\$000 de multa.

Limpar o espaço público das práticas consideradas indecentes ou indesejáveis (por mais vagas que fossem as palavras da lei) era papel importante dos Códigos de Posturas no final do século XIX. Estes artigos, com forte teor moral em suas construções, misturavam-se com preocupações relacionadas a higiene do espaço público, como a proibição de despejo de dejetos e lixos na rua e nos cursos d’água, e a preocupação com a limpeza dos passeios em frente às casas. O ponto aqui é entender como a solução encontrada para os problemas do crescimento urbano, em contrapartida, resultavam na proibição de práticas sociais que faziam parte da vida urbana das camadas empobrecidas, muitas vezes investindo em leis disfarçadas de preocupação com a limpeza e a segurança dos habitantes.

Em 1896, um ano antes à promulgação do primeiro Código de Posturas, o jornal “*O Combatente*” publicou a seguinte crônica, em tom satírico, onde o autor desdenha dos costumes de moradores/as da Vila Rica:

[...] O negócio é com os “vilariquianos” daqui, dali onde antigamente nós fazíamos jus a sete palmos de terra, porém, por efeitos evolutivos nos usurparam esse direito, transferindo-o lá para as bandas donde a boiada “estende o caracu”. Vocês são uns ingratos! Pois então, além de substituírem os mortos, as suas moradias têm “o trabalho” de todas as noites acenderem uma velinha em homenagem a capelinha encantada e fazer permanente aquela caixinha fechada a cadeado com o orifício a contemplar o céu e a provocar a tosse de tuberculosas algibeiras? Se eu fosse sócio de uma sociedade que por ali perto tem o seu pavilhão, protestava contra esse esbulho dos transeuntes. E além de vocês terem acentuado certa predileção pela zoologia, conservam uma coleção de cães que é um Deus nos acuda. Credo! Deviam acender velas, mas era para o Diabo.¹³⁰

¹³⁰ GRIGIO, Ênio. *Idem*, 2018, p. 179.

As palavras de insulto proferidas pelo cronista que se denomina “R. O. Chedo”, transitam por diversos temas importantes para esta pesquisa. Ao citar que a Vila Rica se situa “lá onde antigamente nós fazíamos jus a sete palmos de terra”, o cronista se refere às origens do local, que inicialmente era um cemitério e que foi loteado e ocupado pela população pobre local, tornando-se o bairro Vila Rica. Ademais, o autor da crônica critica, em tom sarcástico, o que chama de “predileção pela zoologia” por parte dos moradores do bairro, que conservavam “uma coleção de cães” em suas casas.

Para além de entender como a parte rica da cidade via estes espaços populares em seus subúrbios, a crônica fornece respostas importantes sobre a própria legislação urbana. No Código de Posturas, promulgado um ano após a crônica, um artigo em específico chamou a atenção por seu conteúdo:

Art. 47.^o - Todo aquele que andar acompanhado de cães pelas ruas ou tiver estes soltos, julgando-os inofensivos, deverá trazê-los com coleira, na qual estará inscrito o n.^o da respectiva matrícula, sob pena de 10\$000 de multa.

§Único - O cão que vagar solto pelas ruas, sem a competente coleira, será morto pelo fiscal.

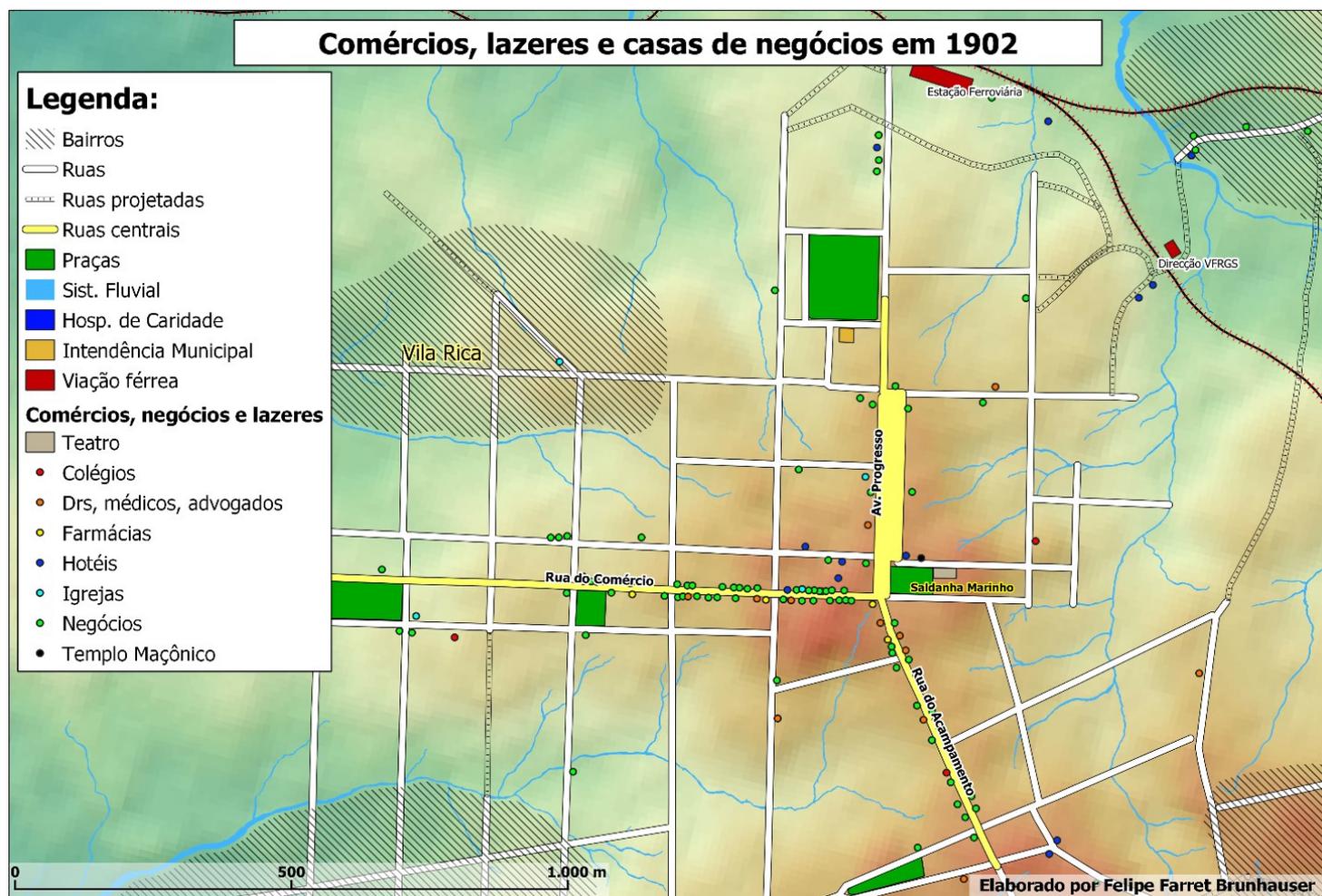
Art. 48.^o - O cão, ainda mesmo matriculado, que causar algum dano, pagará seu dono a multa de 30\$000, além da satisfação do dano, quando lhe seja exigido.

O poder público preocupava-se não apenas em matricular os cães da cidade, mas também estabelecia que estes seriam mortos pelo fiscal caso não estivessem dentro destes parâmetros. Ainda que pareça um assunto distante do tema da moradia urbana, estes e outros exemplos ilustram como a poder público buscava meios de coibir certas práticas sociais, na medida em que a cidade ampliava o seu contingente de trabalhadores pobres, sobretudo após o estabelecimento da ferrovia e recente abolição da escravidão. O fato dos numerosos cães na Vila Rica serem um problema para alguns moradores, aponta para o entendimento de que o Código de Posturas buscou impor padrões morais para quem vivia na cidade, sobretudo entre as classes populares. Além disso, pode sugerir que tais fiscalizações não ocorressem com a mesma intensidade no centro e nas periferias. Não é difícil imaginar que a questão dos cães, das algazarras, gritos e vestimentas indecentes, só se tornava um problema quando cruzavam as fronteiras dos subúrbios e faziam parte da paisagem do centro de Santa Maria.

Buscava-se, assim, construir um centro da cidade predominantemente habitado por quem respeitasse certos padrões estéticos, de vestimentas e de conduta, em ruas que não sofreriam com o congestionamento de vendedores/as ao ar livre e animais atados nos passeios. Afinal, o centro era o local de moradia da elite urbana que se consolidou durante

o século XIX. E para além disso, era o espaço de circulação das classes altas entre suas casas, seus locais de trabalho, e os locais de lazer: cafés, teatros, igrejas, entre outros.

MAPA 10: COMÉRCIOS, LAZER E CASAS DE NEGÓCIOS, SEGUNDO A PLANTA DE 1902



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902, assinada por José Neher. (Anexo B);

O Mapa 10 foi baseado unicamente nos locais de comércio e lazer presentes na Planta de 1902, assinada por José Neher. No primeiro capítulo, foi discutido o quanto este documento sub-representou a presença das classes populares na cidade. Contudo, o mesmo não ocorreu com os locais de circulação de gente abastada: o centro da cidade era repleto de casas de negócios (padarias, cafés, alfaiatarias, floriculturas etc.), médicos, advogados, farmácias, hotéis, entre outros.¹³¹ Elementos que ajudam a entender quem era beneficiado pelo uso da legalidade urbana como instrumento de segregação social.

¹³¹ Um levantamento semelhante, a partir do Almanack Lemmert para o ano de 1917, demonstrou concentração espacial semelhante para as casas de negócios e comércio em Santa Maria. Ver: BRUNHAUSER, Felipe Farret. *Espaços comuns e identidades coletivas: a formação de bairros operários e a greve de 1917 (Santa Maria, Brasil)*. In: CAMPI, Daniel; PADOIN, Maria Medianeira; QUIÑONEZ, María Gabriela. *Historia, regiones y fronteras: política, economía y sociedad, siglos XIX y XX*. Corrientes: Universidad Nacional del Nordeste, 2022.

Além de criar critérios de uso dos espaços públicos da cidade, o Código de Posturas era a expressão central da atuação da municipalidade nas formas de construções urbanas. Para exemplificar esta afirmação, seu Artigo 6º afirma que, a partir da presente data, *“ninguém poderá dar começo à construção, reconstrução ou demolição de qualquer obra, casa ou prédio dentro da cidade, sem ter, para isso, licença da Intendência, sob pena de multa de 30\$000”*.¹³² A obrigatoriedade de informar ao poder público as mudanças que ocorriam no interior dos terrenos urbanos era uma forma da municipalidade estar a par do desenvolvimento da cidade, bem como atuar na fiscalização e punição das construções que desrespeitassem os demais artigos do código.

Quanto às regras para construções urbanas, o Código de Posturas de 1897 estabelecia uma série de parâmetros bem específicos para definir moradias que estavam dentro ou fora das condições de salubridade e dos critérios estéticos da cidade que buscava se modernizar. Eram regras que definiam a quantidade exata de recuo das moradias em relação ao alinhamento da rua, o tamanho e quantidade das aberturas e janelas, entre outras características arquitetônicas.

Art. 9º - [...]

§3.º - Nenhum prédio terá compartimento que não receba diretamente luz e ar. As portas terão de altura 2,7 metros e 1,1 metros de largura. O número de portas e janelas para cada compartimento deverá ser tal que a superfície total das respectivas aberturas seja, pelo menos iguais a 1/5 de área livre do mesmo compartimento. Os infratores de qualquer destas disposições sofrerão a multa de 50\$000.¹³³

Sobre a legalidade urbana em São Paulo, Raquel Rolnik afirma que muitas vezes a legislação atuava na criação de fronteiras limitadoras de poder, onde determinados espaços da cidade sofreriam com maior controle e normas urbanísticas do que outros que, ao contrário, permitiriam certas práticas sem que houvesse um controle efetivo do poder público. Essa característica da legalidade urbana, segundo a autora, é um elemento fundamental para entendermos a mudanças nas cidades brasileiras no século XIX, e a conseqüente formação de uma cidade que busca consolidar um “centro” (com maior controle das maneiras de morar) em oposição as suas “periferias” (onde esse controle era reduzido ou inexistente).

¹³² Coletâneas da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, 1892-1901. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

¹³³ Coletâneas da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume I, 1892-1901. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

No caso de Santa Maria, nota-se diferenças significativas nas regras de moradia urbana, de acordo com a localidade da cidade. Construções localizadas nas “ruas e praças centrais” (sem uma definição exata), deviam obedecer às regras de entrada de luz e ar descritas anteriormente, além de serem construídas no alinhamento da rua, sem muros ou pátios internos na frente dos terrenos. Só seriam toleradas construções fora do alinhamento se o/a proprietário/a construísse um jardim entre a casa e a rua, além de um gradil de ferro, sob pena de 50 mil réis em multa. Além disso, a construção no alinhamento da rua exigia outros requisitos, como um tamanho mínimo de pé direito, a proibição de degraus, cancelas, portas ou janelas que abram para a rua; incorrendo na multa de 50 mil réis para cada uma das irregularidades.

Na medida em que o Código de Posturas definia essas e outras exigências para as praças e ruas centrais, pouco se ateu às demais regiões da cidade. Como sabemos, o centro de Santa Maria se resumia a Rua do Acampamento, Rua do Comércio, praça Saldanha Marinho e Avenida Progresso.¹³⁴ Ao criar uma série de parâmetros específicos para essas regiões, criava uma barreira invisível para pessoas que, ao observar a dificuldade, procurariam outras ruas da cidade, com maior liberdade em relação às formas de construção e de morar no espaço urbano. E conseqüentemente, menores preços de compra ou locação.

Em contrapartida, criar regulamentos mais específicos apenas nas ruas centrais, não limitou a presença de moradias populares por todo o restante do tecido urbano. Como vimos no subtítulo anterior, uma cartografia de proprietários/as pobres permite observar como moradias populares estavam, cada vez mais, avançando para as demais regiões da cidade, na medida que a população de Santa Maria crescia todos os anos. A crescente preocupação com o desenvolvimento da cidade fez com que o poder público buscasse medidas de controlar o problema, algo que já começa a ser notado na documentação analisada nesta pesquisa. Na Décima Urbana de 1912, uma nova coluna de informações é adicionada na lotação dos imóveis, destinada a “qualidade” da estrutura urbana, que poderia assumir as seguintes categorias:

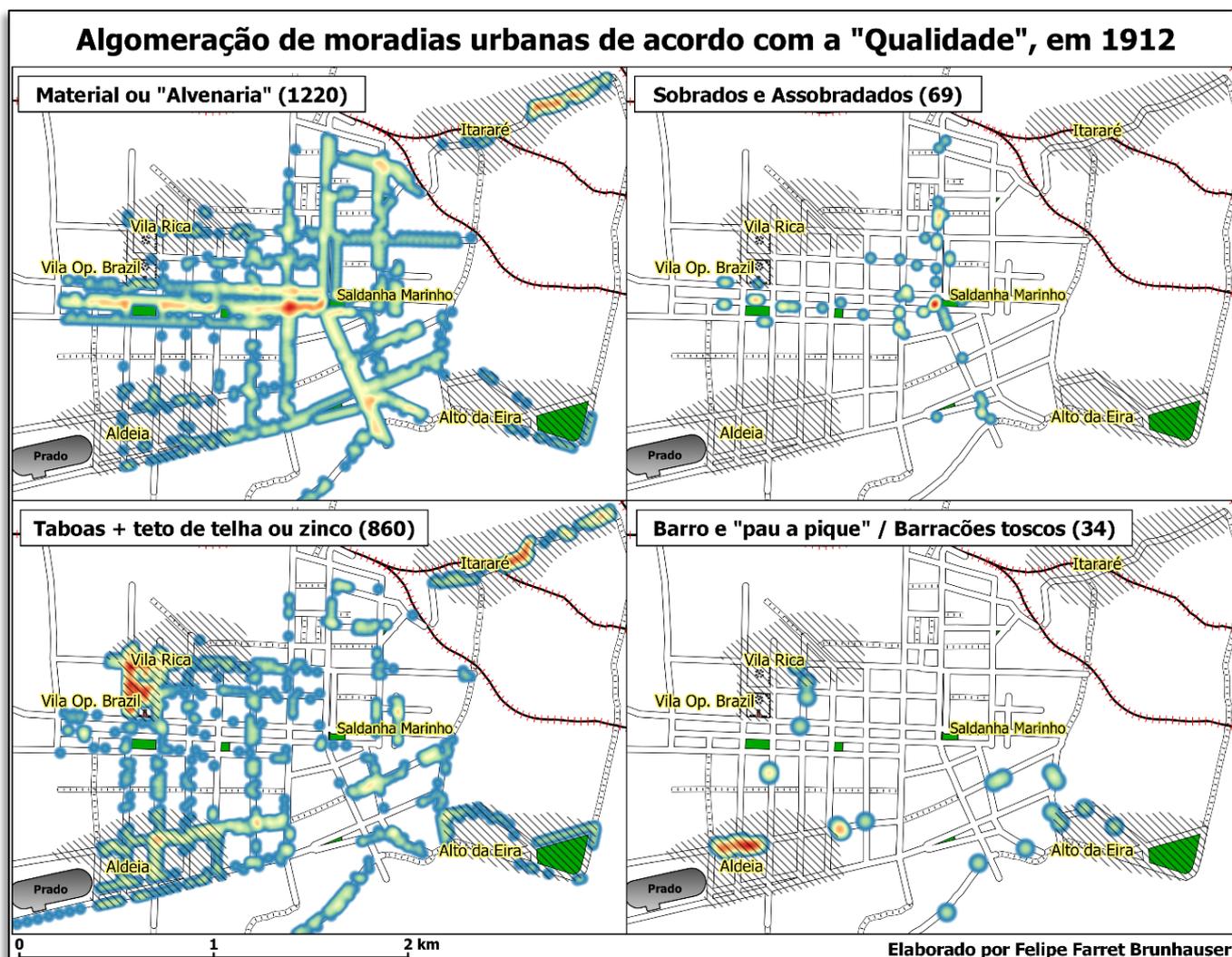
1. “Sobrados e assobradados” (construções com um ou mais lances);
2. “Material” (construções térreas feitas de alvenaria);
3. “Taboas com teto de telha ou zinco” (construções térreas de madeira, chamadas muitas vezes de *Challets* ou de “casa/casinha de taboas”, de acordo com suas condições materiais);

¹³⁴ Ver, por exemplo, o Mapa 4, na página 68.

4. “Barro e pau a pique” (moradias térreas, construídas com paredes de barro e teto de telha ou zinco. Eram as moradias mais precarizadas na cidade);

A preocupação do poder público em registrar estas informações se explica ao ler a atualização do código de posturas (1913) que passaria a limitar alguns tipos de moradia em determinadas regiões da cidade. Mas antes de entender os motivos que levaram a criação de um novo Código de Posturas, cabe analisarmos a cidade através desta nova informação. O mosaico de mapas a seguir utiliza manchas de calor que definem os locais da cidade que possuíam maior incidência de moradias com cada uma das tipologias descritas anteriormente. Esta análise permite entender a presença de moradias populares pela cidade, além de permitir com que imaginemos como era a paisagem urbana de cada uma destas localidades, na Santa Maria de 1912:

MAPA 11: IMÓVEIS URBANOS DE ACORDO COM A “QUALIDADE”, EM 1912



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902, (Anexo B); Lançamento de Prédios Urbanos, Tomo 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

No topo das construções mais bem estruturadas da cidade estavam os sobrados e assobradados, que somavam 69 casos em Santa Maria no ano de 1912. Eles estavam espalhados pelas ruas centrais e suas proximidades, e possuíam valores de locação que variavam entre 270 mil e 3:600 mil (três contos e seiscentos mil réis). Na base da pirâmide social e econômica da cidade estavam as moradias de barro e pau a pique, e as construções descritas como “barracões” com concentração espacial oposta ao que observamos nos sobrados e assobradados, e com valores de locação que variavam entre 0, nas habitações classificadas como “ruinosas”, e 42 mil réis (apenas um caso, de 90 mil réis, foi encontrado em 1912). Foram 34 ocorrências dessas construções naquele ano, em localizações esparsas nas imediações do Alto da Eira e Vila Rica, mas com uma concentração intensa no final da Rua Tuyuty, no núcleo do bairro Aldeia.

O padrão de construções urbanas que ocupavam o meio destes dois extremos eram construções térreas de alvenaria (1220), que variavam de 0 a 2:100 mil réis; e de taboas (860) que variavam de 0 a 600 mil réis nas avaliações da Décima Urbana. As construções de alvenaria representavam, em sua maioria, as camadas médias e altas da cidade, e algumas construções mais modestas que eram encontradas tanto no centro da cidade como nos bairros pobres. Por fim, moradias de taboas eram frequentemente chamadas de *Challets* de madeira, ou simplesmente de “casinha/casa de taboas”, o que traz consigo um juízo de valor em relação às condições materiais que o/ interlocutor/a buscava imprimir ao imóvel.

TABELA 8: DISTRIBUIÇÃO DAS CONSTRUÇÕES URBANAS DE ACORDO COM A CONDIÇÃO MATERIAL E O GÊNERO DOS/AS PROPRIETÁRIOS/AS (1912)

	Barro + pau a pique		Taboas		Alvenaria		Sobrados e assobradados	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Homens	11	32%	657	78%	896	74%	56	82%
Mulheres	23	68%	181	21%	220	18%	5	7%
Indef.	0	---	4	1%	103	8%	7	10%
Ambos	0	---	1	---	1	---	1	1%
Total	34	100%	843	100%	1220	100%	69	100%

Fonte: Lançamento de prédios urbanos, Tomo 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

A tabela anterior ajuda a aprofundar algumas reflexões importantes acerca das lutas por moradia, mas também das relações de gênero que estão envolvidas nesse processo. Quando a cidade é observada de acordo com as condições materiais de suas moradias, o topo da pirâmide eram os sobrados e assobradados de alvenaria, da mesma

forma que as moradias de barro e pau a pique representavam o seu extremo oposto, sendo as construções mais precárias e mal avaliadas na Décima Urbana.

Esses eram dois extremos da desigualdade social, em termos de moradia, que poderíamos observar ao caminhar por Santa Maria no início do século XX. Contudo, há neste panorama uma relação bem importante de gênero, que anda junto com a condição material das construções. Entre as moradias de barro e pau a pique, mulheres lideram entre as proprietárias com quase 70% dos casos. Uma “liderança” que desaparece abruptamente na medida em que as construções são de madeira (21%), alvenaria (18%) ou sobrados e assobradados (atingindo apenas 7% dos casos). Isso aponta para o fato de que, entre proprietários/as pobres, mesmo nesse grupo de “quase despossuídos”, que conquistou a duras penas uma posição de privilégio como o acesso a moradia própria, as mulheres seguiam sendo o grupo social mais precarizado.

A moradia popular urbana no Brasil possuía diversos nomes para cada realidade: cortiços, casas em série, estalagens, barracões, porões, casinhas, casebres etc. Contudo, podemos defini-las dentro de algumas características gerais. Em primeiro lugar, caracterizavam-se por espaços com poucas divisórias ou privacidade interna. Afinal, a noção de privacidade construída nos últimos dois séculos, demorou muito tempo para fazer parte das escolhas e possibilidades das classes populares. Casas com corredores ou divisórias para todos os cômodos, por mais naturalizado que seja no mundo atual, tratava-se de sacrificar um espaço significativo do interior destas construções, servindo única e exclusivamente para garantir a privacidade de todos os demais espaços da moradia. Algo muitas vezes distante das necessidades das classes populares no início do século XX.

Na contramão desta tendência da moradia unifamiliar que prezava pela privacidade, a pobreza das cidades brasileiras, aliado ao alto déficit habitacional, obrigava o poder público de várias cidades a lutar contra a tendência da coabitação entre diferentes famílias, compartilhando os mesmos locais para dormir e comer, ou a prática da sublocação de cômodos, como forma de sustento e sobrevivência.¹³⁵

A resposta para o avanço das moradias populares em diversas regiões da cidade chega na promulgação do Código de Posturas de 1913, onde são adicionadas uma série de

¹³⁵ Alguns trabalhos debatem as diferentes nomenclaturas utilizadas para definir moradia popular. Citando alguns deles: CHALHOUN, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo, Brazil: Companhia das Letras, 1996; ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo, SP: FAPESP: Studio Nobel, 1997; BORIN, Monique. O mercado de aluguéis na Primeira República: O caso da Barra Funda como bairro misto paulistano. Anais. XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, [S. l.], p. 176–185, 2016.

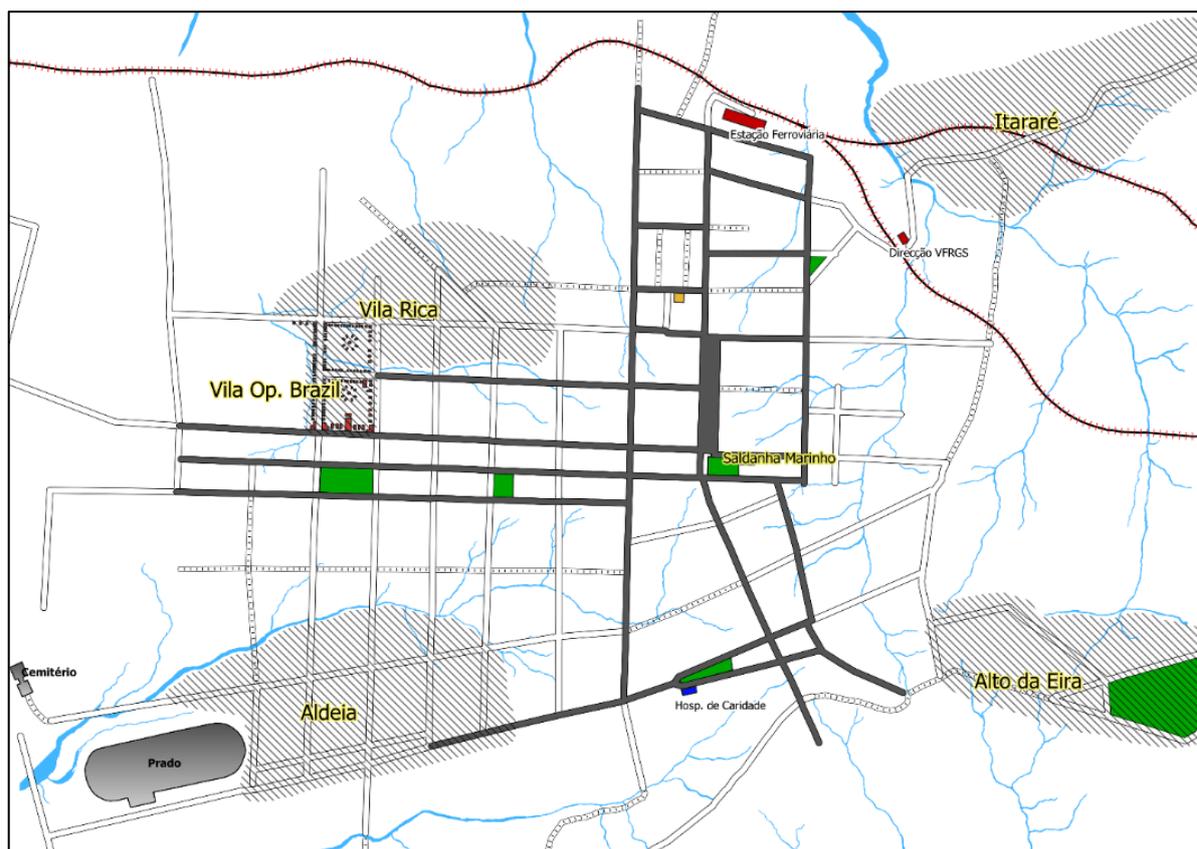
novas exigências para as construções urbanas. No Capítulo 2, intitulado “Das construções de madeira”, o poder público estabelece em quais regiões da cidade as construções de madeira não seriam mais toleradas:

Art. 24 – A partir da data da promulgação deste Código, não se admitirá a construção de imóveis de madeira, seja para que fim for, nos seguintes pontos da cidade: Avenida Rio Branco, Rua do Acampamento, Floriano Peixoto até Ipiranga, André Marques e trechos de ruas compreendidas entre elas, ruas Niederauer, Comércio, Venâncio Aires, Andradas, Silva Jardim até André Marques e trechos compreendidos entre elas; Riachuelo; José Bonifácio; 1º de Março entre Riachuelo e Ipiranga, Avenida Ipiranga até Conde de Porto Alegre e trechos compreendidos entre elas.

§1º - As edificações de madeira atualmente existentes nestas zonas, não poderão ser reconstruídas, nem reformadas, nem aumentadas, sob pena de demolição da reforma, ou do aumento feito.

§2º - As que ficarem em ruínas, ou em más condições de estabilidade, serão declaradas interditas, depois de prévio exame por parte da Intendência e, nesse caso, não poderão ser habitadas.

MAPA 12: REGIÕES AFETADAS PELO ART. 24 DO CÓDIGO DE POSTURAS DE 1913



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902 (Anexo B); “Coletânea da Legislação Urbana de Santa Maria: Código de Posturas Municipais de 1913”. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

As moradias de madeira que ainda existiam aos montes nesses locais, ficavam proibidas de serem reparadas, ampliadas ou reconstruídas. Isso fazia com que pequenas casinhas de madeira com cobertura de zinco ou telha (um padrão comum da moradia

popular na cidade), ou mesmo os chalés mais bem estruturados, ficassem impossibilitados de receberem reparos ou grandes reformas, sob pena de multa e da demolição de toda a obra realizada. Na medida em que a legislação urbana obrigava o proprietário a não reparar sua moradia, esperava-se que o tempo e o uso se encarregassem de colocar essas moradias em condições de “ruínas”, abrindo espaço, assim, para o poder público levar a cabo as demolições necessárias ao projeto de ampliação do centro da cidade.

Assim, a legislação urbana buscava novas formas de regular o espaço da cidade. Se num primeiro olhar, a promulgação do Código de Posturas parece prezar pelo embelezamento da paisagem urbana, sobretudo das ruas centrais de uma cidade que estava em pleno desenvolvimento, o custo desta modernização era a ampliação do centro em detrimento da expulsão dos moradores que não se enquadrassem nos novos parâmetros.

Além de proibir as construções de madeira nas regiões centrais, o Capítulo 2 do Código de Posturas definia as regras para esse tipo de construção nos subúrbios da cidade. Se nas regiões centrais presava-se por imóveis de alvenaria erguidos no alinhamento da rua, a legislação urbana criava padrões opostos para as construções em madeira nas regiões periféricas: elas deveriam ser construídas 4 metros para dentro do alinhamento, em terrenos murados ou com gradis, respeitando também 2 metros de distância da habitação com os terrenos vizinhos. Se proibia, também, a construção “de grandes barracões para moradia de diversas famílias”, bem como as chamadas “estalagens”.¹³⁶

Tais requisitos de construção eram o resultado da correlação de condições sanitárias mínimas de moradia e a tentativa de submeter ao espaço habitacional um padrão estético modernizante e concepção de família e vida privada burguesa - ainda extremamente distante da realidade de camadas empobrecidas. É certo que as leis muitas vezes podem nos dizer mais sobre os desejos da “cidade ideal” dos seus legisladores do que propriamente como ela de fato era. Mas isso demonstra o jogo de poder que estava por trás do controle social aplicado às maneiras de morar na cidade.

A chave da eficácia em demarcar um território social preciso reside evidentemente no preço. Lotes grandes, grandes recuos, nenhuma coabitação é fórmula para quem pode pagar. A lei, ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma

¹³⁶ Coletâneas da Legislação Municipal de Santa Maria. Volume III, 1910-1913. Art. 25 a 29. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis.¹³⁷

Se as moradias coletivas ou a prática da sublocação de cômodos estavam no horizonte de expectativas de uma população empobrecida em busca de um teto, as normas do Código de Posturas limitavam essas práticas, na medida que o/a proprietário/a deveria construir uma habitação que respeitasse, dentro dos limites do terreno, entradas de luz e ar em cada cômodo, ao mesmo tempo que estivesse isolada dentro do terreno, respeitando um espaço mínimo com a vizinhança. Este padrão de moradias que passa a se consolidar na legislação urbana do Brasil no final do século XIX possui um sentido político e ideológico perverso quando consideramos a realidade da grande maioria da população naquele momento. O resultado não seria outro: a expulsão de quem não puder entrar dentro de tais padrões, criando assim um espaço privilegiado para quem pode.

3.3. OS POBRES QUE RECORRIAM À INTENDÊNCIA: ESTRATÉGIAS E RECURSOS NA LUTA POR MORADIA

Como qualquer outra conquista das camadas populares, não se tratava apenas de adquirir a moradia, mas também mantê-la, sobretudo nos momentos em que a pobreza e a precariedade se faziam mais presentes.

O controle do poder público na fiscalização e cobrança de impostos, bem como na regulação das maneiras de morar no perímetro urbano, demandava recursos que poderiam ser escassos em momentos de maior vulnerabilidade. Os impostos de moradia e terreno urbano correspondiam a 10% do valor de locação do imóvel e 2% do valor total do terreno, e deviam ser pagos a cada semestre. O não pagamento incorria na multa de até 25% do valor estipulado no imposto, e a impossibilidade de pagar os impostos subsequentes antes de quitar a dívida inicial. Isso seria um grande empecilho entre as camadas populares e fator de reestruturação do tecido urbano, na medida que expulsava quem não poderia pagar para dar lugar a quem o faria.

Esse dilema parece ter atingido também a trajetória de Gustavo Padilha. Seguindo o seu rastro pela cobrança de impostos, observa-se que ele morava na rua Duque de Caxias desde 1902. Contudo, entre os anos de 1905 e 1908 não consta o pagamento do imposto,

¹³⁷ ROLNIK, Raquel. *Op. Cit.*, p. 47

apenas a cobrança. Coincidência ou não, esses anos correspondem ao período de falecimento de sua esposa, o que deve ter influenciado para a dívida com a Intendência Municipal.

Num contexto em que a assistência à saúde e à pobreza eram ainda incipientes, uma enfermidade mais severa que acometesse um membro economicamente ativo do grupo familiar poderia representar uma séria situação de vulnerabilidade. Na ocasião da entrevista de Gustavo Padilha, ele conta que há oito anos se encontra com uma enfermidade que o impossibilita de trabalhar. “- *Uma forcinha de nada, seu moço. Eu estava arrumando um forno na casa do Dr. Mariano, ali perto da praça. Fui levantar um balde. [...] E daí me veio este estrangulamento na hérnia, que me atirou no fundo da cama, **sem saúde, sem dinheiro!***”.¹³⁸

No caso de Padilha, as redes familiares serviram de suporte necessário para a sua sobrevivência na velhice, estratégia utilizada quando não havia outros recursos viáveis. Uma alternativa era recorrer diretamente à Intendência Municipal, por meio de pedidos por escrito ao Intendente, solicitando isenção de impostos ou de multas provenientes do não pagamento dos tributos. Os motivos para esses casos eram diversos, transitando por situações de pobreza, doença ou falecimento de membro do grupo familiar. O levantamento dessas correspondências, com especial atenção aos pedidos de isenção dos impostos relacionados a terrenos e moradias urbanas, nos permite tirar algumas conclusões importantes.

Para analisar a relação das camadas empobrecidas com o poder público, é importante considerar que se tratava do momento de construção de uma ordem burguesa no país, que voltava seu esforço ao controle das camadas populares por parâmetros diretamente influenciados pelas discriminações cruzadas de gênero, raça e classe; onde “pretendiam delimitar claramente as fronteiras entre a normalidade e a anormalidade, entre o trabalho e o não trabalho, e investir na formação do ‘bom cidadão’, ordeiro e disciplinado”.¹³⁹ Compreender essas nuances se faz necessário para não cairmos em simplificações acerca dos significados da pobreza e suas estratificações internas, algo também alertado por Daiane Rossi ao analisar a mesma documentação em Santa Maria:

¹³⁸ Grifos meus. Acervo do jornal *A Razão*, 1935. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Fonte cedida gentilmente pela historiadora Franciele Rocha de Oliveira.

¹³⁹ SCHMIDT, Benito Bisso. Complexificando a interseccionalidade: perspectivas queer sobre o mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 10, n. 19. Edição Especial 2018, p. 32-33.

“Para entender a pobreza, é necessário analisar como ela se relaciona com posição social e status, perpassando por questões de gênero, capital social, redes e estratégias. Isso faz dela algo bem mais multifacetado do que uma simples definição baseada em uma economia de recursos”.¹⁴⁰

Para entender esse processo em Santa Maria, são utilizados os requerimentos e correspondências enviados pelos moradores para a Intendência como cumprimento do Código de Posturas ou dos impostos presentes na Lei Orgânica do Município. São fontes onde a população solicitava (ou prestava contas) ao Intendente acerca de questões urbanísticas, como reformas de casas, construções e demolições de moradias, autorizações para a realização de obras, e principalmente os pedidos de isenção de impostos por doença, pobreza, entre outros motivos. Os requerimentos dizem respeito diretamente a aplicação destas leis e normas à população local, ao mesmo tempo que ajudam a compreender como a população pobre respondia a esse controle e tributação para se viver na cidade. Abaixo, temos como exemplo os requerimentos de Acácia Rodrigues de Lima e João Guilherme Rolim, proprietários de moradias nas imediações da Aldeia e Vila Rica, respectivamente:

A abaixo assinada, tendo demolido uma casa de madeira, em ruína, situada na rua do Ypyranga, e pretendendo mandar construir outra em melhores condições, na mesma rua e recuada 4 metros do alinhamento, vem a presença de V.S. pedir a respectiva licença. Nestes termos, pede deferimento.

Acácia Rodrigues de Lima, 22 de novembro de 1909.

Muito digno Intendente Municipal. Venho por meio deste solicitar de V. S. licença para demolir um casebre a rua 24 de mayo n. 75, sobre o terreno aforado do n. 8 da quadra 4. e ali construir uma casa de madeira coberta com telha de barro com 7 metros de frente e 10 de fundo com 6 peças etc. 4 metros para dentro do alinhamento.

João Guilherme Rolim, 4 de outubro de 1909.¹⁴¹

Os dois casos fazem parte do Livro de Requerimentos da Intendência Municipal, que reúne as solicitações por escrito ao poder público referente a questões que envolvem o cumprimento da Lei Orgânica do Município e do Código de Posturas. Para o ano de 1909, de onde originam os dois casos, foram encontrados 77 requerimentos com assuntos diversos: pedidos de construção, transferências de propriedades, medições de terreno, regularização de terrenos e moradias, isenções de impostos, entre outros. Baseado na observação da caligrafia dos documentos, a maioria destes requerimentos

¹⁴⁰ ROSSI, Daiane Silveira. *Op. cit.*, p. 113.

¹⁴¹ Fundo da Intendência Municipal, Caixa 10, Tomo 51 – sem páginas definidas. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

eram escritos à punho por algum funcionário da Intendência, que provavelmente recebia o requerente e transcrevia sua solicitação. As assinaturas, por outro lado, eram feitas pelo requerente (que muitas vezes eram tremidas ou destoavam da escrita do restante do documento), ou eram assinadas por terceiros, alegando que o/a requerente era analfabeto/a.

Nas correspondências destinadas ao pedido de isenção de impostos, podemos perceber como a pobreza e enfermidade poderiam significar o atraso dos impostos de edifícios e terrenos urbanos, assim como aconteceu com Gustavo Padilha. Mas principalmente, através das correspondências, podemos evidenciar *qual* pobreza era recebida e auxiliada pelo poder público. Um caso que ilustra esta afirmativa é o de Emilio Krebs, que procurou a Intendência Municipal em 1909:

Emilio Krebs achando-se em débito nessa Intendência e não podendo pagar, devido à falta de meios e o **estado precário de sua saúde que o priva do trabalho**, vem pedir a V. S. a revelação desse débito atendendo o **seu estado de moléstia e pobreza** que é notório nesta cidade. O suplicante espera de V. S. [ilegível] e seus sentimentos humanitários, o despacho favorável. Santa Maria, 29 de outubro de 1909. (grifos meus)¹⁴²

Identificamos diversas correspondências por ano, endereçadas à Intendência Municipal e com assuntos diversos. A análise destes casos partiu do intuito de resgatar alguns casos de proprietários/as de moradias populares, na esperança de que essas documentações fossem uma porta de entrada para alcançar momentos de resistência, no que se refere ao acesso e permanência do direito à moradia entre trabalhadores/as - o que de fato vem se concretizando, *ao menos em partes*.

A julgarmos pelo conteúdo da carta de Emilio Krebs, é incontestável a sua situação crítica e que seus argumentos justificam o pedido, bem como o deferimento do Intendente. Contudo, tanto nos impostos prediais de 1902 como em 1909, ano em que Emilio Krebs redigiu a carta, ele era proprietário de três moradias centrais na cidade: duas na Rua do Acampamento, uma em que morava, avaliada com aluguel de 300 mil réis e outra ao lado, também ocupada por ele e avaliada em 60 mil réis, além de uma terceira moradia, na Avenida Progresso. Trata-se de valores que, ainda que estejam longe do que se encontra no topo dos preços de aluguéis da cidade, destoam dos casos que analisamos

¹⁴² Correspondências. Fundo da Intendência Municipal, caixa 10, tomo 51. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

anteriormente, como a casinha de tábuas e telhado de zinco de Gustavo Padilha ou mesmo das moradias populares presentes no Mapa 5.

Daiane Rossi utilizou tais documentações para investigar a auto declaração de pobreza de homens e mulheres, e como a assistência à pobreza por meio da caridade pública ocorria nesses casos. A autora ressalta que havia um forte protagonismo feminino nos pedidos de isenção de impostos por motivos de pobreza em Santa Maria: das 33 cartas localizadas pela autora, 23 eram de remetentes mulheres.¹⁴³

Dessa forma, ao acatar essas solicitações, a caridade pública definia e selecionava seu público. Destaca-se, sobretudo, uma diferença de gênero entre os assistidos: enquanto as mulheres recorriam ao socorro público principalmente devido a viuvez; entre os homens destaca-se o motivo referente a enfermidade. A solidão, a partir da morte do marido-provedor, desampara a mulher e os filhos. A doença, empobrecia o homem, pois o privava do trabalho.¹⁴⁴

A análise que a autora realiza acerca das correspondências perpassa elementos importantes para a compreensão dos sentidos por trás dessas estratégias e o olhar que o poder público dava a esses casos. Contudo, assim como o caso de Emilio Krebs, as demais correspondências que temos encontrado até este momento parecem se tratar de um tipo de pobreza que, em muitos aspectos, difere da situação de Gustavo Padilha e muitos outros e outras moradores/as dos subúrbios da cidade.

Certamente as estratégias e recursos disponíveis, seja no cotidiano dessas pessoas ou efetivamente na luta por moradia, variavam por uma série de fatores. Entre eles, marcadores sociais de raça e gênero estratificavam as camadas populares e agiam diretamente nos recursos e oportunidades disponíveis, mesmo considerando grupos que economicamente eram bastante parecidos.

É importante destacar que não se trata de pensar a interseccionalidade como uma hierarquia entre as diferentes opressões, ou mesmo pensada enquanto um somatório de condições. Como afirma Patrícia Hill Collins,

Não nego que grupos específicos vivam uma experiência de opressão mais dura que outros – linchamento é certamente pior do que ser considerada um objeto sexual. Entretanto, temos que ser cuidadosas/os para não confundirmos essa questão da primazia de um tipo de opressão na vida das pessoas com uma postura teórica que propõe a natureza imbricada das opressões. Raça, classe ou

¹⁴³ ROSSI, Daiane Silveira. *Op. cit.*, p. 123.

¹⁴⁴ *Idem*, p. 129.

gênero podem estruturar uma situação, mas podem não ser igualmente visíveis e/ou importante nas autodefinições das pessoas.¹⁴⁵

Em outras palavras, Collins está preocupada em pensar categorias que permitam analisar opressões cruzadas, sem cair em simplificações dicotômicas ou inferir que essas categorias serão determinantes nas escolhas desses indivíduos. Sua crítica se direciona, em grande medida, para a dificuldade que temos em enxergar para além dos marcadores sociais que julgamos mais importantes em uma ou outra situação. Kimberle Crenshaw, na tentativa de analisar a discriminação interseccional que opera em conjunto com raça e gênero, também reforçou o fato de como determinadas situações envolvem opressões que não seriam possíveis de entender apenas por um único olhar da desigualdade de gênero, classe ou raça, de formas separadas.¹⁴⁶

As autoras citadas ajudam a pensar nessas estratégias e na experiência dos grupos populares na luta por moradia, de forma a negar certas simplificações. É plausível pensar que mesmo entre os grupos sociais que delimitamos como homens e mulheres pobres, existissem cisões, estratificações e conflitos, que por sua vez poderiam influenciar na manutenção (ou não) do acesso à moradia. Isso é visível quando avaliamos quem, de fato, buscava isenção de impostos no poder público, quando se viam em momentos de necessidade:

Ernestina Krebs, [...] **viúva, vivendo com escassos recursos pecuniários**, além tendo em minha companhia uma filha solteira, sendo proprietária de uma casa onde mora situada a Praça da República, **sem outros meios por minha subsistência**, em vista do que vim expor a V. S., venho por este meio respeitosamente pedir o favor de isentar-me do imposto da décima urbana, a que está sujeita por lei. Santa Maria, 26 de novembro de 1909.¹⁴⁷

Anna F. Schneider, **viúva** de Miguel Schneider, que tendo lhe sido apresentada uma conta dessa Intendência na importância de 51\$240 réis, vem ponderar o seguinte: que **seu finado marido deixou-a em extrema pobreza. Julgando que as viúvas vêm pedir-vos a suplicante devem merecer indulgência**, vem por isso pedir-vos uma medida de equidade. Santa Maria, 13 de dezembro de 1909.¹⁴⁸

¹⁴⁵ COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

¹⁴⁶ CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

¹⁴⁷ Correspondência de Ernestina Krebs, 26 de novembro de 1909. Fundo da Intendência Municipal, caixa 10, tomo 51, s/p. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Daiane Rossi utiliza o mesmo caso em: ROSSI, Daiane Silveira. *Op. cit.*, p. 123.

¹⁴⁸ Correspondência de Anna F. Schneider, 13 de dezembro de 1909. Fundo da Intendência Municipal, caixa 10, tomo 51. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria. Daiane Rossi utiliza o mesmo caso em: ROSSI, Daiane Silveira. *Op. cit.*, p. 125.

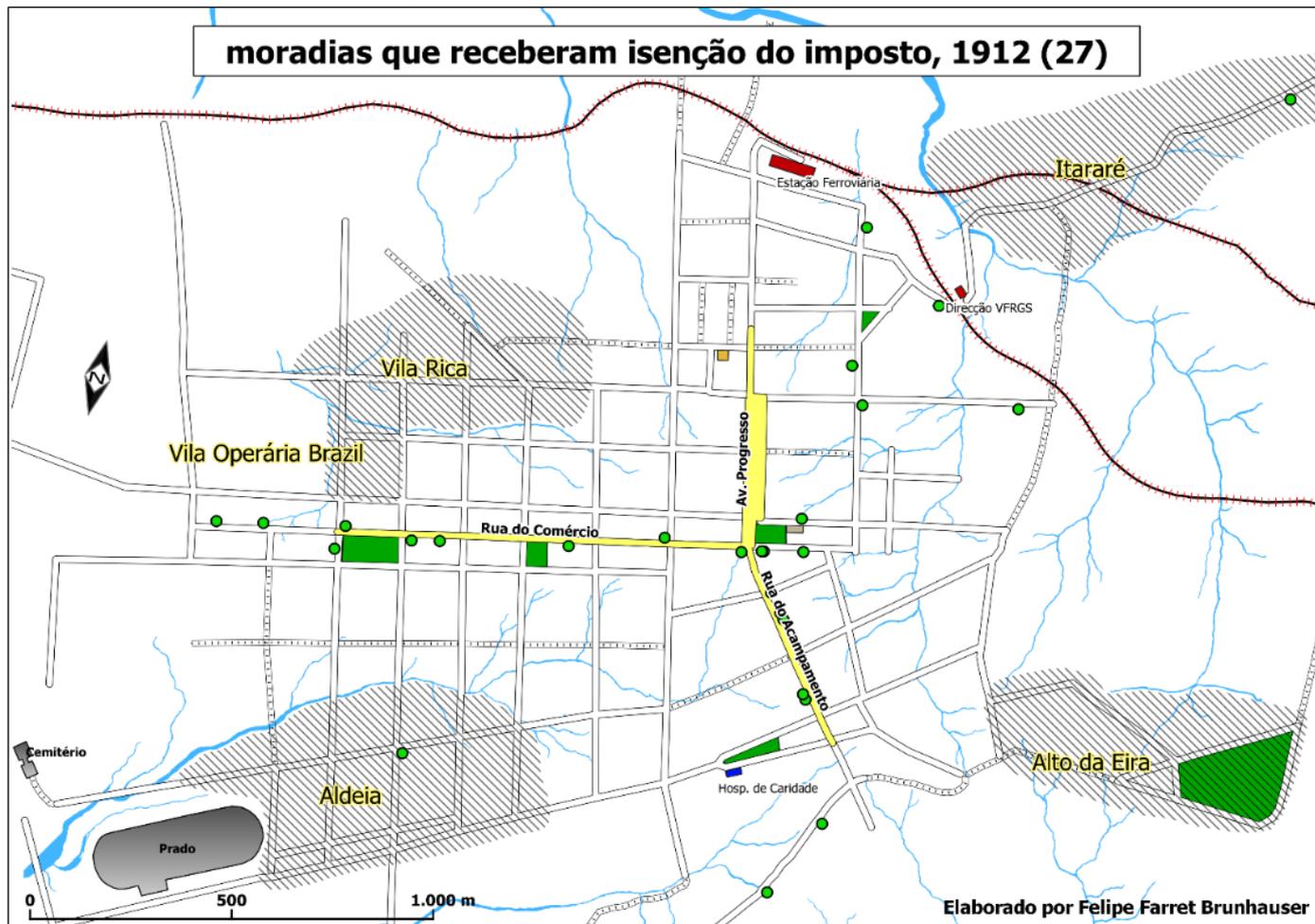
Os casos de Ernestina e Anna (assim como Emilio Krebs), expõem um padrão que encontramos nos pedidos de isenção de impostos de moradias por motivos de pobreza.¹⁴⁹ Os sobrenomes e locais de moradia desses casos sugerem que fossem brancas e de origem alemã; que pareciam gozar de alguns privilégios materiais se comparados aos casos que encontramos, por exemplo, nas moradias populares do Mapa 5 ou mesmo nos registros do Hospital de Caridade. Ernestina e Anna não declaram exercer uma profissão para amenizar suas despesas, apesar do fato de que entre as mulheres pobres de Santa Maria, muitas delas negras, o ingresso no mundo do trabalho ocorresse aproximadamente entre os 10 e 12 anos de idade. O motivo alegado para o momento de miséria é terem se tornado viúvas, perdendo o arrimo do grupo familiar (o que implica, também, uma questão de gênero bem importante em suas situações de dependência econômica).

É interessante fazer, também, a reflexão inversa: observando o tipo de pobreza com que o poder público se solidarizava nesses casos. Os argumentos, em ambos os casos, foram suficientes para que a Intendência Municipal aprovasse as respectivas isenções. Por outro lado, são escassos os casos de homens e mulheres negros e negras, ou moradores/as dos subúrbios como Gustavo Padilha, buscando o mesmo recurso nos momentos de necessidade. Em síntese, a cor da pele e origem étnica parecia influenciar nas estratégias e recursos disponíveis. O que me leva a pensar que a pobreza que estava presente em todo o tecido urbano, talvez nem sempre se enxergasse (ou mesmo fosse vista) como igual pelo poder público.

Ao filtrar os imóveis da Décima Urbana que receberam isenções de imposto, a espacialidade destas moradias corrobora a análise desenvolvida até então:

¹⁴⁹ Ernestina e Emilio possuíam o mesmo sobrenome. Apesar de sabermos que não se tratava de um casal, ainda não conseguimos estabelecer a relação de parentesco que possuíam.

MAPA 13: CONSTRUÇÕES URBANAS QUE RECEBERAM ISENÇÃO DE IMPOSTOS EM 1912



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902, (Anexo B); Lançamento de prédios urbanos, Tomo 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

No ano de 1912, foram registradas 27 construções urbanas onde o fiscal da Décima definiu como isentos do referido imposto. Analisando apenas pela Décima, não temos acesso a suas correspondências e os motivos que fizeram com que seus pedidos fossem deferidos. Mas a espacialidade destes casos nos mostra como a estratégia de recorrer a isenção, seja por pobreza ou qualquer outro motivo, não fazia parte dos moradores mais precarizados da cidade.

A população negra e/ou suburbana, certamente, possuía outras estratégias, ou por algum motivo não pareciam recorrer à possibilidade de isenção de impostos de moradia junto à Intendência Municipal. Elemento curioso, visto que a população pobre, anos antes buscava utilizar as políticas de aforamento de terrenos urbanos. Mas quais outras estratégias eram possíveis para a permanência do acesso à moradia em momentos de maior precariedade? Um dos caminhos é visto justamente na história de Gustavo Padilha, que contou com as redes familiares no momento de necessidade. Em meio à insegurança

estrutural em que viviam, poucas décadas após a abolição, negros e negras compunham parte considerável das camadas empobrecidas urbanas de Santa Maria, alimentando o mercado de serviço doméstico, dos serviços por jornada, nos cafés, hotéis e comércio das classes médias e altas do centro da cidade. Nas palavras de Marcus Rosa, “É óbvio que havia negros e imigrantes compartilhando a vala comum da pobreza. Mas isso acontecia porque o processo de construção de vínculos entre cor e lugar social era mais eficaz em reproduzir a inferioridade dos negros do que em garantir ascensão para todos os trabalhadores europeus”.¹⁵⁰ Em outras palavras, os imigrantes estavam diluídos em todas as classes sociais – algo que não podemos dizer de homens e mulheres negros/as no Pós-Abolição.

Anna Schneider e Ernestina Krebs, após a morte de seus maridos, enfrentaram a dura vida de serem mulheres pobres e sem ofício em um mundo que, como bem salienta Daiane Rossi, os debates sobre assistência à pobreza ainda galgavam seus primeiros passos. Mas paralelo ao dilema das viúvas, na esquina da rua Tuyuty com a Conde de Porto Alegre, no bairro Aldeia, viviam três Marias: Maria Margarida, Maria Francisca e Maria Fausta. Três mulheres negras, entre 35 e 61 anos, empregadas domésticas, cozinheiras e solteiras.¹⁵¹ Um perfil social bastante comum entre mulheres negras no Pós-Abolição de Santa Maria, onde a maioria dos homens e mulheres juridicamente “solteiros” entre populares possuíam designações de cor *pretas, pardas e indiáticas*.

Nessa sociedade (ainda) profundamente racializada, a disposição de cores por gênero e estado civil nos leva a pensar também as diferentes e desiguais condições de construção de afeto que não se restringem apenas à categoria da classe. Mulheres e homens pretos e pardos, a maioria esmagadora dos solteiros em todos os anos, poderiam ter sido preteridos, hiperssexualizados e objetificados, fatores por sua vez que podem ter contribuído para estes resultados. E ainda é necessário pontuar a solidão específica nascida de tais estigmas racistas, tão pontuadas por mulheres negras no decorrer da História: a solidão das mulheres negras.¹⁵²

Assim, o peso da racialização, quando pensamos nas Marias e demais moradoras da Aldeia e Vila Rica, colocavam desafios e experiências que parecem abrir um abismo entre elas e as realidades de Anna e Ernestina, ainda que, ao serem observadas de longe,

¹⁵⁰ ROSA, Marcus Vinicius de F. *Op. cit.*, p. 140.

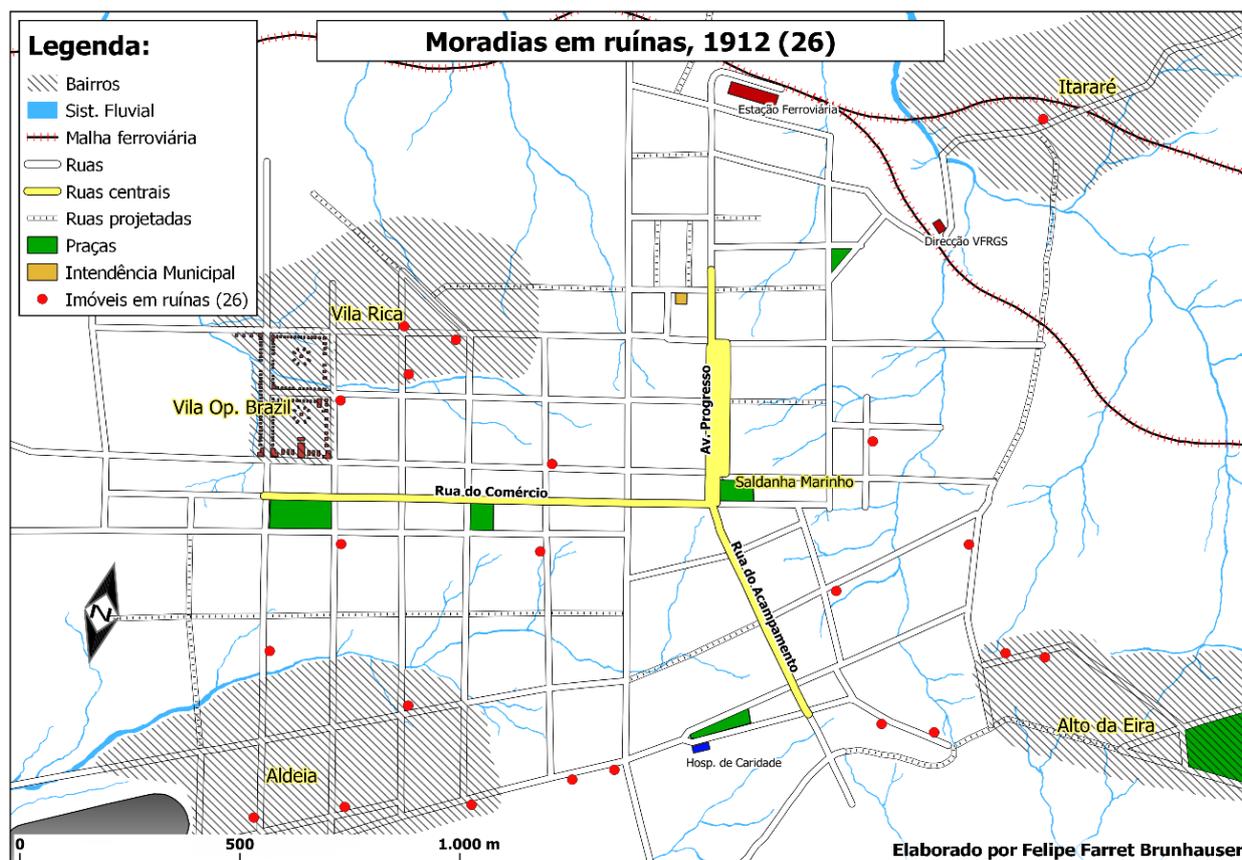
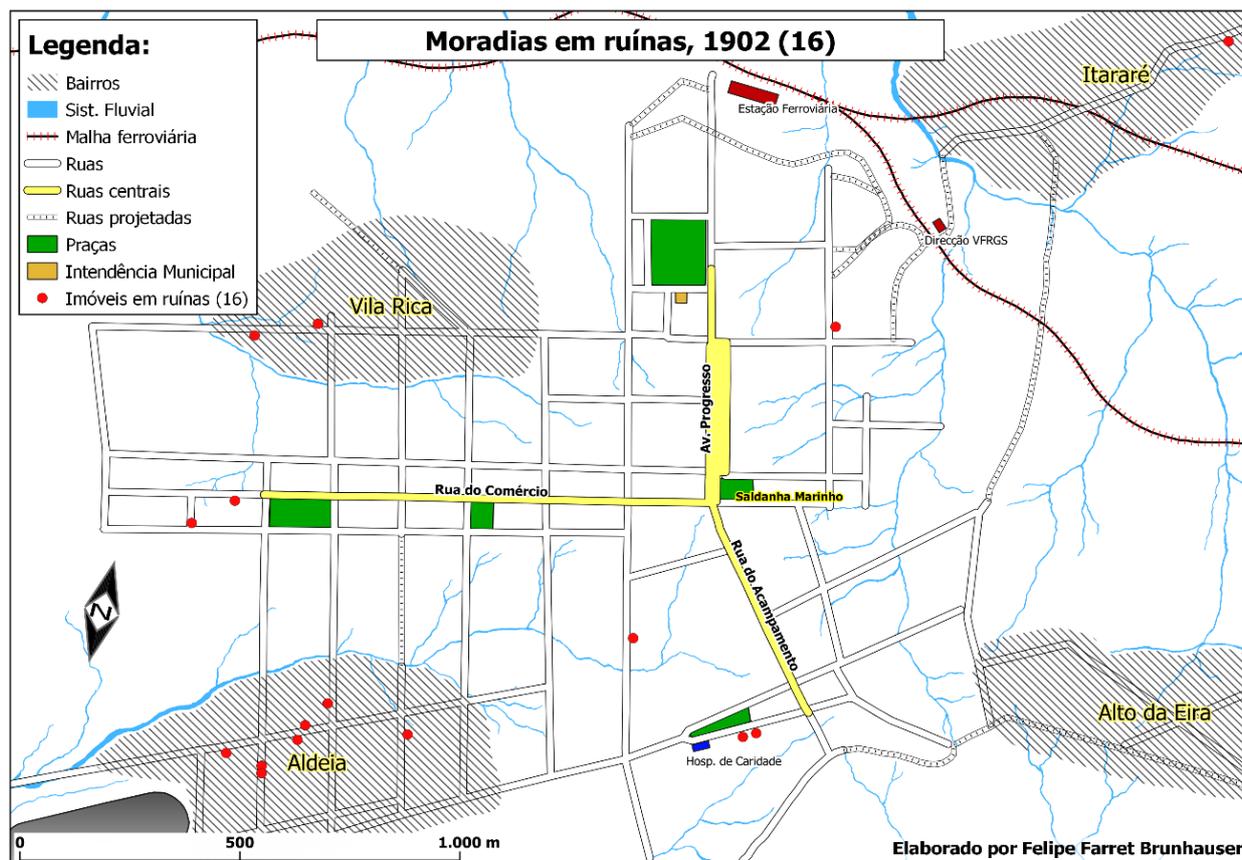
¹⁵¹ Trata-se de três casos que conseguimos cruzar entre os registros de impostos e as baixas médicas do Hospital de Caridade.

¹⁵² SANTOS, Gabriela Rotilli dos; BRUNHAUSER, Felipe Farret. Sobre pretos, pardos, mistos e morenos: notas de pesquisa acerca do perfil social de trabalhadores no Pós-abolição a partir de registros hospitalares em Santa Maria nas primeiras décadas do século XX. *Anais. 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Florianópolis, 2019, p. 11.

assumam a mesma categoria de mulheres pobres. E esse debate é importantíssimo quando pensamos as lutas e permanências no acesso a moradia das camadas populares. Afinal, enquanto algumas lutas possuíam um desfecho positivo ao contar com a caridade pública da Intendência Municipal, outras sofriam o destino inverso: o não pagamento dos impostos prediais ou a não realização de obras e reformas dentro dos parâmetros estabelecidos no Código de Posturas acarretavam a ordem de despejo de seus moradores/as.

O registro da Décima Urbana definiu 16 construções como “Em Ruínas”, em 1902; e 26 construções em 1912. De acordo com a legislação municipal, o poder público poderia solicitar a demolição de habitações nesses casos, por não atender às normas legais de construção ou por que o/a proprietário/a não atendeu às reformas necessárias no prazo pré-definido.

MAPA 14: MORADIAS EM RUÍNAS, EM 1902 E 1912



Fonte: dados georreferenciados da Planta de 1902, (Anexo B); Lançamento de prédios urbanos, Tomo 19 e 41. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

Os mapas anteriores evidenciam a localização das construções “ruinosas” em Santa Maria, nos anos de 1902 e 1912. Em muitos casos, era dada a ordem de desocupação no primeiro semestre do ano, com exigências de reformas para atenderem aos requisitos do Código de Posturas. No segundo semestre, contudo, vemos a resolução da Intendência, solicitando despejo e demolição das habitações irregulares. Possivelmente, tratava-se de reformas que exigiam recursos que essas pessoas nem sequer poderiam arcar, a julgar pelo valor das habitações que temos disponíveis: Maria Francisca da Conceição e Antônia Maria Machado, presentes no mapa de 1902 e vizinhas no bairro Aldeia, possuíam moradias avaliadas em 20 mil réis. É o valor mais baixo que encontramos nos impostos prediais.

Infelizmente não foi possível ir além na investigação desses casos, apesar de conhecermos ao menos alguns destes nomes. Fermino José Vidal, presente no mapa das casas “em ruínas”, foi escravizado, e já em liberdade, esteve atuante em três organizações negras de Santa Maria: a Irmandade do Rosário, Sociedade 13 de Maio e a Sociedade Cravo e Rosa. Foi casado duas vezes, primeiro com Geralda de Andrade, nascida em 1866 e filha de mãe escravizada. Após o falecimento de sua esposa, casou-se novamente com Maria Isabel Silva, em 1912.¹⁵³

Apesar da ausência de mais informações sobre esses e diversos outros casos de expropriações de moradias, o ponto central desta análise é demonstrar como a manutenção de estratégias e recursos na luta por moradia variava de acordo com o que cada grupo e camada social possuía. Gênero, raça, classe, nacionalidade, e muitos outros marcadores sociais eram importantíssimos na definição das formas de luta pelo direito e permanência de uma moradia no início do século XX. Da mesma maneira que estes marcadores influenciavam na permanência ou não de certos grupos sociais em sua condição de pobreza e precariedade habitacional, enquanto outros poderiam contar com melhores auxílios e, efetivamente, maiores chances de mobilidade social.

No primeiro capítulo demonstramos como, nessa época, a segregação social criou uma configuração urbana onde havia mais pessoas morando ao redor da cidade, nas regiões rurais que circundavam o perímetro urbano do que propriamente moradores da parte urbanizada. Aqui, apontamos que mesmo quem rompia essas barreiras, estava imerso em uma disputa complexa e cheia de nuances no que tange às lutas por moradia. É difícil saber qual foi o destino dos proprietários/as e suas famílias que foram

¹⁵³ GRIGIO, Ênio. *Op. Cit.* Nota 660, p. 202.

expropriados/as nos anos de 1902 e 1912, mas as opções parecem já estar colocadas: quem não tivesse recursos para reestabelecer uma moradia urbana/própria, faria parte da massa de trabalhadores/as que abastecia o mercado de aluguéis ou comporia parte da população de Santa Maria que estava estabelecida em moradias irregulares, muitas delas às margens da cidade, onde o controle social sobre maneiras de morar e os impostos não seriam um entrave em suas vidas. Entender como esse processo operou e como ele possuía um peso muito maior para determinados grupos sociais, é o que permite entender a manutenção das desigualdades no acesso à moradia e à cidadania até os dias de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve por objetivo investigar a relação do espaço com a desigualdade social em meio ao desenvolvimento da cidade de Santa Maria/RS, durante os anos finais do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX. Para isso, foi utilizada uma gama variada de fontes, sobretudo documentações que possuíam referências espaciais que permitissem sua geolocalização, através de SIG Histórico. Esta abordagem permitiu avanços significativos no debate sobre o uso de SIG em pesquisas de História Urbana, com resultados importantes no debate sobre territórios e moradias em contextos urbanos brasileiros durante a Primeira República.

Concluimos que o processo de urbanização e modernização das cidades, tão discutido na historiografia brasileira voltada aos grandes centros urbanos, precisa ser avaliado com cautela e bom embasamento empírico ao pensar de que maneira cidades interioranas viveram este processo. Um exemplo desta afirmação é a relação dos territórios populares e modernização urbana. Ao contrário de grandes centros urbanos, cidades como Santa Maria não experienciaram a desagregação de territórios populares durante o final do século XIX e princípios do século XX. O que se evidenciou foi o crescimento destes espaços, não apenas de moradores e suas casas, mas também de associativismo, como: clubes sociais, blocos de carnaval, imprensa negra/popular, clubes de futebol etc.

Esta permanência ocorre por diferentes fatores. Em parte, o poder público local e a elite urbana de uma cidade no porte de Santa Maria não eram capazes de interferir de forma tão abrupta no tecido urbano da cidade, a ponto de reconfigurar espaços de pobreza e riqueza em grande escala. Isso não significa que projetos de remodelação do espaço urbano e de controle das maneiras de morar e circular no perímetro urbano não tenham existido, mas seus efeitos estruturais na cidade surtem efeito mais profundo de forma tardia, em relação ao que a historiografia da área costuma descrever.

Em outras palavras, estes territórios populares resistiram e cresceram, em meio ao fim do trabalho escravo, à chegada de imigrantes, à consolidação do capitalismo e o desenvolvimento urbano e industrial da cidade. O questionamento que esta pesquisa não responde é em que medida isso não aponta para uma maior organização associativa entre trabalhadores destes territórios populares, em relação a grandes cidades que

experienciaram a desagregação destes territórios, na virada do século? Este é um questionamento que julgo pertinente, mas que não seria possível responder neste estudo.

Ao reduzir a escala de análise em SIG para o georreferenciamento dos imóveis urbanos, foi possível investigar como as esferas pública e privada lidavam com a luta por moradia por parte das camadas populares, e como a elite urbana via e se apropriava do déficit habitacional como um mercado lucrativo em meio à crescente demanda por moradia, visto que a cidade crescia diariamente com a chegada de trabalhadores pobres.

Ao analisar o mercado de aluguéis, foi possível identificar que quase a metade da cidade era formada por imóveis de aluguel. Este dado não é necessariamente uma surpresa: a historiografia dedicada ao estudo do mercado de aluguéis durante todo o século XIX encontra proporções parecidas, desde o período colonial até o final do império. Interessante, contudo, é notar como em Santa Maria esse quadro se intensifica ao adentrar o período republicano. A proporção de imóveis de aluguel na cidade, até o período analisado nessa pesquisa, alcança 56% do tecido urbano, aliado a um aumento expressivo no preço avaliado pela Décima Urbana. Ou seja, a consolidação de um sistema político republicano e do trabalho livre e assalariado não acompanhou melhores condições de acesso à moradia, mesmo no interior do Brasil.

Outro fator importante no mercado de aluguéis de Santa Maria, que não foi verificado com tanta ênfase e riqueza de detalhes empíricos na literatura consultada, é o quanto este mercado era utilizado por diferentes camadas sociais. A maior parte dos imóveis alugados era operado por proprietários/as de dois ou três imóveis. Muitos destes casos eram proprietários/as de poucos recursos, moradores dos subúrbios que erguiam chalés de madeira para aluguel de trabalhadores/as pobres. Dentro deste grupo, encontram-se perfis sociais diversos, desde pequenos comerciantes até ex-escravizados, que acionavam políticas públicas de acesso a terrenos urbanos e investiam em moradias populares de aluguel.

Por outro lado, foi possível evidenciar que mesmo com estes casos, as zonas nobres da cidade eram operadas por rentistas que faziam parte da elite local que se consolidou durante o século XIX, em especial comerciantes de origem europeia, militares ou grandes proprietários rurais, em grande parte ex-escravocratas. Compondo este cenário, a intensificação do mercado de aluguéis na Primeira República ocorre paralelo à chegada de capital externo, na figura de grandes rentistas como Perfecto Leirós, que investiam em grande escala em moradias populares para trabalhadores.

Investigando as lutas por moradia popular e as ações do poder público no controle do espaço urbano, foi possível traçar um perfil social da população pobre urbana, seus padrões de moradias, padrões de ocupação territorial da cidade e como o poder público via e agia contra este processo. Um ponto marcante é o quanto o entendimento sobre “território popular” pôde ser complexificado e empiricamente analisado. Santa Maria estava longe de possuir uma homogeneidade social e étnica, e essa diversidade estava longe de estar separada em territórios urbanos.

O crescimento da cidade fazia romper qualquer plano ou intenção de uma cidade esquadrihada em termos de classe ou raça. Ainda que houvesse territórios entendidos como “de ricos” ou “de pobres”, na prática estas pessoas circulavam e habitavam de forma relativamente dispersa no perímetro urbano. Isso também valia para os territórios populares. Suas ruas eram marcadas por grande diversidade étnica e social. Bairros como a Vila Rica misturavam a população negra, imigrantes alemães e italianos, irmandades religiosas, clubes sociais e até sobrados mais bem estruturados.

Por fim, igualmente pertinente foi analisar como o poder público local agia para tentar manter uma cidade em que pobres e ricos não se misturassem. Em uma realidade onde o poder local possui poucos recursos para colocar em prática reformas significativas no espaço urbano, estas práticas se manifestavam, muitas vezes, na relação direta com determinados moradores da cidade. Foi possível identificar, durante toda a segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, como certos tipos sociais possuíam maiores chances de benefícios públicos, enquanto outros deveriam contar com outras estratégias de sobrevivência e ascensão social. Práticas que existiam desde a concessão de terrenos aforados entre vereadores da Câmara Municipal e seus parentes, até a concessão ou não da isenção de imposto para a população pobre, de acordo com fatores como origem étnica, raça e gênero dos/as solicitantes.

Como resultado, esta pesquisa cumpriu seus objetivos centrais e contribuiu positivamente para o entendimento da urbanização e espacialização da desigualdade nas cidades brasileiras da Primeira República. Acredito que aprofundar nosso entendimento sobre este processo é essencial para entendermos como operou e ainda opera a desigualdade social em cidades brasileiras, em especial no interior do Brasil.

RELAÇÃO SIMPLIFICADA DAS FONTES DE PESQUISA

Localizadas no Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria (AHMSM)

- Tomos das Décimas Urbanas de Santa Maria.
 - 1893-5: Tomo 4, s/n.
 - 1896-7: Tomo 9, 44p.
 - 1902: Tomo 19, 39p.
 - 1903: Tomo 20, s/n.
 - 1910: Tomo 35, 53p.
 - 1911, Tomo 37, sn.
 - 1912: Tomo 41, s/n.
 - 1913, Tomo 43, s/n.
 - 1914, Tomo 45/46, s/n.
 - 1915, Tomo 47, s/n.
- Registros de terrenos aforados. Fundo da Intendência e Câmara Municipal.
- Requerimentos de construções urbanas. Fundo da Intendência e Câmara Municipal.
- Coletânea de Leis, Decretos e Códigos Municipais de Santa Maria.

Localizadas na Casa de Memória Edmundo Cardoso, em Santa Maria

- Almanach Municipal de 1899;
- Almanak Regional de 1917;
- Almanach do Comércio de Santa Maria, 1926;
- Guia Ilustrado de Santa Maria, 1938;
- Acervos fotográficos;

Acervo Pessoal do Autor e outros pesquisadores

- Planta da cidade de Santa Maria, 1848. Autor desconhecido. (Anexo A)
- Planta da cidade de Santa Maria, 1902. Agrimensor José Nehrer. (Anexo B)
- Planta da evolução Urbana. Disponível no Plano Diretor de Santa Maria (Anexo C)
- Planta do projeto de construção da Vila Operária Brazil. Acervo pessoal de Valter A. Noal Filho. (Anexo D)

Acervos online

- Atas da Câmara Municipal de Santa Maria. Disponível em: <https://www.camara-sm.rs.gov.br>;
- Jornal *O Combatente*. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>
- Hemeroteca Digital. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo, 1888-1988*. Florianópolis: Edusc, 1998.

AREND, Silvia Maria Fávero. *Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX*. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus eternos intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

BECKER NETO, Octávio. A morfogênese urbana de Santa Maria/RS sob perspectiva social: uma análise das concessões de terrenos realizadas pela Câmara Municipal na segunda metade do século XIX. *Temporalidades – Revista de História*. Ed. 32, v. 12, n. 1, 2020.

_____. *Requerimentos e concessões fundiárias: experiências sociais de apropriação do solo urbano (Santa Maria, Rio Grande do Sul, Século XIX)*. Porto Alegre: Editora FI, 2021.

BORIN, Monique Felix. Fragmentos da urbanização de São Paulo: consenso e dissensos nas teses da modernização da capital paulista (1886-1923). In: ALCÁNTARA, Manuel; MONTERO, Mercedes García; LÓPEZ, Francisco Sánchez. (Orgs.). *Historia y patrimonio cultural. Memoria del 56.º Congreso Internacional de americanistas*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2018.

_____. O mercado de aluguéis na Primeira República: O caso da Barra Funda como bairro misto paulistano. *Anais. XIV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, [S. l.]*, p. 176–185, 2016.

BRUNHAUSER, Felipe Farret. *Espaços comuns e identidades coletivas: a formação de bairros operários e a greve de 1917 (Santa Maria, Brasil)*. In: CAMPI, Daniel; PADOIN, Maria Medianeira; QUIÑONEZ, María Gabriela. *Historia, regiones y fronteras: política, economía y sociedad, siglos XIX y XX. Corrientes: Universidad Nacional del Nordeste*, 2022.

_____. O mundo do trabalho em perspectiva geracional: padrões sociais de crianças e jovens pobres na Primeira república. *Revista Ars Historica (UFRJ)*, n. 19, vol. 2, 2020.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Décimas urbanas e censos: a dimensão material e visual de vilas e cidades em fontes textuais. *URBANA: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, [S. l.]*, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/urbana.v10i1.8651827>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

_____. Tecido urbano e mercado imobiliário em São Paulo: metodologia de estudo com base na Décima Urbana de 1809. *Anais do Museu Paulista, [S. l.]*, v. 13, 2005. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-47142005000100003>>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CARDOSO, Alice; ZAMIN, Frinéia. *IPHAÉ: Patrimônio Ferroviário no Rio Grande do Sul. Inventário das Estações 1874-1959*. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

CARVALHO, Daniela Vallandro. *“Entre a solidariedade e a animosidade”: Os conflitos e as relações interétnicas populares em Santa Maria – 1885-1915*. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2005.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril - cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1996.

_____. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). *História Social*, n. 19, p. 33-62, 2010.

_____. *Trabalho, Lar e Botequim: O cotidiano dos Trabalhadores do Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2ª ed. 2001.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, Renata (Org.). *Reflexões e práticas de transformação feminista*. São Paulo: SOF, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

CRUZ, Lisiane Ribas. *A infância abandonada é a sementeira do crime”: o julgamento de menores pela Comarca de Santa Maria (1910-1927)*. 2017. Dissertação de Mestrado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Construção de séries e micro-análise: notas sobre o tratamento de fontes para a história social. *Anos 90*. Porto Alegre, v. 15 n. 28, 2008.

FIALHO, Daniela Marzola. *Cidades visíveis: para uma história da cartografia como documento de identidade urbana*. 2010. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/25412>. Acesso em: 20 jul. 2019.

FREITAS, Frederico. Spatial History e Humanidades Digitais, uma entrevista com o brasileiro Zephyr Frank. *Revista História e Cultura*, v. 3, n. 1, 2014.

GAUTHIEZ, Bernard. Lyon, das fontes escritas ao SIG histórico – método e exemplos de aplicação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, v. 1, 2016.

GIL, Tiago Luís. Cartografia digital para historiadores: algumas noções básicas. Em: *HISTÓRIA, ARQUIVOS E MÍDIAS DIGITAIS*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2013.

GREGORY, Ian. *A place in history: a guide to using GIS in historical research*. Oxford: Oxbow, 2003.

GRIGIO, Ênio. *“No alvoroço da festa, não havia corrente de ferro que os prendesse, nem chibata que intimidasse”*: a comunidade negra e sua Irmandade do Rosário (1873-1942). Santa Maria: Câmara Municipal de Vereadores de Santa Maria, 2018.

GRIGIO, Ênio; BRUNHAUSER, Felipe Farret; OLIVEIRA, Franciele Rocha de; RODRIGUES, Luiz Fernando dos Santos; LIMA, Taiane Anhanha. *Organizações Negras de Santa Maria: primeiras associações negras do século XIX e XX*. Santa Maria: Editora UFSM, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19900>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

KRAUSE, Cleandro; FRIDMAN, Fania. Segregação residencial em perspectiva histórica: delimitações administrativas e de áreas de intervenção urbanística em Porto Alegre. In: *Anais. XVII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. São Paulo, 2017.

KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento a Boca do Monte: a formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. 2009. Dissertação de Mestrado - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

MARCHIORI, José Newton Cardoso; NOAL FILHO, Valter Antônio (org.). *Santa Maria: relatos e impressões de viagem*. 1ª ed. Santa Maria: Editora UFSM, 1997.

MAUCH, Cláudia. *Dizendo-se autoridade: polícia e policiais em Porto Alegre (1896-1929)*. São Leopoldo: Oikos, 2017.

_____. *Ordem pública e moralidade: imprensa e policiamento urbano em Porto Alegre na década de 1890*. 1992. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1992.

MELLO, Zélia Maria Cardoso de. *Metamorfoses da riqueza: São Paulo (1845-1895)*. São Paulo: Hucitec, 1990.

MONSMA, Karl. *A reprodução do racismo: fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista, 1880-1914*. São Carlos: EdUFSCar, 2016. (Coleção Nossa história).

NICOLOSO, Fabrício Rigo. *Fazer-se elite em Santa Maria - RS: os imigrantes alemães entre estratégias políticas e sociais - 1830/1891*. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.

OLIVEIRA, Franciele Rocha de. *Dos laços entre José e Innocência: trajetórias de uma família negra entre a escravidão e a liberdade no Rio Grande do Sul*. 2017. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

_____. *Moreno Rei dos astros a brilhar, querida União Familiar: trajetória e memórias do clube negro fundado em Santa Maria, no Pós-Abolição*. Santa Maria: Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2016.

PEREIRA, Joana Vidal de Azevedo Dias. Espaços industriais e comunidades operárias: o caso de estudo português e a tradição historiográfica europeia. *Revista Brasileira de História*, [S. l.], v. 32, n. 64, p. 27-44, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Emergência dos subalternos: Trabalho Livre e ordem burguesa*. Porto Alegre: UFRGS, 1989.

_____. *Uma outra cidade: mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

_____. *Visões do cárcere*. Porto Alegre: Zouk, 2009.

RIOS, Ana Maria; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi (Rio de Janeiro)*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.

RIBEIRO, Max Roberto Pereira. *Estratégias indígenas na fronteira meridional: os guaranis missionários após a conquista lusitana (Rio Grande de São Pedro, 1801-1834)*. 149 f. 2013. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 2ª. ed. São Paulo: FAPESP – Studio Nobel, 1999.

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Além da invisibilidade: história social do racismo em Porto Alegre durante a pós-abolição*. Porto Alegre: EST Edições, 2019.

ROSSI, Daiane Silveira. *Assistência à saúde e à pobreza no interior do sul do Brasil (1903-1913)*. 2019. Tese (Doutorado em História das Ciências) - Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019.

_____. *Ações de saúde pública em Santa Maria/RS na segunda metade do século XIX*. 134 f. 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/9659>. Acesso em: 19 jul. 2019.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. Olhares sobre a pobreza e a urbanização no Brasil na transição do século XIX para o XX: uma prospecção bibliográfica. In: RÜCKERT, Fabiano Quadros; et al. (Orgs.). *Histórias da pobreza no Brasil*. Rio Grande: FURG, 2019.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos. *Na saúde e na doença: perfil social das mulheres pobres na Santa Maria/RS do início do século XX (1903-1913)*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

_____. *Desabusadas e levadas do diabo: mulheres pobres no ambiente urbano de Santa Maria no início do século XX (1903-1918)*. 2021. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021.

SANTOS, Gabriela Rotilli dos; BRUNHAUSER, Felipe Farret. Sobre pretos, pardos, mistos e morenos: notas de pesquisa acerca do perfil social de trabalhadores no Pós-abolição a partir de registros hospitalares em Santa Maria nas primeiras décadas do século XX. *Anais*. 9º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Florianópolis, 2019.

SAVAGE, Mike. Classe e história do trabalho. In: BATALHA, Claudio Henrique M. (Org.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. Complexificando a interseccionalidade: perspectivas queer sobre o mundo do trabalho. *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 10, n. 19. Edição Especial 2018.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. *Revista brasileira de Ciência Política*. Brasília, vol. 1, n. 5, p. 217-243, 2011.

TOCHETTO, Daniel. *Santa Maria: uma história precursora do planejamento urbano no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Corag, 2016

TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo: três cidades em um século*. São Paulo: Cosac & Naify : Duas Cidades, 2004.

TORRE, Angelo. A produção histórica dos lugares. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. (Org.). *Micro-História: um método em transformação*. São Paulo: Letra e Voz, 2020.

VALENCIA VILLA, Carlos E. Aglomeraciones residenciales de negros libres en Rio de Janeiro (Brasil) y Richmond (Virginia, Estados Unidos) a mediados del siglo XIX. *Espaço e Economia*, n. 3, p. 2-25, 2013.

_____. *El cambio del paisaje rural al urbano em Rio de Janeiro 1750-1850: Elementos Cuantitativos y de Georeferencia*. 2014. Disponível em: <https://www.academia.edu/20295840/> El cambio del paisaje rural al urbano en Rio de Janeiro 1750-1849 elementos cuantitativos y de georeferencia. Acesso em: 13 mar. 2019.

_____. *Ao longo daquelas ruas. A economia dos Negros Livres em Richmond e Rio de Janeiro, 1840-1860*. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

_____. Georreferência de mapas históricos: os casos de Cartagena de Indias Colonial e do Rio de Janeiro Imperial. *Locus - Revista de História*, [s. l.], v. 21, n. 2, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20809>>. Acesso em: 21 jul. 2019.

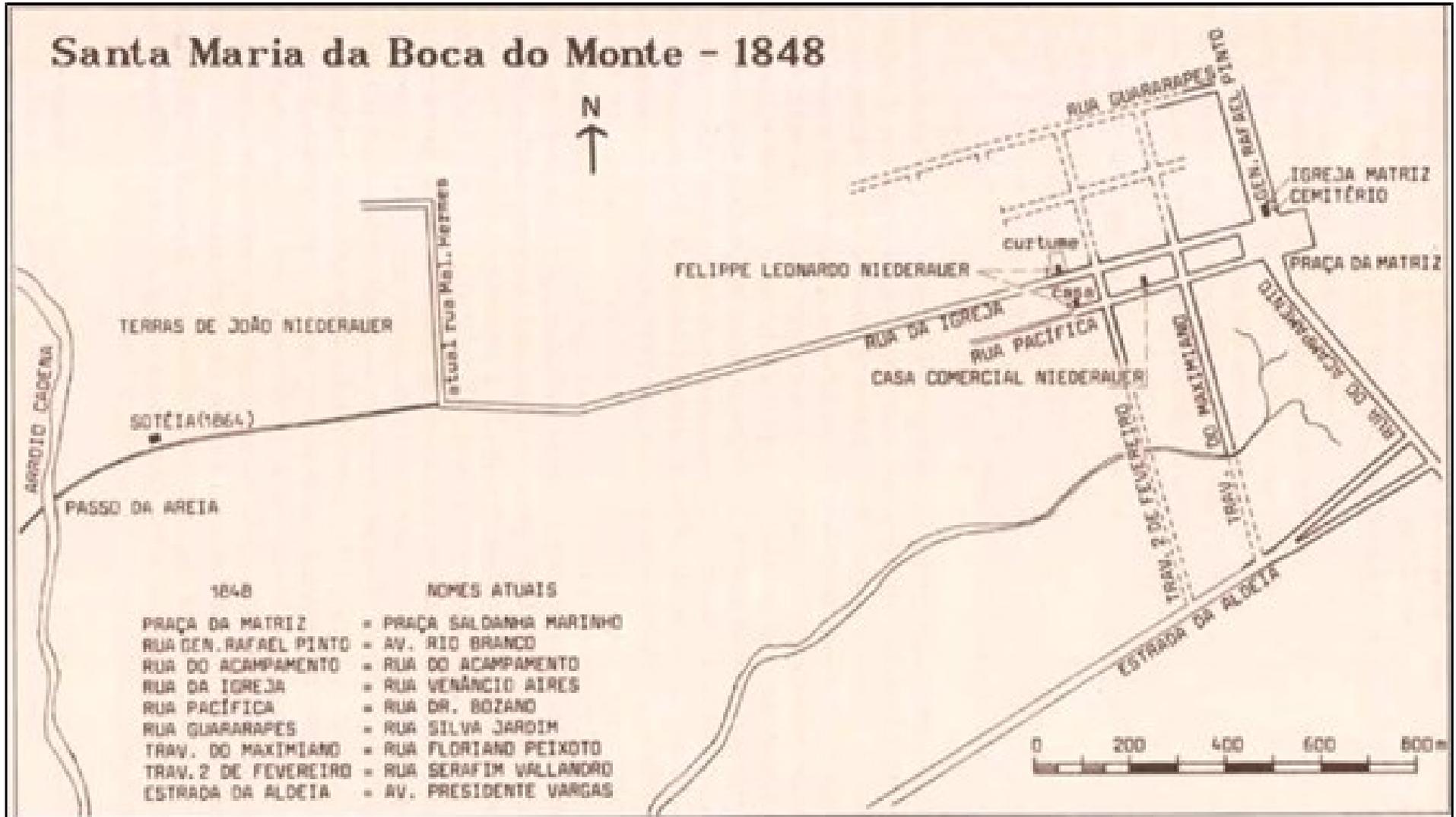
_____. Precisión y exactitud en los Sistemas de Información Geográfica (SIG) en las investigaciones históricas In: VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo; GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

VALENCIA VILLA, Carlos Eduardo; GIL, Tiago. *O retorno dos mapas: sistemas de informação geográfica em história*. Porto Alegre: Ladeira Livros, 2016.

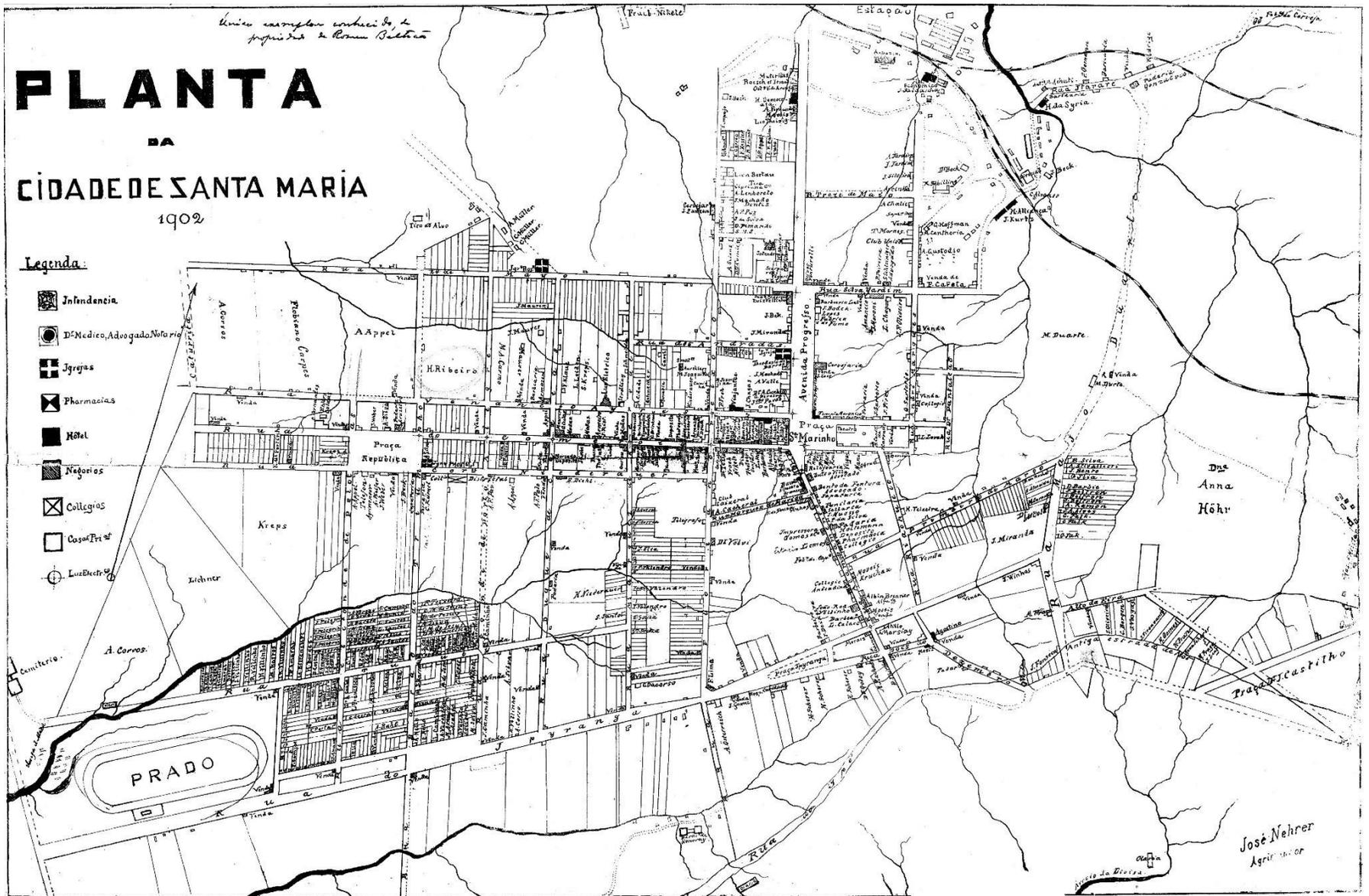
VIEIRA, Daniele Machado. *Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970): geografia histórica da presença negra no espaço urbano*. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

WEBER, Beatriz Teixeira. *Códigos de posturas e regulamentação do convívio social em Porto Alegre no século XIX*. Dissertação de Mestrado, Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS, 1992.

ANEXO A - PLANTA DE SANTA MARIA, EM 1848 (AUTOR DESCONHECIDO)



ANEXO B - PLANTA DE SANTA MARIA, EM 1902 (JOSÉ NEHRER)



ACEXO C - PLANTA DE EVOLUÇÃO URBANA (PLANO DIRETOR DE SANTA MARIA)



ANEXO D - PLANTA DA VILA BRAZIL (ACERVO DE VALTER A. NOAL FILHO)